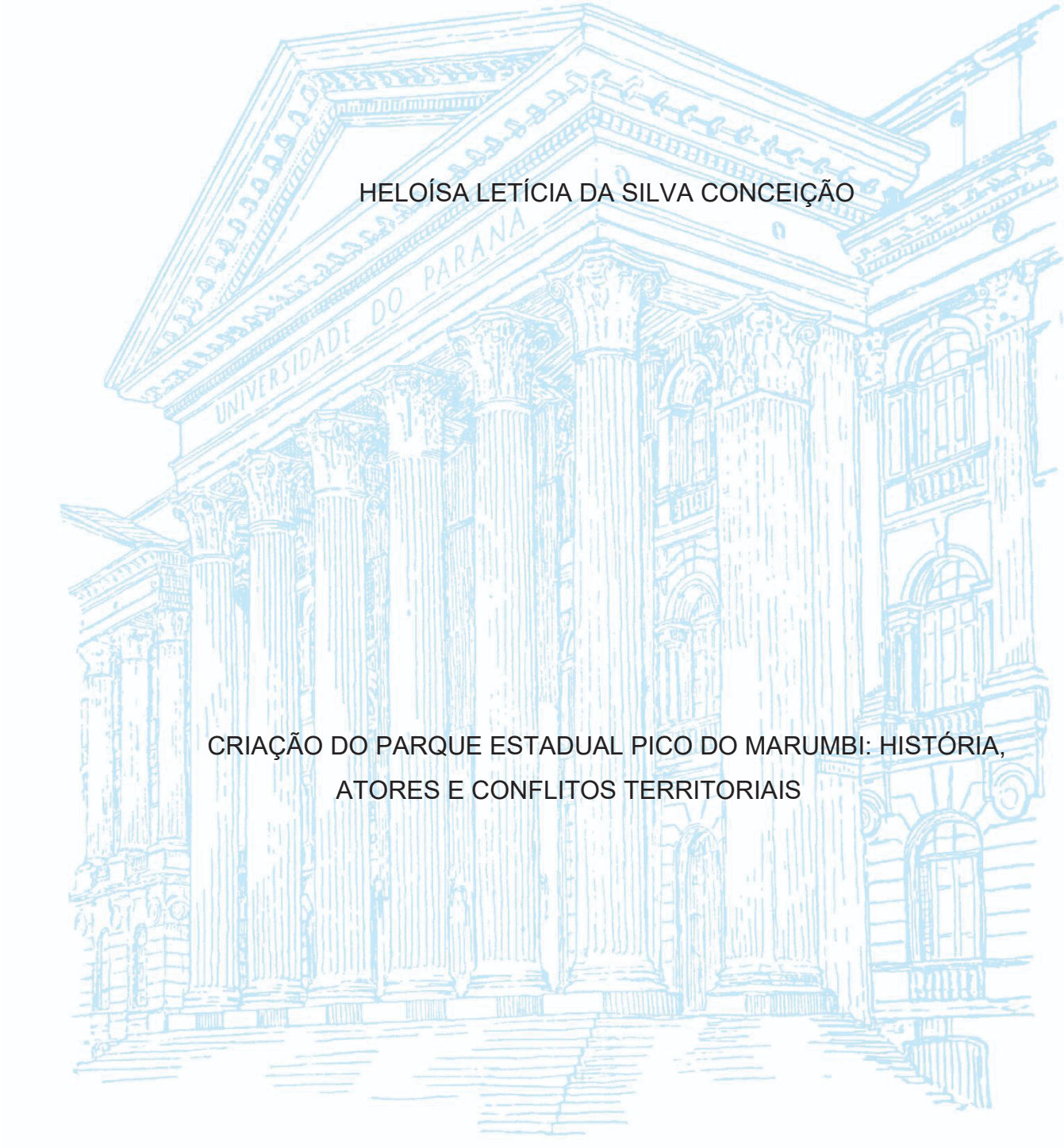
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELOÍSA LETÍCIA DA SILVA CONCEIÇÃO



CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI: HISTÓRIA, ATORES E CONFLITOS TERRITORIAIS

MATINHOS

2025

HELOÍSA LETÍCIA DA SILVA CONCEIÇÃO

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI: HISTÓRIA, ATORES E CONFLITOS TERRITORIAIS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Manejo e Conservação da Biodiversidade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão.

MATINHOS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C744c Conceição, Heloísa Letícia da Silva
Criação do parque estadual Pico do Marumbi: história, atores e conflitos territoriais / Heloísa Letícia da Silva Conceição; orientadora Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão. – 2025.
1 recurso online (162 f. ; pdf).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1.Política ambiental. 2. Preservação ambiental. 3. Conflitos socioambientais. 4. Serra do mar (Paraná). I. Abrahão, Cinthia Maria de Sena . II. Título.

CDD – 363.70561

Maikon Patrick Garcia CRB-9/1681

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELOÍSA LETÍCIA DA SILVA CONCEIÇÃO**, intitulada: **CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI: HISTÓRIA, ATORES E CONFLITOS TERRITORIAIS**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 26 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
15/04/2025 15:05:16.0
CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
16/04/2025 15:20:11.0
MÁRIO SERGIO MICHALISZYN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

Assinatura Eletrônica
15/04/2025 15:04:34.0
DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 443091
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 443091

Dedico este trabalho a todos aqueles que, em diferentes tempos e condições, contribuíram para que o Marumbi não fosse apenas uma serra, mas um símbolo de resistência, memória e proteção ambiental.

Aos que lutaram — nas trilhas, nas leis, nas instituições e nas comunidades — por sua preservação, seu reconhecimento e seu acesso público.

Que este estudo, assim como a história do parque, continue sendo construído com os pés na terra, os olhos no horizonte e a consciência enraizada no passado glorioso que sustenta seu futuro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva preciosa da vida, pela saúde que me sustentou e pela proteção constante em cada passo dessa jornada. Sou imensamente grata por sua presença fiel, que me fortaleceu nos momentos de dificuldade e me guiou com amor e sabedoria, sempre iluminando meu caminho.

Aos meus pais, José Luis da Conceição e Karina da Silva Conceição, quero agradecer pelo apoio, pela confiança e pelo amor, mesmo nas circunstâncias em que nem sempre estivemos tão próximos. Mesmo com as dificuldades e os desafios ao longo do caminho, vocês sempre estiveram presentes de alguma forma, e isso me fortaleceu a continuar a jornada. Obrigado por acreditarem em mim e por estarem ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Às minhas irmãs, Bruna Manoela e Emanoela Gabriela, pelo carinho, paciência e apoio de sempre, mesmo com a distância entre nós. Agradeço por todas as palavras de conforto e compreensão, que continuam sendo meu alicerce. Embora agora sigamos caminhos diferentes, a admiração e a torcida mútua nunca deixam de existir, e isso é algo que me fortalece a cada dia.

A Pedro Guilherme de Oliveira, meu companheiro e maior incentivador, quero agradecer por me ensinar a olhar a vida com mais carinho e amor. Sua generosidade e sabedoria me mostraram que os melhores dias são aqueles que a gente constrói. Obrigado por me mostrar as maravilhas da Mata Atlântica e do Montanhismo, e por ser uma inspiração constante na minha jornada, sempre me lembrando de seguir meus sonhos. Seu apoio me fez acreditar que podemos criar nosso próprio futuro, passo a passo.

Às minhas queridas amigas da Pós-Graduação, Vanessa, Tatiane, Juliana e Lunamar, por serem fontes de apoio, risadas e aprendizado. Criamos o grupo 'Desespero' com a intenção de desabafar sobre os desafios de escrever a dissertação, mas ele se transformou em um lugar onde encontramos força, compreensão e muito apoio mútuo. Agradeço por sempre estarmos lá umas para as outras, por torcermos juntas e por tornar esse momento ainda mais especial.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão, não tenho palavras suficientes para agradecer por todo o carinho, dedicação e apoio que sempre me ofereceu. Sua

disposição para conversar, esclarecer dúvidas e orientar com tanto cuidado foi essencial para que eu chegasse até aqui. Eu queria ter me dedicado ainda mais a essa relação de orientação, pois você não é só uma excelente profissional, mas uma pessoa maravilhosa. Se todos os meus colegas tivessem a chance de ser orientados por você, teriam a oportunidade de vivenciar o verdadeiro papel de um orientador, feito de forma impecável. Agradeço por acreditar em mim e me incentivar até o final desse processo.

Aos demais professores da Pós-Graduação, minha eterna gratidão pela sabedoria compartilhada, pelas aulas e orientações que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Cada um de vocês teve um papel significativo nesse processo, e sou muito grata por todas as lições e vivências que me proporcionaram.

Aos meus colegas de Pós-Graduação, pela amizade, companheirismo e colaboração durante todo esse percurso. Cada um de vocês fez essa jornada mais leve e especial, e sou imensamente grata por isso. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado. Cada um de vocês ficará para sempre em meu coração.

Aos bolsistas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS, meu muito obrigado pelas risadas, pelos ensinamentos e pela parceria ao longo de todo o processo. Trabalhar em equipe, intercalando as demandas da revista científica, foi uma experiência rica que, sem dúvida, contribuiu de forma significativa para o meu crescimento e para o enriquecimento da minha pesquisa. A troca constante de conhecimento entre nós será algo que sempre vou levar comigo.

Aos voluntários do Projeto de Extensão: Ações de Comunicação e Divulgação Científica no âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável, agradeço pela ajuda nas atividades de campo e pelo aprendizado que compartilhamos. Foi uma experiência valiosa, onde, juntos, tivemos a oportunidade de usar nossas lentes para analisar, compreender e resolver problemas. Mesmo diante das dificuldades, mostramos que, com empenho e colaboração, sempre há mais chances de acertar.

À Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, por me proporcionar uma formação que não só transformou minha trajetória acadêmica, mas também me instigou a atuar com responsabilidade social e uma visão crítica sobre o futuro da nossa sociedade. Sou grata por ter tido a oportunidade de mais uma vez estudar nessa instituição pública, gratuita e de qualidade, que foi fundamental para o meu crescimento pessoal e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido durante o mestrado, essencial para a continuidade deste sonho e para a concretização desta pesquisa. Sem esse suporte, essa jornada não teria sido a mesma. Sou profundamente grata pela oportunidade de seguir com meus estudos.

Aos amantes da Mata Atlântica, do meio ambiente e da preservação ambiental, minha eterna gratidão. Mesmo em meio a lágrimas, suor, batalhas e conquistas, seguimos firmes na luta por um mundo mais sustentável, com respeito e cuidado pelo que é natural. A todas as pessoas que, com dedicação e amor, cuidam e preservam a natureza, mantendo viva a essência do nosso planeta. Em especial a todos que, muitas vezes sem reconhecimento formal, mas guiados por um instinto profundo, por amor genuíno e por um sentimento de pertencimento, continuam sua missão de proteger os espaços naturais. Vocês são os verdadeiros guardiões da Terra, nos mostrando, com suas ações silenciosas, que a beleza da natureza precisa ser respeitada e cuidada.

Este agradecimento se estende, com carinho e reverência, àqueles que dedicam suas vidas à preservação da Serra do Mar Paranaense — esse imponente e sagrado corredor ecológico que abriga histórias, biodiversidade e resistência. E, com especial emoção, dedico também àqueles que trilham as montanhas — não apenas com os pés, mas com o coração — e que, com seus passos cuidadosos e sua paixão pelas matas, ajudaram a revelar, proteger e valorizar o que hoje conhecemos como o Parque Estadual Pico do Marumbi. São parte essencial dessa história de lutas, descobertas e conquistas. A vocês, minha eterna admiração e respeito.

Que cada um de nós possa carregar dentro de si o espírito sonhador de Joaquim Olimpo — aquele que olhou para o Marumbi não como um obstáculo, mas como um chamado. Que sejamos movidos pela mesma coragem serena que, um dia, fez uma cidade inteira celebrar o desejo de um homem simples e seus companheiros de empreitada de tocar o céu com os próprios pés. Que nossa conquista das montanhas não seja feita pela força, mas pela entrega. Porque a montanha, embora imponente, não nos exige vitória — ela nos pede reverência. Ela não é um desafio a ser vencido, mas uma vista a ser conquistada com o coração. Que aprendamos, com aqueles que vieram antes, a subir não apenas com o corpo, mas com a alma!

O FUTURO DO MARUMBI ESTÁ JUSTAMENTE EM SEU GLORIOSO PASSADO — *na compreensão das batalhas legais e administrativas que asseguraram sua proteção, nas ações dos atores políticos, sociais e ambientais que lutaram por sua preservação, e nos conflitos socioambientais que, ao longo do tempo, moldaram seu caminho até se tornar o parque que hoje conhecemos!*

Complemento da autora do presente trabalho, inspirado na citação de **FAROFA**.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), focando no período entre as décadas de 1940 e 1990, considerando que desde 1943 a proposta assumiu relevância no cenário político do estado do Paraná.O estudo examina as lutas ambientais, os principais atores políticos envolvidos, e os processos legais e sociais que culminaram na proteção integral da área. O PEPM, com 2.342 hectares, foi criado oficialmente pelo Decreto Estadual nº 7.300, em 24 de setembro de 1990, e está localizado no Trecho Paranaense da Serra do Mar, abrangendo áreas dos municípios de Morretes, Piraquara e Quatro Barras, na Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) – Marumbi (coordenadas geográficas: 25°26'21.8"S 48°55'09.0"W). Para a fundamentação teórica, baseia-se na teoria relacional de Claude Raffestin, que oferece uma abordagem capaz de dar suporte á compreensão das dinâmicas compreender as dinâmicas de poder, os conflitos e as alianças entre os atores envolvidos na criação do PEPM. A teoria relacional é relevante para este estudo, pois permite identificar como diferentes grupos e indivíduos, com interesses distintos, interagiram ao longo do processo. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter aplicada, exploratória e documental, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de comentário de documento, dividida em duas etapas: (1) coleta e tratamento documental e (2) análise e interpretação do conteúdo, utilizando técnicas de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa se baseiam em uma coleção de documentos históricos que relatam a criação e regulamentação do parque, evidenciando os desafios enfrentados e as vitórias alcançadas. Esses documentos foram essenciais para compreender o papel dos atores sociais e a evolução das estratégias de proteção ambiental ao longo do tempo. Os resultados da pesquisa foram organizados em três categorias principais para facilitar a compreensão: o primeiro aspecto aborda os processos legais e administrativos, detalhando a trajetória da criação e consolidação da proteção integral do PEPM; o segundo analisa os atores sociais, políticos e ambientais, discutindo as influências e estratégias na criação do parque; e, por fim, o terceiro examina os conflitos e tensões, focando no desafio entre a preservação ambiental e os interesses econômicos no litoral paranaense.

Palavras-chave: Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM); teoria relacional (Claude Raffestin); estudo de análise documental; atores sintagmáticos e conflitos socioambientais.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the creation of the Pico do Marumbi State Park (PEPM), focusing on the period between the 1940s and the 1990s, considering that since 1943, the proposal gained relevance in the political landscape of the state of Paraná. The study examines environmental struggles, the main political actors involved, and the legal and social processes that led to the full protection of the area. The PEPM, covering 2,342 hectares, was officially established by State Decree nº. 7,300 on September 24, 1990, and is located in the Paranaense Section of the Serra do Mar, spanning areas of the municipalities of Morretes, Piraquara, and Quatro Barras, in the Special Tourist Interest Area (AEIT) – Marumbi (geographical coordinates: 25°26'21.8"S 48°55'09.0"W). The theoretical foundation is based on Claude Raffestin's relational theory, which offers a useful approach for understanding the power dynamics, conflicts, and alliances among the actors involved in the creation of the PEPM. The relational theory is relevant to this study as it allows for the identification of how different groups and individuals with distinct interests interacted throughout the process. Methodologically, the research is applied, exploratory, and documentary, with a qualitative approach. Data collection was carried out using the document commentary technique, divided into two stages: (1) document collection and processing, and (2) content analysis and interpretation, employing content analysis techniques. The research results are based on a collection of historical documents that report the creation and regulation of the park, highlighting the challenges faced and the victories achieved. The research results were organized into three main categories to facilitate understanding: the first aspect addresses the legal and administrative processes, detailing the trajectory of the creation and consolidation of the full protection of the PEPM; the second analyzes the social, political, and environmental actors, discussing the influences and strategies in the creation of the park; and finally, the third examines the conflicts and tensions, focusing on the challenge between environmental preservation and economic interests on the Paraná coastline.

Keywords: Pico do Marumbi State Park (PEPM); relational theory (Claude Raffestin); documentary analysis study; syntagmatic actors and socio-environmental conflicts.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SERRA DO MAR NO LITORAL PARANAENSE 70
FIGURA 2 - ILUSTRAÇÃO DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ COM FOCO EM MORRETES 84
FIGURA 3 - DELIMITAÇÃO DO PEPM 85
FIGURA 4 - DIVISAS DO PEPM 86
FIGURA 5 - CONJUNTO MARUMBI 87
FIGURA 6 - DESENHO DA PESQUISA 93
FIGURA 7 - ESQUEMA DAS ETAPAS DE PESQUISA 96
FIGURA 8 - PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI – BERÇO DO MONTANHISMO ESPORTIVO BRASILEIRO 102
FIGURA 9 - LINHA DO TEMPO - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PEPM 108
FIGURA 10 - A. BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) 143
FIGURA 11 - B. CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES (CTD CAPES) 144
FIGURA 12 - C. CATÁLOGO DE PERIÓDICO CAPES (PERIÓDICO CAPES) 145
FIGURA 13 - ETAPA 1: LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS: IDENTIFICAÇÃO, AUTORIA, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO 150
FIGURA 14 - ETAPA 2: ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS: IDENTIFICAÇÃO, SÍNTESE E RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SISTEMATIZAÇÃO DE OBJETIVOS, MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE 95
QUADRO 2 - CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI SEGUNDO OS DECRETOS Nº 7300/1990 E Nº 1531/2007 111
QUADRO 3 - FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO 142
QUADRO 4 - UCS NO LITORAL DO PARANÁ - CATEGORIA PARQUE 146
QUADRO 5 - LISTA DE DOCUMENTOS/RESULTADOS 152

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AEIT	Área Especial de Interesse Turístico
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Áreas de Proteção Ambiental
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPP	Biblioteca Pública do Paraná
CEPHA	Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
CF/88	Constituição Federal
CMC	Círculo de Marumbinistas de Curitiba
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CIEC	Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte
CPM	Clube Paranaense de Montanhismo
CPC	Coordenação do Patrimônio Cultural
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
HA	Hectares

IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAT	Instituto Água e Terra
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade
IHGPR	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná
LP	Litoral do Paraná
ONGs	Organizações Não Governamentais
PE	Parque Estadual
PFIR	Programa Federal de Incentivo ao Reflorestamento
PM	Parque Municipal
PN	Parque Nacional
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNM	Parque Natural Municipal
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PEPM	Parque Estadual Pico do Marumbi
PFIR	Programa Federal de Incentivo ao Reflorestamento
PR	Paraná
RPPN	Reserva particular do patrimônio natural

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIO 92	Conferência Mundial do Meio Ambiente da ONU
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEEC	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SP	São Paulo
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 19
2. BASE TEÓRICA 22
2.1 ATORES, REDES E CONFLITOS: REVISITANDO A TEORIA RELACIONAL DE CLAUDE RAFFESTIN SOBRE TERRITORIALIDADE E PODER 22
3. BASE HISTÓRICA NACIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 40
3.1 DA COLÔNIA AO SÉCULO XX: A TRANSFORMAÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL 40
3.2 DESAFIOS E CONQUISTAS: A LUTA PELA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL (1889-1980) 41
3.3 O MARCO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS E CONSOLIDAÇÃO APÓS 1981 48
3.4 FUNDAMENTOS JURÍDICOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 53
4. BASE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ 59
4.1 REFLEXOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ: CRISES, MOVIMENTOS E AVANÇOS NA POLÍTICA AMBIENTAL 59
4.2 PRESERVAÇÃO E DIVERSIDADE NO LITORAL PARANAENSE 68
4.2.1 A Luta pelo Tombamento da Serra do Mar Paranaense 70
5. METODOLOGIA 83
5.1 O LITORAL DO PARANÁ: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA COM ENFOQUE EM MORRETES 83
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA 85
5.2.1 Sobre o recorte temporal da pesquisa 87
5.3 MÉTODOS E FERRAMENTAS DA PESQUISA 88
5.4 EXECUÇÃO DA PESQUISA 96
6. ANÁLISE DE RESULTADOS 101
6.1 PROCESSOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS: A TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO PEPM 101
6.1.1 PEPM: Patrimônio natural e cultural do litoral paranaense 101

6.1.2 Uma abordagem da Criação e Implementação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) no Trecho Paranaense da Serra do Mar 104
6.2 ATORES SOCIAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS: INFLUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS NA CRIAÇÃO DO PARQUE 112
6.3 CONFLITOS E TENSÕES: O DESAFIO ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E INTERESSES ECONÔMICOS NO LITORAL PARANAENSE 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS 130
REFERÊNCIAS 134
REFERÊNCIAS DE BASE DOCUMENTAL 139
APÊNDICE 1 – FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PEPM 142
APÊNDICE 2 – MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI (1940-1990), FOCADAS NAS LUTAS AMBIENTAIS, ATORES POLÍTICOS E PROCESSOS LEGAIS PARA A PROTEÇÃO DA ÁREA 143
APÊNDICE 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ NA CATEGORIA PARQUES 146
APÊNDICE 4 – LEVANTAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS 149
APÊNDICE 5 – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPUSERAM OS RESULTADOS DA DISSERTAÇÃO 152
ANEXO 1 – DECRETO DE CRIAÇÃO DO PEPM 158
ANEXO 2 - DECRETO DE AMPLIAÇÃO DO PEPM 160

1. INTRODUÇÃO

O Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) representa um marco significativo na preservação ambiental do estado do Paraná. Criado como uma Unidade de Conservação de proteção integral, o parque tem como objetivo principal proteger a rica biodiversidade da região. Ele faz parte de um mosaico de unidades de conservação que protegem o litoral paranaense, atuando como um elo entre a Bacia Hidrográfica Litorânea e a Bacia do Iguaçu. Sua localização estratégica, com relevo montanhoso variando de 100 a 1.500 metros, confere-lhe relevância não apenas para a conservação ambiental, mas também para atividades científicas, educacionais e recreativas (IAT, 2024, não p.).

A criação do PEPM foi resultado de um longo processo histórico, marcado por disputas políticas, sociais e ambientais. Embora a ideia de criação de um parque no trecho paranaense (PR) da Serra do Mar tenha ascendido ao cenário político na década de 1940, a preocupação com a preservação ambiental do Marumbi remonta à década de 1910. Nesse período, começou a crescer o interesse pela preservação ambiental, com a participação de alguns personagens-chave. A necessidade de proteger o complexo rochoso do Marumbi foi gradualmente reconhecida como essencial, ganhando relevância nas discussões sobre o meio ambiente. Essa pressão inicial se intensificou nas décadas seguintes e, na década de 1940, a ideia do parque ganhou força, tornando-se um tema mais politizado no cenário político (Alves, 2008).

Entre as décadas de 1940 e 1990, o parque foi um ponto central de debates sobre o desenvolvimento econômico, que priorizava a exploração intensiva dos recursos naturais, e a crescente necessidade de preservação ambiental. Esses debates refletiram as tensões entre os interesses econômicos dominantes e o movimento de conscientização ambiental, que se intensificava na época. A criação do parque envolveu diversos atores e foi crucial para o fortalecimento da legislação ambiental no Paraná (Alves, 2008).

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), com ênfase no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1990, considerando que, desde 1943, a proposta de criação da unidade de conservação passou a ganhar destaque no cenário político do estado do Paraná. A pesquisa busca, nesse percurso histórico, compreender as lutas ambientais, disputas políticas e os trâmites legais que marcaram a consolidação do parque, revelando os interesses, tensões e articulações que envolveram diferentes atores sociais e institucionais.

As mobilizações que influenciaram a criação do parque são analisadas neste trabalho a partir da atuação de diferentes atores sociais, cujas ações contribuíram para a consolidação da proteção integral da área. Parte-se da hipótese de que a criação do PEPM reflete um conjunto complexo de articulações políticas, sociais e ambientais, que envolveram disputas, negociações e confrontos entre a preservação ambiental e os interesses econômicos ligados ao uso dos recursos naturais. Essa dinâmica de tensões e alianças permite compreender o modo como a proteção do parque foi sendo consolidada ao longo do tempo.

Os objetivos específicos da investigação incluíram: 1) Analisar os processos legais e administrativos que levaram à criação do PEPM e à consolidação da sua proteção integral; 2) Identificar os principais atores sociais, políticos e ambientais que influenciaram o processo de criação do parque, destacando suas propostas e estratégias; e 3) Investigar os conflitos em torno da criação do parque, considerando as tensões entre preservação ambiental e interesses econômicos ou sociais, especialmente no litoral paranaense. Considerando os conflitos e processos relacionados à criação do Parque Estadual Pico do Marumbi, a dissertação está organizada em seis seções, além desta introdução.

No primeiro deles, estão sintetizados os fundamentos teóricos e conceituais que embasam a interpretação dos resultados da pesquisa. Discute-se a teoria relacional de Claude Raffestin, com foco em territorialidade e poder, essenciais para entender as dinâmicas dos atores e redes na proteção ambiental. Essa abordagem permite analisar as relações de poder, conflitos e alianças entre os grupos envolvidos na criação do Parque Estadual de Proteção da Mata (PEPM), além das tensões entre interesses econômicos e a necessidade de conservação. Também auxilia na compreensão das redes de poder e mobilização que foram fundamentais para o sucesso da criação do parque.

A segunda seção apresenta o contexto histórico da proteção ambiental no Brasil, desde a época colonial até os avanços consolidados após 1981, abordando também os desafios enfrentados ao longo do tempo. Em seguida, a terceira seção examina a estrutura legal das unidades de conservação no Brasil, com especial atenção aos fundamentos jurídicos que regem a legislação vigente em 2025. A quarta seção foca na base da proteção ambiental no Estado do Paraná, incluindo crises, movimentos e avanços da política ambiental, além de abordar a luta pelo tombamento da Serra do Mar Paranaense.

Na quinta seção, é apresentada a metodologia adotada para a pesquisa, detalhando as características socioeconômicas e demográficas dos municípios do litoral do Paraná, a caracterização do local de pesquisa e os métodos utilizados.

Por fim, a sexta seção apresenta os resultados da pesquisa, discutindo os processos legais e administrativos na criação e consolidação do Parque Estadual de Proteção do Mar Paranaense (PEPM), as influências dos atores sociais e políticos, além dos conflitos entre preservação ambiental e interesses econômicos. A dissertação é concluída com considerações finais que resumem os principais achados e contribuições do estudo.

2. BASE TEÓRICA

Esta seção tem como propósito analisar os principais conceitos que permitiram analisar e interpretar o problema de pesquisa definido na investigação. Para isso, o autor principal é Claude Raffestin, geógrafo suíço, cuja obra versa sobretudo sobre a territorialidade e as questões correlatas ao poder em sua expressão territorial.

A escolha da teoria relacional de Raffestin se justifica pela sua capacidade de explicar as complexas interações entre os diversos atores e o espaço, os quais moldam o poder e as questões territoriais. Raffestin (1993) analisa como esses atores sociais se mobilizam e negociam para influenciar e definir espaços e territórios, demonstrando que o poder é dinâmico e depende das ações e negociações desses atores.

2.1 ATORES, REDES E CONFLITOS: REVISITANDO A TEORIA RELACIONAL DE CLAUDE RAFFESTIN SOBRE TERRITORIALIDADE E PODER

Raffestin (1993, p. 51) argumenta que "se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder". O poder é muitas vezes mal compreendido, justamente por ser mal interpretado, uma vez que geralmente se manifesta em atos e decisões. No entanto, não devemos nos limitar a essa visão. Ao contrário, devemos buscar compreendê-lo melhor por meio de aproximações sucessivas. Com essa perspectiva de realizarmos aproximações sucessivas, o autor apresenta que devemos compreender a ambiguidade existente dentro do termo poder, “mesmo que seja só porque pode ser escrito com maiúscula ou com minúscula”.

Quando o termo ‘Poder’ é escrito com a letra maiúscula, ele adquire uma conotação mais abrangente e complexa. Esse conceito se manifesta através de “aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”. Em sua forma visível e identificável, o poder se revela não apenas como uma força dominante, mas também como algo que provoca inquietação e desconfiança, devido à ameaça que representa (Raffestin, 1993, p. 52). Além disso, os trunfos também podem ser relacionados à energia e à informação, especialmente no caso da população e dos recursos, conforme as convenções estabelecidas.

Nesse sentido, para Raffestin, o poder do ‘todo’ ainda se reflete no poder do Estado. Ele afirma que, sob a ideia de um poder econômico ‘totalizante’, o Estado impõe suas forças sobre as especificidades dos diferentes grupos sociais e as diversas formas de produção do espaço geográfico, como os territórios. O autor vê essa totalidade como a aplicação de leis econômicas gerais sobre situações cotidianas e específicas. Essa dinâmica, por sua vez, acaba por levar à

destruição da territorialidade, uma vez que a territorialidade reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (Souza, 2020).

Nesse contexto, Raffestin (1993) afirma que o Estado, como expressão desse 'Poder', tem o papel de exercer uma influência constante e reguladora sobre a vida dos cidadãos, moldando comportamentos e garantindo que suas normas e diretrizes sejam seguidas. Ele se configura como um sistema abrangente de instituições e mecanismos que asseguram a submissão dos indivíduos. Essas estruturas não apenas administram as leis e a ordem, mas também implementam políticas e estratégias para manter o controle social e político, exercendo um controle contínuo sobre a territorialidade, o que reforça a ideia de que o poder se manifesta não apenas na manutenção da ordem, mas na transformação e destruição das formas de territorialidade anteriores, impondo novas regras e definições de espaço.

O conceito de poder também é importante para a compreensão da territorialidade. Em sua obra, Raffestin (2005, p. 23) menciona que “a paisagem, portanto, apresentada como imagem territorial, é construída, cotidianamente, pelos homens, sem que estes, com a sua atuação concreta, estejam distantes do signo mais ou menos positivo que imprimem”. A territorialidade é, portanto, uma construção contínua, na qual os seres humanos, em suas ações cotidianas, constroem e dão forma ao território, resultando, em muitos casos, em uma paisagem.

Toda organização é caracterizada por “seres e coisas, seja porque os possui, os controla ou os domina”. Isso se aplica não apenas ao Estado, mas também a outras organizações, como empresas. Estas controlam não apenas seus recursos produtivos, mas também, de maneira indireta, os mercados em que atuam. Ao competir com outras empresas, elas colocam em jogo todos ou parte de seus trunfos (Raffestin, 1993, p. 59).

Em relação à forma como o poder e a transformação territorial se interrelacionam, Raffestin (2005, p. 24) também argumenta que a transformação dos territórios está em acordo com o “ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável". Esse movimento de transformação não é apenas técnico, mas também cultural e político, pois o território se ajusta constantemente às novas formas de produção e de interação social. O autor complementa que o ‘Poder’:

> longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada. Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. (Raffestin, 1993, p. 52).

No campo das relações entre poder e trabalho, Souza (2020, p. 52) considera que "este processo teórico de decomposição e reconstituição categorial pretende nos aproximar da compreensão da abordagem relacional do poder de Raffestin em torno do fenômeno territorial". Ao integrar a teoria de Raffestin ao estudo do poder e do trabalho, pode-se alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre como o poder é exercido no espaço e como ele influencia a arranjo territorial.

Destacado por uma letra minúscula, o termo ‘poder’, apresenta sua relação dentro das interações humanas. Ou seja, além de ser fundamental em todas as relações, ele está presente em todos os lugares e se manifesta de diversas formas. O poder se revela nas relações, sendo um processo de troca ou comunicação em que dois polos se enfrentam ou se confrontam. Nesse sentido, as formas se distribuem entre os indivíduos e criam um campo: o campo do poder (Raffestin, 1993).

Souza (2020, p. 51) observa que, para Raffestin, o poder não é o mesmo que trabalho, mas também não é o seu oposto. Trata-se de um movimento aparente — uma ação que se manifesta nas relações sociais e no uso do espaço. Nesse sentido:

> o poder oculta o trabalho, mas não o nega em absoluto. Ao contrário, a qualidade e a condição inerentes ao fenômeno aparente consiste, precisamente, em indicar os elementos essenciais do processo analítico. Por conseguinte, este esforço de compreensão dialética tende a demonstrar, na verdade, a natureza ativa do pensamento do sujeito do trabalho científico (e ativa, neste sentido, não é especulativa) (Souza, 2020, p. 51).

Raffestin (1993, p. 52) argumenta que o poder [...]

> [...] nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o "Poder" e o "poder" (Raffestin, 1993, p. 52).

O campo das relações entre os indivíduos pode ser entendido como o campo do poder. O poder não é apenas uma força difusa, indefinida ou até mesmo vaga, mas sim um princípio organizador que estrutura os elementos e configurações dessas relações. Em outras palavras, molda e define a dinâmica das interações, influenciando como os indivíduos se posicionam e se relacionam dentro desse espaço (Raffestin, 1993).

O poder surge das interações entre os indivíduos, o que revela sua natureza complexa e multifacetada. Em vez de agir de forma linear ou simples, o poder se manifesta em diversas

camadas e contextos dentro das relações sociais. Ainda se destaca que a intencionalidade das ações mostra a importância dos objetivos que as pessoas buscam, enquanto a resistência evidencia as desigualdades que muitas vezes marcam essas relações (Raffestin, 1993). Em outras palavras, o poder se insere de forma contínua nas relações sociais, sendo moldado pelas intenções e estratégias dos envolvidos, e está presente em toda interação, como argumenta Correia (2021), ao destacar a importância das intenções e das regras que orientam as ações dos indivíduos em qualquer relação de poder.

No entanto, ao se confrontar o conceito de 'trabalho-poder' dentro da problemática relacional, que evidencia que cada relação constitui o ponto de origem do poder, o que fundamenta sua natureza multidimensional, será possível compreender certas mediações reais que apenas o 'trabalho' seria capaz de manifestar (Souza, 2020).

Não se pode discutir 'poder humano' ou suas manifestações geográficas sem considerar as relações sociais que o fundamentam. “são, portanto, as relações humanas que se objetivam e transformam parcelas concretas da realidade, seja na relação do homem com a natureza, seja na relação do homem com outros sujeitos sociais." (Souza, 2020, p. 50-51).

“No entanto, o poder não emana apenas das formas organizacionais consolidadas, mas das relações entre os sujeitos” (Correia, 2021, p.133). Toda relação é “o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (Raffestin, 1993, p. 53).

Para entender a multidimensionalidade do poder, é útil considerar vários aspectos interligados. Primeiro, a diversidade de fontes e formas de exercício do poder é fundamental. Em vez de vir de um único ponto centralizado, o poder é exercido a partir de múltiplos locais e contextos, manifestando-se de diferentes maneiras e em diferentes níveis, dependendo das situações e relações envolvidas. Além disso, o poder não existe de forma isolada; ele está sempre integrado a outras relações, sejam sociais, econômicas ou políticas. Em vez de ser uma força externa que se aplica às relações, o poder se entrelaça com elas, sendo um elemento presente e interconectado.

O poder é moldado por intenções e estratégias específicas, e sua dinâmica é marcada pela interação constante com resistência e conflito. Ele se manifesta como uma rede complexa e desigual de relações, na qual diferentes atores possuem variados níveis de influência e controle. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 54) destaca que em todas as relações existe um componente de poder, relacionado à maneira como os fluxos de energia e informação são manipulados e influenciam essas relações.

Em outros termos, propõe que devemos encarar o poder como algo constante, que se refaz e se reconfigura o tempo todo, sendo algo que não se extingue facilmente e está em constante transformação. Sobre a energia e informação, a troca verbal e a relação oral e o laço entre o poder e o saber, afirma que [...]:

> [...] isso quer dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional, qualquer que seja. A energia, com a informação, se forma, se acumula, se combina e circula. Uma coisa é certa: a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação. A troca verbal, a relação oral, não é puramente informacional, pois é necessária uma quantidade de energia para que a comunicação tenha lugar. O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação (Raffestin, 1993, p. 54).

De acordo com a interpretação de Raffestin (1993), Correia (2021) sustenta que primeiramente, é crucial observar que toda organização possui objetivos, os quais formam um campo de estratégias. Essas estratégias dependem da manipulação de fluxos, como energia e informação, que são gerados por meio de processos de acumulação, combinação e circulação. Com base nessa teoria, as organizações podem ser vistas como simples quando seu objetivo é limitado a uma única produção ou meta, enquanto se tornam complexas quando buscam expandir suas ações, visando diversos objetivos e a produção de múltiplos resultados.

As relações sociais, quando analisadas sob essa ótica, são capazes de iluminar as dinâmicas do poder político e suas manifestações espaciais. Além disso, os códigos desempenham um papel fundamental nessas relações, pois são os responsáveis pela formação das articulações econômicas e sociais, através das mensagens que circulam. O espaço e o tempo, nesse contexto, são considerados como recursos essenciais que devem ser trabalhados de forma integrada, a fim de refletir os processos estratégicos de cada organização, sendo o poder um elemento intrínseco a toda relação (Correia, 2021).

Esses fluxos de informação e poder se materializam, também, no domínio da comunicação, porque as estratégias de homogeneização cultural tornam-se instrumentos importantes para o controle social. No território destinado à produção e difusão da informação, observa-se que as pessoas estão vinculadas a um determinado meio de comunicação. Essa condição se transforma em uma forma de poder, apropriado e utilizado com o intuito de impor uma homogeneização cultural (Ferreira, 2017).

Ainda de acordo com Ferreira (2017), no pensamento de Raffestin, a comunicação ocupa uma posição central em um espaço abstrato, funcionando como um poder que se desloca

para aspectos frequentemente invisíveis, como as informações políticas, econômicas, sociais ou culturais. Além disso, a comunicação da informação é uma ferramenta essencial na estratégia de poder. Aqueles que controlam as redes de comunicação e mídia possuem um poder imenso sobre a população, exercido de forma indireta e ideológica, isto é, por meio de ideias e valores. Não é por acaso, portanto, que ocorre a concentração do setor, ou seja, a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos não acontece sem uma intenção estratégica.

O campo do poder apresenta uma relação que pode ser considerada simétrica ou assimétrica, e os ganhos ou custos influenciam a perspectiva dos envolvidos, afetando os elementos envolvidos. Em qualquer caso, a relação provoca mudanças. Para exemplificar: a relação pode ser benéfica para ambos os lados, resultando em ganhos equivalentes ou não, pode ser negativa para ambos, gerando custos, ou pode ser vantajosa para apenas um dos lados. A dissimetria pode ser absoluta, quando um lado ganha enquanto o outro perde, ou relativa, quando a perda de um lado é maior do que a do outro (Raffestin, 1993).

Raffestin (1993) argumenta que a interação entre energia e informação não só caracteriza diferentes formas de poder, mas também destaca um aspecto crucial: a capacidade de transformação. Isso leva à compreensão de que a energia (ou força) pode ser convertida em informação e vice-versa. Assim, o poder se configura como um espaço de transmutação, onde a informação pode liberar energia e a energia pode ser transformada em saber (informação).

No que se refere aos trunfos do poder, Raffestin (1993, p. 58) indica que se busca controlar e dominar tanto pessoas quanto coisas. Nos leva a refletir sobre [...]

> [...] a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação (Raffestin, 1993, p. 58).

Nesse sentido, as organizações, dentro das suas intenções, compõem um campo de estratégias bem orientadas que objetivam alcançar trunfos suplementares: a população, o território e os recursos (Correia, 2021, p. 129).

Uma relação pode destacar um dos trunfos, mas na prática todos são mobilizados simultaneamente, em diferentes intensidades. Como afirmado por Raffestin (1993, p. 58), o poder é intrinsecamente relacionado aos trunfos fundamentais da geografia política, sendo que a população, o território e os recursos os elementos essenciais que condicionam a ação. No entanto:

> o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos. De fato, eles sempre são mobilizados simultaneamente, em diversos graus. (Raffestin, 1993, p. 58).

O trunfo raramente é único, na maioria das vezes, ele é complexo e se assemelha a "jogos de soma nula, no sentido de que se uns perdem, outros ganham. Na realidade, os jogos de soma não nula são bem mais freqüentes". Assim, estabelece-se uma divisão que dependerá dos meios e das estratégias de cada um. Em outras palavras, em "situações de soma não nula os trunfos são repartidos" (Raffestin, 1993, p. 59).

Raffestin afirma que uma relação de poder só se configura como tal quando os termos da ação são definidos, seja para resistência ou cooperação. Ou seja, o poder só se estabelece quando há uma definição clara sobre as intenções das partes envolvidas, seja para resistir ou cooperar. Em ambos os casos, a dinâmica de poder molda as interações sociais e territoriais, refletindo o controle ou a contestação das estruturas estabelecidas.

Entende-se então que tanto o Estado quanto as empresas podem explorar essa diversidade num esforço para alcançar ou manter a homogeneidade, muitas vezes utilizando métodos violentos. No entanto, a população não fica passiva; ela reage e resiste. Ela é um ator-trunfo, e sua resistência aparece quando não responde às tentativas de controle, enquanto a revolta se manifesta como uma quebra na comunicação e uma rejeição das tentativas de imposição.

Para compreender as dinâmicas de resistência e controle, é crucial fazer uma distinção clara entre os conceitos de espaço e território. Segundo Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes e devem ser entendidos em suas complexidades distintas. Nesse contexto, ele complementa que [...]

> [...] por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. O estatuto de conceito permite uma formalização ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção. (Raffestin, 1993, p.143).

Moura e Moreira (2014), considerando a linha de pensamento geográfico influenciada pelas reflexões de Claude Raffestin, afirmam que o território é uma produção derivada do espaço, relacionada às dinâmicas de poder. Eles complementam dizendo que "o território tem

sido objeto de numerosas reflexões por parte de geógrafos, economistas, sociólogos que, com o passar dos anos, têm contribuído para a evolução do seu significado" (Mora e Moreira, 2014, p. 63). Nessa perspectiva, entende-se que o espaço é anterior ao território, e que, portanto, o território se forma a partir do espaço, resultado de ações guiadas por atores sintagmáticos (Raffestin, 1993; Moura; Moreira, 2014).

No contexto de atores sociais, é importante distinguir entre aqueles que operam dentro de um processo programado e aqueles que se inserem a partir de uma classificação comum, sem seguir um planejamento específico. Atores Sintagmáticos são indivíduos ou grupos que atuam dentro de um processo ou programa planejado. Esses atores são caracterizados pela articulação de ações sucessivas dentro de um processo contínuo, como partidos políticos, empresas, igrejas e o Estado. Eles combinam diferentes elementos e recursos para alcançar um objetivo, como o Estado que executa uma reforma ou uma empresa que desenvolve um programa de produção. Assim, os atores sintagmáticos são compostos por indivíduos integrados a um processo organizado e programado (Raffestin, 1993).

Por outro lado, os Atores Paradigmáticos não estão inseridos em um processo programado. Eles surgem a partir de uma divisão classificatória baseada em características comuns entre os indivíduos, como a população de um país. Esses atores representam um conjunto de pessoas que compartilham uma condição ou um espaço comum, mas não estão envolvidos em um programa ou ação coordenada. Em contextos específicos, como revoltas ou movimentos sociais, parte dessa população pode se transformar em um ator sintagmático, formando novas organizações. Nesse sentido, a população é vista como um "trunfo", um recurso que os atores sintagmáticos (como o Estado ou as empresas) buscam controlar ou integrar a seus processos (Raffestin, 1993).

Ambos os atores são fundamentais para compreender o processo de constituição do território. O território surge a partir do espaço quando um ator sintagmático se apropria dele, seja concretamente ou abstratamente, através de ações ou representações. Nessa perspectiva, o território é "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si" (Raffestin, 1993, p.143-144). Em relação ao território, o autor afirma:

> o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. Quanto à energia e a informação, elas estão em condições de tornar complementares as duas faces da medida de todas as coisas. Portanto, desempenham um papel

> preponderante, que não pode nem deve ser subestimado (Raffestin, 1993, p. 59-60).

Dessa forma, o espaço é o ambiente sobre o qual o ser humano exerce sua ação social, com o objetivo de produzir o território, o qual, com o tempo e por meio da observação, pode se transformar em uma paisagem. Essa relação entre trabalho e território é construída, sendo moldada pela percepção humana e pelas interações sociais, que não se limitam apenas a uma simples apropriação do espaço, mas o transformam continuamente em um produto simbólico, que é a paisagem (Raffestin, 2005).

Moura e Moreira (2014, p. 64) apontam que "a noção de território compreende algumas ideias centrais. Primeiro, é fortemente ligada à ideia de apropriação. Ele corresponde a uma porção de espaço apropriado, delimitado e governado, "uma obra humana"". Complementam dizendo que o termo apropriado apresenta dois significados: algo característico de si e algo pertencente a outro ser ou entidade. Ou seja, o território é, portanto, a base geográfica da existência social.

Ferreira (2017, p. 107), ao considerar a respeito do pensamento de Raffestin (1993) sobre o território, acrescenta e reitera que se trata do espaço onde o poder se exerce, ou seja, onde ocorre o controle e a dominação, considerando que:

> o território é o lugar no espaço onde se configura o poder (capacidade de controle e dominação). É necessário estudar o território a partir de relações reais no contexto sócio-histórico e espaço-temporal. O território é associado a um Estado (Jurídico – ligado a legislação – e fiscal – ligado a política econômica). E a fronteira é quem define o alcance do poder do Estado. Utiliza-se o conceito de território justamente por se tratar de uma categoria que engloba as mais diversas esferas do poder, onde se desenvolve culturas diferentes, sistemas políticos, crenças, hábitos e tempos diferentes (Ferreira 2017, p. 107).

Portanto, o território se configura como um espaço dinâmico, onde diferentes esferas do poder se cruzam e se interagem, refletindo a diversidade de práticas, culturas e sistemas que nele coexistem (Ferreira, 2017). No entanto, Raffestin (1993) complementa que, para um marxista, o espaço tem valor de uso e existe independentemente das ações humanas, funcionando inicialmente como uma matéria-prima que já está presente ante qualquer intervenção que venha a acontecer ali e que:

> [..] o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. (Raffestin, 1993, p.144).

Raffestin (2005, p. 17) afirma que o ambiente "sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, ‘em uma paisagem’". O trabalho humano, ao interagir com o território, não se limita a uma simples apropriação do espaço, mas o transforma continuamente em um produto simbólico, que se revela como a paisagem. Essa relação entre trabalho e território é, portanto, moldada pela percepção humana e pelas interações sociais, refletindo a dinâmica do espaço enquanto espaço vivido e trabalhado (Raffestin, 2005).

Por fim, quanto ao território, ele se apoia no espaço, mas evidentemente:

> [...] não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993, p.144).

Para ilustrar esses pressupostos, tomemos, por exemplo, as distinções estabelecidas pelo autor entre espaço e território (Raffestin, 1993). Embora a transição de um conceito para outro, mediada pelo trabalho como espaço para o território, demonstre uma resolução razoável no campo conceitual, a expressão real dos processos aponta, por outro lado, para a fragilidade de um movimento teórico e metodológico capaz de evidenciar as relações sociais que sustentam o território, ou seja, o fenômeno material (Souza, 2020).

As estratégias de produção e a objetivação da vida social interagem com as práticas de diferentes sujeitos sociais, orientadas por códigos compartilhados. Nesse cenário, os territórios podem ser compreendidos como sistemas informacionais especializados, de acordo com as determinações culturais da sociedade (Souza, 2020). Raffestin (1993) afirma que todo projeto no espaço depende de conhecimento e prática, ambos regidos por sistemas sêmicos - conjuntos de códigos e símbolos que tornam o espaço compreensível e funcional.

Esses sistemas sêmicos moldam a representação do espaço, refletindo as condições sociais, econômicas e produtivas que o permeiam. Portanto, a representação do espaço que conseguimos construir é condicionada pelas utilidades sociais e pelas relações de poder que moldam o contexto. Nesse sentido, os limites do espaço correspondem aos limites do sistema semântico utilizado para representá-lo, ou seja, “esse aspecto demonstra, no bojo de sua teoria do território e da territorialidade" (Souza, 2020, p. 133).

Observando o território sob esse ângulo, podem dizer que a construção do território é operada graças às interações entre diferentes atores e suas práticas, mas também graças a

estratégias de elaboração mais concorrenciais que se apoiam nos aspectos culturais, históricos, nos conhecimentos, nas experiências dos atores. Ao longo da História, os sistemas de projeção de espaços variaram e foram moldados por diferentes formas de poder e comunicação social, destacando a importância de entender como essas representações conectam intenções e realizações no cenário social. Os territórios, portanto, são sistemas informacionais espacializados conforme as determinações culturais de cada sociedade, evidenciando essa conexão (Raffestin, 1993).

Raffestin (1993) afirma que, desde os primórdios da humanidade, imagens e modelos têm sido usados como ferramentas de poder. A cartografia moderna, que surgiu na Renascença com o Estado moderno, tornou-se uma poderosa ferramenta de controle, adotando uma abordagem euclidiana simples baseada em deduções lógicas e geométricas. Essa metodologia não só moldou a compreensão do espaço, mas também refletiu a lógica das políticas espaciais dos Estados, orientando decisões sobre territórios e infraestrutura de acordo com as necessidades práticas da época.

Em relação à transformação do território, com o passar do tempo, ele foi naturalmente modificado, e, em sua grande maioria, já não temos uma ideia precisa da floresta nativa, das desagregações, dos campos, dos becos e das cidades. O território é, portanto, um fenômeno dinâmico e em constante transformação, onde a história e as mudanças sociais influenciam diretamente sua configuração (Raffestin, 2005).

Há sempre uma diferença entre a imagem de um território que se projeta e a realidade desse território. Isso acontece porque uma imagem nunca reflete perfeitamente o plano original, já que é composta por múltiplos atores envolvidos, cada um com suas próprias visões e objetivos, o que resulta em dinâmicas de poder complexas. A verdade sobre o território não corresponde exatamente a nenhum projeto individual, mas é moldada por essas interações variadas entre os indivíduos (Raffestin, 1993).

As ações dos atores, muitas vezes, seguem uma lógica implícita, como se fossem deduzidas umas das outras. Embora não se tenha feito um esforço sistemático para mapear essa lógica no campo do poder, é possível identificar alguns princípios, por exemplo, toda superfície pode ser dividida em malhas, e existem vários sistemas de malhas possíveis. Além disso, é possível criar pelo menos um caminho entre dois pontos na superfície, sendo que esse caminho não é único. Finalmente, entre três pontos na superfície, pode-se formar uma rede (Raffestin, 1993).

Souza (2020) complementa a ideia de Raffestin (1993), ao afirmar que o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Ao questionar o que é o território e ao focar na representação e no formalismo epistemológico, ele apresenta a fórmula T = A r (A α E) para ilustrar a produção do território.

Souza (2020, p. 223) traduz a ilustração de território de Raffestin argumentando que:

> para Raffestin, (A) representa o "ator social", que na relação (α) com o espaço (E), efetiva uma produção real (trabalho objetivado) – seja material ou representativa. No entanto, no esquema do geógrafo suíço, não existe apenas um único "ator social" na produção do território, portanto, ele acrescenta (A r) para indicar a relação de outros atores envolvidos, com outras intencionalidades e outras formas de ação, na disputa da concreção de determinado espaço (E). Logo, a configuração das diferentes práticas espaciais pode, segundo o autor, ser discernível em códigos (Souza, 2020, p. 223).

Raffestin (1993) conclui que a formulação dos princípios para o poder em termos territoriais é semelhante à geometria euclidiana, porém, não se trata de uma geometrização da ação, mas sim de uma ação representada geometricamente. O poder cria malhas em superfícies territoriais para delimitar campos de atuação, contudo, essas malhas variam conforme as ações e condições reais.

A axiomática do poder, ou melhor dizendo, os princípios que regem o poder não tratam de uma versão fixa ou estática da geometria, mas sim de um sistema adaptável às condições históricas e sociais. Desse modo, o território é uma construção formada a partir de representações e ações, e seu estudo envolve a compreensão do contexto sócio-histórico que o molda.

Complementando a análise de Raffestin, Souza (2020) afirma que esses mediadores sêmicos, que conformam e organizam práticas impositivas ou normativas, não estão apenas representados nas ações espaciais, mas também na codificação do espaço. Assim, as ações geográficas que formam o território não são apenas instâncias de poder e autoridade, mas também de resistência e negociação.

Isso retoma o que Raffestin (1993) apontou ao afirmar que a maneira como a realidade é construída e apresentada, seja por meio de imagens, conceitos ou modelos, exerce um poder significativo sobre os indivíduos e sobre a sociedade. Ou seja, as construções da realidade, ao serem moldadas e apresentadas de determinadas maneiras, podem atuar como mecanismos de controle e influência sobre os sujeitos sociais.

Dado que o território é uma construção moldada por representações e ações dentro de contextos históricos e sociais específicos, é essencial examinar como Raffestin (1993, p. 150) propõe entender e analisar essas dinâmicas. O autor afirma que, a partir de uma representação,

“os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e a construção de redes”, em outras palavras, os atores dividem as superfícies, estabelecem pontos e criam redes.

Neste contexto, o autor acrescenta que o sistema territorial é de caráter espacial, embora [...]

> [...] malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias. Mas, se nos limitarmos ao território concreto, esses atos vão se traduzir por "atos observáveis". Isso é percebido desde a Antiguidade até os dias atuais (Raffestin, 1993, p. 150).

Ademais, Raffestin (1993, p. 150) complementa ainda que “é interessante destacar [...]que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação”. Dessa forma, “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados”. Em parte, são soluções possíveis ao fator de distância e, paralelamente, à acessibilidade. Essa distância pode ser compreendida em termos espaciais, sejam eles físicos e/ou geográficos, temporais, psicológicos ou econômicos.

“A distância se refere à interação entre os diferentes locais”, logo, pode ser uma interação política, econômica, social e cultural resultante de jogos de oferta e procura entre indivíduos e grupos. Sob essa perspectiva, cria-se um sistema de malhas, nós e redes que moldam o território. Além disso, a diferenciação funcional se evidencia uma hierarquização que organiza o território conforme a importância atribuída pelas ações dos indivíduos ou grupos (Raffestin, 1993, p. 150).

Os sistemas de tessituras - que descrevem como diferentes elementos ou componentes são interconectados e organizados em uma estrutura ou rede - são essenciais para o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado ou possuído, e permitem a imposição e manutenção de ordens, assim como a integração e coesão dos territórios (Raffestin, 1993). Por fim, “todo e qualquer sistema territorial é composto por três elementos fundamentais, que são o ponto, a linha e a superfície” (Souza, 2020, p. 237).

Entretanto, o autor complementa que, ao tentar simplificar a representação dos sistemas territoriais com um único 'ator social', perde-se a complexidade inerente à dinâmica territorial. Em seu entendimento, no centro desse sistema, a ideia de um único ator é ontologicamente impossível. Raffestin, por sua vez, sugere que os elementos mais adequados para a representação “do sistema territorial são: os nós, as redes e as malhas (tessituras)” (Souza, 2020, p. 327).

Raffestin (1993, p. 151) argumenta que “esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder”. Nesse contexto, esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Eles também permitem a imposição e manutenção de uma ou várias ordens. Por conseguinte, “permitem realizar a integração e a coesão dos territórios", constituindo o “invólucro no qual se originam as relações de poder” (Raffestin, 1993, p. 151).

Formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, esses sistemas estão presentes em todas as práticas espaciais, revelando-se como ‘universais’ ou invariáveis geograficamente. Compreendendo três subconjuntos estruturais – tessituras, nós e redes – esses sistemas sustentam a prática espacial e representam variações de uma estrutura base comum. A “estrutura tessituras-nós-redes é exteriorizada por um grupo”, ou seja, ela se manifesta externamente por um grupo, refletindo uma estrutura interiorizada, que pode ser socialmente condicionada, evidenciando uma presença constante apesar das variações formais (Raffestin, 1993).

Para compreender como as estruturas territoriais se manifestam em diferentes imagens urbanas, é crucial distinguir entre ‘imagem’ e ‘estrutura’. Nesse sentido, Raffestin (1993) argumenta que a imagem é a forma visível assumida por uma estrutura, moldada por objetivos e ações intencionais. Os variados modelos urbanos, de núcleos centrais e de distribuição de densidades, refletem uma única estrutura influenciada por diferentes objetivos e ações. Assim, as representações territoriais demonstram que as relações de produção e, consequentemente, as relações de poder estão interligadas e “é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território” (Raffestin, 1993, p. 152).

Os atores coletivos são responsáveis por realizar um programa e se apresentam como sintagmáticos e paradigmáticos. Assim, o ator sintagmático (Estado, família, partidos, empresas, igrejas) integra, através de estratégias, a elaboração de um conjunto de normas. Já os paradigmáticos se manifestam com a ideia de processo e de articulações (Correia, 2021, p.129). E “de fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (Raffestin, 1993, p. 152).

Nesse sentido, o autor complementa que:

> em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos

> objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (Raffestin, 1993, p. 152-153).

Nesse contexto, Correia (2021, p.126) argumenta que o "poder tem um conteúdo consubstancial à toda relação ou interação marcada pelos atores, expressa no agir político dos atores (intenções) e em um conjunto de códigos que definem a problemática relacional".

De forma ampla, toda tessitura envolve a ideia de limite. Além disso, percebe-se que a noção de limite é um componente fundamental em qualquer prática, não apenas espacial. Assim, para entender e organizar qualquer conceito ou espaço, estabelecer limites claros é essencial. O autor considerando que:

> definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso delimitar. A história da noção de limite seria apaixonante ... e verdadeiramente estafante, pois estaria além das possibilidades de um só homem. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo, bem entendido, posto de lado. (Raffestin, 1993, p. 153).

De acordo com Raffestin (1993) delimitar significa isolar ou manifestar poder em uma área específica, e o desenho de malhas reflete a produção de território. Embora a superfície possa ser estruturada de várias maneiras, o sistema de objetivos e ações segue princípios que revelam uma ordem. A tessitura territorial pode incluir diferentes níveis dependendo das funções, que podem levar a centralizações e descentralizações. A interpretação deve considerar se a tessitura visa otimizar atividades ou controlar a população, distinguindo a tessitura desejada da que é realmente suportada pelo grupo. Quanto à tessitura desejada e à tessitura suportada, Raffestin (1993, p. 154) indica que:

> a "tessitura "desejada" é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, enquanto a tessitura "suportada" é aquela que tenta maximizar o controle do grupo". O limite não tem, portanto, de nenhuma forma, o mesmo significado nos dois casos. No entanto, nos dois casos a tessitura é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas [...] A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervirem todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (Raffestin, 1993, p. 154).

Em resumo, limitar um território vai além de traçar fronteiras fixas, envolve também a consideração de áreas onde atividades econômicas e culturais se desenvolvem de maneira mais fluida. As tessituras, sejam políticas ou econômicas, frequentemente se sobrepõem e mudam ao longo do tempo, com as políticas sendo geralmente mais estáveis, enquanto as econômicas são mais flexíveis e adaptáveis. Além disso, redes e pontos no território, como cidades e infraestruturas, não apenas marcam áreas de influência, mas também moldam e são moldados por essas redes de comunicação, revelando como o controle e o poder se manifestam no espaço.

Raffestin (1993) destaca que a territorialidade é essencial para entender a organização e o exercício do poder. Mais do que uma simples demarcação física do espaço, a territorialidade envolve um conjunto complexo de práticas e relações que definem e moldam o controle e o uso dos territórios. De acordo com a perspectiva do autor:

> A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (Raffestin, 1993, p. 159).

Raffestin (1993, p. 159) considera que o conceito de territorialidade é desafiador. A história desse conceito ainda está por ser desenvolvida, principalmente porque foi introduzida pelos naturalistas, que “se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só fora verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920”. Complementa que nas ciências humanas, o conceito de territorialidade foi abordado, direta ou indiretamente, por aqueles que estudaram as relações com o espaço ou o território.

No entanto, houve um esforço bem menor para identificar com precisão a territorialidade humana. Parece-nos que o aspecto crucial a ser destacado é a relação com a diferença. O ‘outro’ não se refere apenas ao espaço modelado, mas também aos indivíduos e grupos que nele estão inseridos.

Sugere que a territorialidade pode ser entendida de forma ampla como uma questão relacional. Em outras palavras, isso inclui três aspectos principais: o indivíduo em coletividade; a relação específica com uma forma e um conteúdo determinados; e a exterioridade, que pode

ser tanto um lugar físico quanto um espaço mais abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural.

Correia (2021, p. 127-128) argumenta que, à luz de uma perspectiva territorial ancorada na política, Raffestin "insere sua teoria na questão relacional inerente a um território compreendido enquanto campo da ação dos trunfos, na medida em que permite o surgimento do poder". De fato, a problemática relacional trabalhada por Raffestin permite o entendimento da política dos atores e das relações de sintonia ou desarmonia com o Estado. A rigor, isso implica nas ações de todas as instituições que operacionalizam seu agir baseadas nos princípios do querer existir, saber existir e poder existir.

Desse modo, a territorialidade pode ser compreendida como um conjunto de relações dentro de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, buscando a maior autonomia possível dentro dos recursos disponíveis. Consequentemente, a territorialidade se expressa pela conjunção dos seguintes elementos: o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo, que necessita de mediadores; e a exterioridade, isto é, uma ‘topia’, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural (Raffestin, 1993).

A territorialidade também é dinâmica, pois os componentes que a formam - o indivíduo em coletividade; a relação específica com uma forma e um conteúdo determinados; e a exterioridade -, são sujeitos a variações ao longo do tempo. As mudanças que os afetam não seguem os mesmos ritmos temporais. Assim, essa territorialidade representa, de certa maneira, como as sociedades atendem, em um dado momento e lugar, suas necessidades de energia e informação, com uma carga demográfica e um conjunto de recursos determinados.

Em consonância com essa visão, as relações dentro dessa territorialidade podem ser tanto simétricas, com ganhos e custos equivalentes, ou assimétricas, com desequilíbrios. Nesse contexto, contrapõem-se a “temporalidade estável e uma territorialidade instável”. Quanto às características da temporalidade estável e da territorialidade instável, Raffestin (1993, p.161) entende que, na temporalidade estável, “nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo”, ou seja, enquanto na territorialidade instável, “todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo”. Entre essas duas situações extremas, há casos em que um ou dois elementos mudam, enquanto os outros permanecem constantes.

Cada sistema territorial molda e condiciona seu próprio uso e transformação. As redes, conexões e estruturas territoriais criam proximidades e acessos, assim como separações e distâncias, que indivíduos e grupos devem lidar. Raffestin (1993) aponta que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A

territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder. Portanto, a identidade não pode ser questionada, não tem coerência sem a visão ‘imaginária’ de um grupo formado por indivíduos.

A territorialidade, portanto, não é apenas um conceito relacionado à definição de limites físicos, mas uma questão profundamente enraizada nas dinâmicas sociais, culturais e históricas. À medida que os atores sociais, sejam indivíduos, grupos ou instituições, interagem com o espaço, suas ações e estratégias refletem e moldam o território, criando uma rede complexa de relações de poder. Essas relações, além de definirem fronteiras físicas, expressam também as formas de controle, de exclusão e de inclusão que permeiam as sociedades.

Como afirma Raffestin (1993), a territorialidade é a ‘face vivida’ do poder, sendo impossível compreender a identidade e as dinâmicas sociais sem analisar o papel que o espaço e suas divisões desempenham nas interações entre os indivíduos e grupos. Dessa forma, o desenvolvimento territorial deve ser compreendido como um processo contínuo e multifacetado, no qual as práticas espaciais não são apenas um reflexo da estrutura social existente, mas também um meio de sua transformação e reafirmação.

Esse entendimento mais amplo da territorialidade é complementado pela análise de autores como Moura e Moreira (2014), que destacam a importância da integração de atividades, recursos e pessoas na construção do território, desafiando a divisão rígida entre categorias como urbano e rural, ou agrícola e industrial. A produção territorial, segundo essa perspectiva, não se dá apenas pelas interações entre os diferentes atores e suas práticas, mas também por estratégias concorrenciais que envolvem aspectos culturais, históricos e de conhecimento.

A abordagem de Raffestin (1993), ao enfatizar a complexidade das relações de poder na construção do território, é, portanto, reforçada pela compreensão de que o território é simultaneamente um produto e um processo, no qual as estratégias e as práticas espaciais se entrelaçam, configurando um sistema dinâmico e relacional que molda e é moldado pelas forças sociais e políticas.

3. BASE HISTÓRICA NACIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Esta seção tem como propósito analisar, na perspectiva cronológica, a proteção ambiental no Brasil, abordando os marcos e as transformações que moldaram a legislação e as práticas de conservação ao longo do tempo, desde os primeiros momentos da colonização até a consolidação das políticas e legislações ambientais.

Inicia-se com uma análise do contexto histórico para a proteção ambiental, destacando as transformações desde a época colonial até o século XX, passando pelo marco do direito ambiental no Brasil, com os avanços e a consolidação após 1981. O capítulo também explora os fundamentos jurídicos das unidades de conservação, enfatizando a estrutura legal que sustenta a legislação ambiental atual no Brasil.

3.1 DA COLÔNIA AO SÉCULO XX: A TRANSFORMAÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A história da proteção ambiental no Brasil se desenrola ao longo de diferentes períodos históricos, como destacam Borges, Rezende e Pereira (2009). Durante o período colonial (1500–1822), o território seguia as diretrizes da metrópole portuguesa e de outras potências europeias, que, preocupadas com a preservação de seus próprios recursos naturais, buscavam regulamentar a exploração das riquezas em suas colônias.

O regime colonial português, com uma economia fortemente dependente da madeira para a construção naval, reconhecia a importância estratégica das florestas brasileiras. Um exemplo emblemático da exploração descontrolada foi a extração do pau-brasil, recurso natural altamente demandado na época (Borges; Rezende; Pereira, 2009). Nesse contexto, foi instituído o Regimento do Pau-Brasil (1605), considerada a primeira legislação voltada à proteção de recursos naturais no Brasil, que regulamentava a extração da madeira e punia severamente quem desrespeitasse as normas de controle e licenciamento.

O modelo de ocupação territorial adotado nesse período era marcado pela exploração insustentável das florestas. À medida que as áreas costeiras se esgotavam, a exploração avançava para o interior, ampliando os impactos ambientais. Com a chegada da Família Real em 1808, mudanças significativas ocorreram: a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por exemplo, promoveu o estudo da flora brasileira, representando um marco simbólico — embora ainda fosse um passo inicial — no reconhecimento do valor ecológico da vegetação nativa. Além disso, a legislação de 1821 sobre o uso da terra introduziu a exigência de deixar

uma parte das áreas vendidas ou doadas intactas, sendo um precursor do conceito de reserva legal, presente posteriormente no Código Florestal (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Durante o período imperial (1822–1889), a política sobre os recursos naturais manteve traços do modelo colonial, mas passou por adaptações. Em 1825, foi reafirmada a proibição da concessão de licenças privadas para a exploração do pau-brasil, ao mesmo tempo em que se extinguiu o sistema de sesmarias. A partir de 1831, a prática do desmatamento com o uso indiscriminado do fogo se intensificou, principalmente como forma de "limpar" as terras para transformá-las em pastos e lavouras, impulsionando a expansão das fronteiras agrícolas. Essa prática era comum e refletia o incentivo à produção agropecuária, marcada por uma visão desenvolvimentista que dava pouca atenção à preservação ambiental. Além disso, havia forte dependência da utilização da mão de obra escravizada para sustentar esse modelo produtivo (Borges; Rezende; Pereira, 2009). Esse processo configura uma longa transição: da exploração desmedida durante o período colonial à consolidação de políticas e normas destinadas à proteção dos recursos naturais ao longo do século XX.

Diante disso, são apresentados os principais aspectos da trajetória da proteção ambiental em nível nacional. Em seguida, analisa-se os desafios e conquistas que marcaram essa trajetória, especialmente entre os anos de 1889 e 1980, período fundamental para compreender os avanços — e os entraves — que moldaram a agenda ambiental no país.

3.2 Desafios e Conquistas: A Luta pela Proteção Ambiental no Brasil (1889-1980)

Visto de modo global, o período republicano foi marcado por políticas progressistas, mas também predatórias em relação aos recursos naturais, refletindo a realidade da época (Borges; Rezende; Pereira, 2009). O país foi moldado pela apropriação de terras, com a conquista territorial desempenhando um papel crucial na identidade e coesão social. O padrão de ocupação intensiva dos recursos e extensiva em termos de espaço dominou a história nacional, conferindo um caráter expansionista e "civilizador" ao processo (Campos, 2019).

Durante o período entre 1889 e 1981, a legislação ambiental brasileira passou por transformações graduais e significativas. Durante a República Velha (1889–1930), predominava uma perspectiva liberal, com pouca ou nenhuma prioridade dada à proteção dos recursos naturais. A preocupação central era o crescimento econômico, e a natureza era vista principalmente como fonte de exploração.

A partir da década de 1930 — até o fim da década de 1960, o país ainda não contava com uma política ambiental estruturada nem com instituições específicas para lidar com as questões ecológicas. As ações relacionadas ao meio ambiente surgiam de forma fragmentada, dentro de políticas setoriais voltadas à exploração dos recursos naturais. Como destaca Moura (2016, p. 14), o foco desse período era a administração ou o 'controle racional' desses recursos, visando seu melhor aproveitamento econômico (Moura, 2016).

Com o aumento do desmatamento proporcionado pelo crescimento da agricultura, despertou no governo a necessidade de conservar os recursos florestais, surgindo nos anos 20 a ideia de criar um Código Florestal para estabelecer o uso racional das florestas, o qual foi implementado em 1934 (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 454).

Nesse período, foram estabelecidas as primeiras legislações voltadas à gestão dos recursos naturais no Brasil. Em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, destacaram-se medidas pioneiras, como a criação do Código de Águas (Decreto nº 24.643/1934), voltado ao aproveitamento hídrico para fins como a geração de energia hidrelétrica, sob gestão do Ministério das Minas e Energia, e do Código Florestal (Decreto nº 23.793/1934), vinculado inicialmente ao Ministério da Agricultura, com foco na proteção dos solos para uso agrícola (Moura, 2016).

No mesmo ano, a Constituição de 1934 e o Decreto nº 24.645/1934 também passaram a prever a proteção dos animais, marcando um avanço importante na regulamentação ambiental brasileira (Campos, 2019). Ainda nesse contexto, ocorreu a primeira Conferência de Proteção da Natureza e, em 1937, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro do país (Biasetto, 2011). Anos mais tarde, dando continuidade a esse processo, foi promulgada a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967), reforçando o arcabouço legal de proteção ambiental no país (Moura, 2016). Esse período foi marcado pelas criações da:

> da União Protetora do Ambiente Natural (Upan) em 1955, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) em 1958, da Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNNDA) em 1966 e da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971. Sendo que esta última era a mais ativa de todas, preocupada com diversas questões, como a poluição proveniente da aplicação excessiva de agrotóxicos na agricultura, formulava ações de promoção ecológica e denunciava os impactos predatórios da poluição causada pelas indústrias (Campos, 2019, p. 174).

Nesse sentido, "alguns fatos marcantes da história caracterizam o período de evolução, consolidação e aperfeiçoamento das normas jurídicas de proteção ambiental no Brasil, aqui chamado de 'Direito Ambiental'" (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 454). A evolução, consolidação e aperfeiçoamento das normas jurídicas de proteção ambiental deram luz ao

"Direito Ambiental". Embora não se deva condenar os erros do passado, é essencial revisar e aprimorar as políticas de uso e conservação para assegurar a sustentabilidade e a garantia dos recursos naturais.

A Constituição de 1934 amplia e detalha as normas sobre questões ambientais, definindo as responsabilidades da União e dos estados na proteção das belezas naturais (Campos, 2019). Nesse sentido, observamos que, “a ideia da criação de parques nacionais para a preservação da fauna e flora brasileiras já estava presente no pensamento da elite intelectual do país desde o século XIX” (Biasetto, 2011, p. 753). Moura (2016) entende que a política de criação de áreas ambientalmente protegidas iniciou “em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. A partir daí, foram criados diversos Parques Nacionais”, cuja administração e fiscalização estavam sob a responsabilidade do Serviço Florestal Federal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

Na década de 1940, ainda segundo os autores, o país deu um passo importante com a criação do Parque Nacional de Itatiaia (1937), o primeiro do Brasil, marcando o surgimento das unidades de conservação. Nas décadas seguintes, outras áreas protegidas foram implementadas, embora sem uma política ambiental consolidada. A legislação ambiental evoluiu ao longo dos anos até que, na década de 1960, foram tomadas decisões significativas sobre o assunto. A temática “ganhou impulso quando algumas demandas ambientais da sociedade começaram a surgir, tendo como precedente a poluição gerada por atividades produtivas, principalmente a poluição industrial” (Moura, 2016, p. 15). O Código Florestal de 1965 foi criado com o objetivo de substituir seu antecessor, o Código de 1934, representando um importante instrumento para a preservação das atividades florestais, declarando-as como bens de interesse comum e criando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Somente nas décadas de 1970 e 1980, como explica Biasetto (2011), com a intensificação das discussões internacionais sobre ecologia — especialmente após a Conferência de Estocolmo (1972) — o Brasil iniciou uma transição institucional mais clara. Um marco desse período foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, simbolizando o início de uma estrutura estatal voltada à questão ambiental.

No período em questão, o IBDF, vinculado ao Ministério da Agricultura, priorizava a expansão agrícola sobre a proteção das florestas, favorecendo o crescimento da agricultura mesmo se isso significasse restringir áreas florestais. A administração das áreas protegidas passou a ser sua atribuição, acumulada à competência prioritária relativa ao cumprimento do Código Florestal e de toda a legislação pertinente à proteção dos recursos naturais renováveis

(Moura, 2016). No entanto, essa administração frequentemente enfrentava desafios devido à priorização da expansão agrícola, que frequentemente se sobrepunha às medidas de proteção.

A evolução dessa legislação ocorreu de forma lenta, mas contínua, desde a década de 1930 até o início da década de 1970, período em que o Brasil vivia o milagre econômico[1]. Nesse contexto, surgiram "as primeiras "vozes" com sentimento ambientalista em várias partes do globo, como reação ao crescimento desmedido e sem controle" (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 449). A década de 1970 foi um período relevante para o desenvolvimento da consciência ambiental no Brasil, apesar do clima de extrema repressão que dominava os ambientes políticos e científicos no âmbito da sociedade brasileira, o que dificultava o debate aberto e a disseminação de ideias críticas. Apesar da censura e das severas limitações à liberdade de expressão, a chamada "era da ecologia" global teve um impacto importante, com a disseminação do pensamento ecologista desempenhando um papel fundamental na formação da consciência ecológica no país (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Nesse contexto, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado em novembro de 1971 e planejado para ser implementado entre 1972 e 1974, resultou em intensa devastação da Amazônia brasileira. O plano incentivou a distribuição e aquisição de terras, levando a uma grande destruição ambiental e atraindo pessoas em busca de trabalho e enriquecimento. Os impactos negativos do plano geraram uma forte reação pública, levando o governo a reverter sua política de exploração ambiental na região (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Em 1972, durante a Conferência de Estocolmo[2], o governo brasileiro defendeu que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser prejudicado. Sustentava-se que o crescimento econômico e demográfico "dos países em desenvolvimento não deveria ser sacrificado e que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços para evitar a poluição ambiental – posição que foi endossada pelos países do chamado Terceiro Mundo". Em síntese, o argumento era que os países desenvolvidos deveriam

---

1 Milagre Econômico foi o período da década de 1970, durante o regime militar, caracterizado por um rápido crescimento econômico no Brasil, com elevados índices de produção e investimentos em infraestrutura. No entanto, esse crescimento foi acompanhado de desigualdades sociais e aumento da dívida externa.

2 A ideia de ecodesenvolvimento, abordada no Relatório Brundtland, está intimamente ligada à Conferência de Estocolmo de 1972, que foi a primeira grande conferência internacional sobre o meio ambiente. Na ocasião, foi enfatizada a importância de integrar as questões ambientais ao desenvolvimento econômico, propondo uma abordagem mais sustentável para o crescimento. A conferência também destacou a relação entre os problemas ambientais e o desenvolvimento, influenciando discussões posteriores sobre a sustentabilidade e o ecodesenvolvimento.

assumir os custos para evitar a poluição, uma posição que contou com o apoio das nações do Terceiro Mundo (Moura, 2016, p. 15).

A reverberação das conclusões desse movimento internacional, em nível interno esteve na criação da primeira instituição a tratar da temática ambiental no nível federal, no ano de 1973. Tratou-se da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que tinha como missão estabelecer um órgão dentro da administração pública federal para gerir os recursos ambientais. De acordo com Moura (2016, p. 16) a "agenda da Sema se concentrou no problema do controle da poluição industrial e urbana, em uma ação orientada, principalmente, em função de denúncias". Esse papel da SEMA foi crucial para o fortalecimento das ações ambientais no Brasil, especialmente em um momento em que outras instituições também estavam sendo formadas para lidar com essas questões:

> O IBDF continuou com a função de órgão fomentador das ações para as florestas e gestão das áreas protegidas (Unidades de Conservação – UCs), enquanto a Sema acabou estabelecendo um programa próprio de áreas protegidas que ficaram a ela subordinadas. Seguindo o modelo federal, alguns estados começam a criar seus órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) neste período: a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) em São Paulo (1973) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) no Rio de Janeiro (1975). Na esfera do planejamento, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) incorporou algumas diretrizes ambientais (Moura, 2016, p. 16).

Na sequência, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado em dezembro de 1974 e com vigência de 1975 a 1979, incluiu medidas conservacionistas. O plano introduziu medidas significativas voltadas à conservação ambiental, marcando um passo importante na incorporação de práticas sustentáveis no planejamento nacional. Já o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1979 e com vigência de 1980 a 1985, foi um marco crucial na evolução do Direito Ambiental no Brasil. Este plano não apenas avançou na consolidação das políticas ambientais, mas também se destacou pela criação da Lei n° 6.938 em 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981, um passo fundamental para estabelecer diretrizes e estruturas legais para a proteção ambiental no país (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Impulsionada pela chamada era da ecologia — marcada pela disseminação do pensamento ecologista em várias nações — a construção da consciência ambiental no Brasil ganhou força. Esse movimento resultou em um crescente foco nas questões ambientais nos anos 1980, período também conhecido como a 'era da ecologia' no país, embora os dilemas ambientais já estivessem presentes desde décadas anteriores (Biasetto, 2011). A restauração do

ambiente democrático e a pressão internacional permitiram que a questão ambiental ganhasse destaque, levando a sociedade a se preocupar com o desmatamento da Amazônia e a exigir melhores condições de vida (Campos, 2019). Nesse sentido, os movimentos ambientalistas no Brasil passaram por transformações significativas, refletindo a expansão da consciência ecológica global e o contexto do regime militar, que perdurou até os anos 1980.

Como desdobramento desse cenário ambiental e político, destacou-se a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Essa lei, considerada inovadora por abordar um tema pouco discutido e por seu caráter descentralizador, estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para a atuação dos diferentes níveis de governo na política ambiental (Moura, 2016). Embora a "Era da Ecologia" no Brasil tenha alcançado seu auge nessa década, suas raízes remontam ao século XIX. A partir da década de 1970, o Brasil começou a absorver, de modo mais contundente, influências do movimento ecologista global, desenvolvendo uma consciência ambiental mais robusta (Biasetto, 2011).

Impulsionada pela chamada era da ecologia — marcada pela disseminação do pensamento ecologista em várias nações — a construção da consciência ambiental no Brasil ganhou força. Esse movimento resultou em um crescente foco nas questões ambientais nos anos 1980, período também conhecido como a ‘era da ecologia’ no país, embora os dilemas ambientais já estivessem presentes desde décadas anteriores (Biasetto, 2011). A restauração do ambiente democrático e a pressão internacional permitiram que a questão ambiental ganhasse destaque, levando a sociedade a se preocupar com o desmatamento da Amazônia e a exigir melhores condições de vida (Campos, 2019). Nesse sentido, os movimentos ambientalistas no Brasil passaram por transformações significativas, refletindo a expansão da consciência ecológica global e o contexto do regime militar, que perdurou até os anos 1980.

Como desdobramento desse cenário ambiental e político, destacou-se a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Essa lei, considerada inovadora por abordar um tema pouco discutido e por seu caráter descentralizador, estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para a atuação dos diferentes níveis de governo na política ambiental (Moura, 2016). Embora a "Era da Ecologia" no Brasil tenha alcançado seu auge nessa década, suas raízes remontam ao século XIX. A partir da década de 1970, o Brasil começou a absorver, de modo mais contundente, influências do movimento ecologista global, desenvolvendo uma consciência ambiental mais robusta (Biasetto, 2011).

Com a abertura política na década de 1980 e a consolidação de movimentos sociais e ambientalistas, o debate sobre meio ambiente passou a ganhar força também no campo jurídico e legislativo. Nesse contexto, a corrente conservacionista foi fortalecida ao incorporar novas dimensões científicas, afetivas e econômicas, refletindo uma mudança de paradigma na relação entre sociedade e natureza. Um marco institucional dessa fase foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que consolidou uma estrutura estatal dedicada à gestão ambiental. Essa institucionalização foi influenciada pelas discussões internacionais sobre ecologia, que ganharam força na década de 1970 — especialmente com a Conferência de Estocolmo, em 1972 — e contribuíram para o avanço de legislações ambientais mais abrangentes e para a ampliação das unidades de conservação no país (Biasetto, 2011).

Deve-se frisar que, nesses anos 1980, o Brasil defendia o crescimento econômico a qualquer preço, "como forma de superar o subdesenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos queriam frear o crescimento mundial, considera que àquela taxa de crescimento o planeta não suportaria por muitos anos a ação do homem". "A política brasileira via o meio ambiente como um obstáculo ao crescimento econômico e, portanto, como uma restrição ao direito da população brasileira desenvolver-se" (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 449-450).

No entanto, a década de 1980 foi realmente transformadora. Com a redemocratização, novos movimentos e associações ambientalistas surgiram, ampliando a discussão sobre ecodesenvolvimento e sustentabilidade (Biasetto, 2011). Mas, embora os acontecimentos da gestão ambiental possam parecer seguir uma ordem cronológica, eles não o fazem necessariamente [...]:

> [...] ela é marcada por avanços e retrocessos, porque sua implementação está diretamente vinculada às agendas dos governantes e de acordo com o grau de impactos causados pelos empreendimentos em determinados locais, isto é, nas áreas industriais, nas metrópoles ou em grandes monoculturas (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 450).

A "legislação ambiental no controle do uso dos recursos naturais pode ser considerada o principal meio para proteção e conservação do meio ambiente". Ou seja, a legislação ambiental é uma ferramenta eficaz para a conscientização e a solução dos problemas ambientais causados pelas atividades humanas, na medida em que exigem que os indivíduos "cumpram certos deveres e obrigações, restringindo a utilização dos bens naturais e sua omissão acarreta medidas de punição mais rigorosas, conforme a lei de crimes ambientais" (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 450).

A formação de uma nova geração de ambientalistas, incluindo muitos jovens universitários, impulsionou o debate sobre o desenvolvimento sustentável, que se tornou uma preocupação central nas esferas política e social do Brasil. Essa era refletiu não apenas um aumento na conscientização ecológica, mas também marcou um momento de transformação nas relações sociais e políticas do país (Biasetto, 2011). A legislação ambiental passou a ser um instrumento fundamental de proteção e conservação dos recursos naturais, impondo deveres e restrições ao seu uso, com previsão de punições em caso de infração.

Esse conjunto de mudanças — aliado à influência de movimentos sociais, à pressão internacional e à redemocratização — preparou o terreno para o marco institucional do Direito Ambiental no Brasil, consolidado a partir de 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente e o fortalecimento de novos mecanismos legais e administrativos voltados à sustentabilidade.

3.3 O Marco do Direito Ambiental no Brasil: Avanços e Consolidação após 1981

Durante o período de Consolidação do Direito Ambiental no Brasil (1981 a 1988), a criação do PNMA elevou o Direito Ambiental a um novo patamar. Em 1981, foi estabelecida a PNMA com o objetivo de conservar áreas pouco impactadas pela ação humana, organizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e criar o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (Campos, 2019).

Com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais, a PNMA introduziu diversos regulamentos, decretos e resoluções voltados à sua conservação e proteção. Ela descreve com mais precisão “os passos que devem ser seguidos para uma conduta ambientalmente sustentável, que se referem aos princípios, aos objetivos e aos instrumentos da política ambiental brasileira” (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 457).

Essa estrutura ajudou a formalizar e consolidar as práticas ambientais no país. Os autores complementam que nesse período o Direito Ambiental “demonstrou força e personalidade, com uma eficiente legislação e uma enorme influência e poder de ação no contexto nacional. Todas as decisões políticas passaram a reservar espaço para a proteção ambiental” (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 457).

Em 1985 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, responsável por formular políticas e coordenar as ações do governo na área ambiental. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou resoluções sobre licenciamento

ambiental, como as Resoluções nº 001/1986 e nº 009/1987, que tratam do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (Moura, 2016).

Concomitantemente, o movimento ambiental formou a chamada Frente Verde, que atuou pela inclusão do capítulo do Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988. Esse esforço resultou na consagração do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental do cidadão, além de atribuir responsabilidades ao poder público. Três anos depois, essas demandas foram consolidadas com a promulgação da nova Constituição, considerada um marco para a política ambiental brasileira. A partir dela, houve a descentralização da gestão ambiental, possibilitando a criação de órgãos estaduais e municipais (Moura, 2016).

O marco na evolução do Direito Ambiental no Brasil ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que consagrou a proteção ambiental de forma robusta, incluindo um capítulo específico sobre o meio ambiente (BRASIL, 1988), o que representou as primeiras tentativas de regulamentação ambiental no Brasil (Campos, 2019). O Art. 225 estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988, p. 116).

Em outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira (CF), o Direito Ambiental foi formalmente consolidado. O artigo 225 da CF/88 reconheceu o meio ambiente como um bem coletivo e estabeleceu a responsabilidade de sua proteção para todos os cidadãos, presentes e futuros. Assim, "como o meio ambiente teve tratamento especial na Lei máxima do país", as normas subsequentes foram elaboradas para aprimorar ainda mais o Direito Ambiental no Brasil (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p. 457).

Nesse contexto, o Direito Ambiental passou a ser reconhecido como um novo ramo jurídico, fundamentado no direito a um meio ambiente saudável como princípio constitucional essencial. A sociedade está cada vez mais consciente da importância da preservação dos recursos naturais e busca mecanismos para alcançar o desenvolvimento sustentável, definido como a tentativa de conciliar produtividade e preservação ambiental sem comprometer as necessidades das futuras gerações. No entanto, parte da população ainda utiliza os recursos de forma irresponsável, o que torna essencial a implementação efetiva de mecanismos legais de proteção. O Brasil possui uma legislação ambiental restritiva, e sua aplicação correta é crucial para a defesa do meio ambiente. Entre os principais instrumentos legais estão a Lei de Crimes Ambientais, a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional dos Recursos Hídricos (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Desde 1988 até os dias atuais, o processo de consolidação do Direito Ambiental no Brasil tem sido marcado por uma evolução conceitual: de uma perspectiva antropocêntrica, centrada no ser humano como centro das preocupações e prioridades, para uma abordagem mais biocêntrica , focada na valorização intrínseca de todas as formas de vida, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Nesse novo paradigma, considera-se a totalidade da vida e dos ecossistemas, incluindo as interações entre os seres humanos e a natureza (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Em 2007, o governo de São Paulo criou o Programa Nossa Natureza, um importante programa de preservação ecológica, que teve como objetivo controlar a ação humana sobre o meio ambiente, estruturar o sistema de proteção ambiental, promover a educação ambiental, regular a ocupação da Amazônia e proteger comunidades indígenas. Embora a criação desse programa tenha ocorrido no âmbito estadual, ele reflete uma tendência nacional de adaptação e aperfeiçoamento das políticas ambientais, alinhando-se com os objetivos da legislação ambiental brasileira (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

Tais objetivos refletiram uma abordagem conservacionista, na qual o programa visava corrigir as deficiências da legislação vigente, “alterando importantes leis como o Código Florestal, a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, os incentivos fiscais para a Amazônia e reestruturou toda a administração ambiental, procurando aperfeiçoar a estrutura até então vigente” (p. 458). O programa também resultou na criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89), cujos recursos eram prioritariamente alocados para projetos voltados para Unidades de Conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, fortalecimento institucional e controle da fauna e flora nativas.

No ano seguinte à promulgação da Constituição, o aparato nacional institucional, voltado para comando e controle, começou a ser mais estruturado. Foi criado em 22 de fevereiro de 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para implementar, supervisionar e garantir a preservação, conservação, uso sustentável, fiscalização, controle e promoção dos recursos naturais da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Com a criação do IBAMA, buscou-se um órgão mais eficiente e menos burocrático, substituindo os anteriores, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que era ligado ao Ministério da Agricultura e possuía um caráter mais produtivo do que conservacionista, a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que cuidava especialmente dos aspectos

conservacionistas, e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p.458).

A extinção desses órgãos ocorreu porque, apesar de terem objetivos semelhantes, estavam vinculados a Ministérios diferentes, o que dificultava a administração central e a gestão dos problemas socioeconômicos e ambientais, não alcançando os resultados desejados. Assim, tornou-se necessário reorganizar a estrutura desses organismos.

Além disso, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente, vinculada à "Presidência da República com status de Ministério (Lei n° 8.028/90). Essa Secretaria tinha finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas ao meio ambiente", sendo o principal órgão ambiental da época (Borges; Rezende; Pereira, 2009, p.459).

Um aspecto adicional que favoreceu o aperfeiçoamento do Direito Ambiental no Brasil foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992. A partir daí foram produzidos documentos importantes como a Convenção sobre Biodiversidade, a Convenção sobre o Clima e a Agenda 21. Em resposta a essas diretrizes, ainda em 1992, o foi criado o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMARHAL) através da Lei nº 8.490/92. A partir do Decreto n° 2.972, em 1999, o ministério passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente (MMA), o órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Ainda no que se refere ao aperfeiçoamento do Direito Ambiental no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, destacam-se também as principais normas e legislações que consolidaram e fortaleceram o setor. Entre elas, a Lei de Crimes Ambientais (Lei n° 9.985/00), que estabeleceu punições mais rigorosas para danos ambientais, e a Lei n° 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), buscando garantir a gestão eficiente das águas no país. Em consonância com essas medidas, também foi criada, pela Lei n° 9.984/00, a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da política nacional de recursos hídricos (Borges; Rezende; Pereira, 2009).

A análise da legislação ambiental brasileira revela a influência internacional e o foco utilitarista na utilização dos recursos naturais. Historicamente, o Brasil priorizou a exploração dos seus recursos abundantes, dificultando a valorização do meio ambiente por si só, podendo ser atribuída a:

> diversos fatores, destacando-se a sua formação histórica, que objetivou a incorporação dos espaços e a imagem de abundância de recursos naturais. Entretanto, a legislação ambiental e os mecanismos de controle e preservação têm evoluído no Brasil, com a incorporação de

> incentivos como a criação dos protetores do meio ambiente por meio de políticas do tipo protetor-recebedor (Campos, 2019, p. 177-178).

Campos (2019) ressalta que, apesar dos avanços na legislação ambiental desde a Constituição de 1988, que introduziu incentivos econômicos e políticas de proteção e participação local, desafios como a necessidade básica de alimentos, a baixa escolaridade, crises fiscais, e a redução de recursos para fiscalização ainda complicam a situação. Ele enfatiza a importância de promover mudanças políticas que priorizem a educação ambiental e implementem políticas rigorosas, com multas pesadas para o descumprimento da legislação.

A consolidação do Direito Ambiental no Brasil, após 1981, se intensificaram principalmente nas décadas seguintes, com avanços significativos até a década de 2000, período marcado por importantes marcos legislativos e institucionais (Moura, 2016). Ao longo da década de 2000, a política ambiental brasileira continuou a avançar com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e da Agência Nacional de Águas (ANA), instituições que fortaleceram a proteção dos recursos naturais bem como a sua gestão sustentável.

Contudo, em 2002, a Conferência Rio+10, realizada em Joanesburgo, avaliou os acordos da Rio 92 e apresentou um Plano de Implementação que careceu de recursos e cronogramas, comprometendo sua eficácia. A Agenda 21 brasileira, lançada após amplas consultas, também perdeu relevância ao longo do tempo, evidenciando a falta de seguimento e a descontinuidade das iniciativas, o que limitou o potencial das políticas ambientais (Moura, 2016).

Em 2006, começou a segunda etapa do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II), focando na gestão integrada de ativos ambientais e no desenvolvimento institucional. Em 2009, a terceira etapa introduziu instrumentos econômicos, consolidando o PNMA como uma iniciativa estratégica do MMA. Além disso, em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável por gerenciar 887 unidades de conservação federais, ampliando os esforços de proteção ambiental no Brasil (Moura, 2016).

No entanto, a Conferência Rio+20, realizada em 2012, buscou renovar compromissos com o desenvolvimento sustentável, mas seus resultados foram insatisfatórios. Apesar de aumentar a consciência ambiental, muitos compromissos não foram cumpridos, evidenciando a necessidade de um movimento social mais robusto. Ao celebrar os 20 anos da Rio 92, a conferência não conseguiu mobilizar como esperado; os EUA se negaram a reduzir emissões, enquanto países em desenvolvimento reivindicaram seu direito de poluir, refletindo a fragilidade das negociações em torno da sustentabilidade global (Moura, 2016).

3.4 FUNDAMENTOS JURÍDICOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) brasileiras têm seu respaldo na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225[3], parágrafo 1º e incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. O SNUC integra o conjunto de UCs federais, estaduais e municipais, as UCs são legalmente instituídas pelo Poder Público, sob regime especial da administração.

De acordo com a Lei nº 9.985, de 2000, o SNUC visa proteger a biodiversidade no Brasil (BRASIL, 2000) e conforme estabelecido no Art. 4º, o SNUC tem os seguintes objetivos:

> I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000, p. 2).

As UCs são divididas em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável e são subdivididas em 12 categorias. As UCs de Proteção Integral apresentam como objetivo básico a preservação da "natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos

3 O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 declara que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Disponível em<:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=318230#:~:text=Art.,as%20presentes%20e%20futuras%20gera%C3%A7%C3%B5es.>.

seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta lei", já as UCs de Uso Sustentável apresentam como objetivo básico de "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" (BRASIL, 2000, p. 4).

As categorias de UC pertencentes ao grupo das Unidades de Proteção Integral[4] são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já as categorias de UC pertencentes ao grupo das Unidades de Uso Sustentável[5] são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A compreensão sobre as diferentes tipificações e graus de proteção inerentes às unidades ambientalmente protegidas depende da diferenciação entre o conceito de preservação e

---

4 As categorias de UC pertencentes ao grupo das Unidades de Proteção Integral são: Reserva Biológica - A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Parque Nacional - O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Monumento Natural - O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Refúgio de Vida Silvestre - O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (BRASIL, 2000, p.4-5).

5As categorias de UC pertencentes ao grupo das Unidades de Uso Sustentável são: humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Área de Relevante Interesse Ecológico - É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. Floresta Nacional - É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Reserva Extrativista - É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Reserva de Fauna - É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Reserva de Desenvolvimento Sustentável - É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, e Reserva Particular do Patrimônio Natural - É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (BRASIL, 2000, p.5-8).

conservação. De acordo com Costa; Oliveira e Santos (2018, p.1), os conceitos de “preservação e conservação ambiental historicamente têm sido utilizadas como iguais ou sinônimas”. No entanto, complementam que o ato de os diferenciar “é fundamental para entender os diferentes meios de proteção dos recursos naturais que são essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento das sociedades humanas” (Costa; Oliveira; Santos, 2018, p.3).

O SNUC conceitua em seu Art. 2º inciso II a conservação da natureza como sendo:

> O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

A mesma lei conceitua em seu Art. 2º inciso V a preservação como sendo o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL, 2000, p.1).

A distinção entre preservação e conservação é fundamental para o manejo das Unidades de Conservação no Brasil. Em suma, enquanto a preservação visa manter os ecossistemas intocados, sem interferência humana significativa a conservação permite o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo sua regeneração e a sustentabilidade para as gerações futuras (BRASIL, 2000).

Essa distinção está intimamente ligada às categorias de Unidades de Conservação. As Unidades de Proteção Integral, como os Parques Nacionais, têm como objetivo a preservação, buscando a proteção estrita da natureza. Nelas o uso dos recursos naturais é proibido, salvo para fins de pesquisa científica e visitação turística controlada. Essas unidades não permitem atividades produtivas, garantindo a manutenção dos ecossistemas em seu estado natural. A proteção integral é definida como a "manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais" (BRASIL, 2000, p. 1).

Por outro lado, as Unidades de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, alinham-se ao conceito de conservação, pois buscam "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" (BRASIL, 2000, p. 1). Nessas unidades, as atividades humanas são permitidas, desde que estejam em conformidade com práticas que garantam a manutenção da biodiversidade e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Isso posto, a administração do SNUC é atribuída aos seguintes órgãos: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de caráter consultivo e deliberativo; o órgão central, representado pelo Ministério do Meio Ambiente; e os órgãos executores, representados pelo Instituto Chico Mendes e o Ibama. Em caráter supletivo[6] estão os órgãos estaduais e municipais. Suas respectivas atribuições são: ao Conama, acompanhar a implementação do sistema; ao órgão central, coordenar o sistema; e aos órgãos executores, implementar o SNUC e "subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação" (BRASIL, 2000, p. 3). E conforme estabelecido no Parágrafo único do Art. 6º, podem integrar ao SNUC:

> excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção (BRASIL, 2000, p. 3).

No que se refere à administração das UCs, o Art. 30º aponta que as mesmas podem ser geridas "por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão" (BRASIL, 2000, p. 10). Já em relação à criação, implantação e gestão das UCs, a Lei 9.985/2000 manifesta em seus parágrafos 2º e 3º do Art.22º que, são criadas por ato do Poder Público e que "deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento". Dessa forma, o Poder Público "é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas" (BRASIL, 2000, p.8).

Essas áreas são delimitadas de modo a aplicar a garantia adequada quanto a preservação de seus espaços territoriais, incluindo as águas jurisdicionais e seus recursos ambientais característicos (BRASIL, 2000, p.1). Em relação à delimitação de cada UC, a lei expressa que "a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico pelo qual foi criada a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de

6 Caráter Supletivo - Esse termo refere-se à função de uma norma, regra ou lei que é aplicada para complementar ou substituir outra norma quando a principal não é suficiente.

consulta estabelecidos" [...] "a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica" (BRASIL, 2000, p.8).

Outro aspecto relevante diz respeito ao Plano de Manejo das UCs, para o qual o parágrafo 1º do Art. 27º da lei 9.985/2000. indica que deve "abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas" (BRASIL, 2000, p.9). A partir da data de criação de cada UC, deve no prazo de cinco anos dispor da elaboração de um Plano de Manejo.

Até que seja elaborado o Plano de Manejo das UCs dentro do perímetro dessas áreas, o Art. 28º (9.985/2000) estabelece que ficam proibidas "quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos". Tal processo deve se limitar a garantir a "integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais" (BRASIL, 2000, p.10).

Outro aspecto a se destacar é que os órgãos executores deverão estar em comum acordo com a comunidade científica no que se refere ao propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre ecologia, flora e fauna e de maneiras sustentáveis de se fazer uso dos recursos naturais, respeitando e valorizando os conhecimentos tradicionais das populações. E de acordo com o Art. 32º (9.985/2000) e parágrafos 1º, 2º e 3º devem seguir os seguintes propostos:

> § 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos. § 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração. § 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação (BRASIL, 2000, p.10).

A categoria parque está inserida dentro do grupo das Unidades de Proteção Integral e são definidas como áreas que constituem UCs terrestres e/ou aquáticas, normalmente extensas. Sua finalidade é garantir a preservação dos ecossistemas naturais de relevância ecológica e de atribuição paisagística notável (Quadro 4). Sendo destinados a:

> [...] proteção de áreas representativas de ecossistemas, podendo também ser áreas dotadas de atributos naturais ou paisagísticos notáveis, sítios geológicos de grande interesse científico, educacional, recreativo ou turístico, cuja finalidade é resguardar atributos

> excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos científicos, educacionais e recreativo. Assim, os parques são áreas destinadas para fins de conservação, pesquisa e turismo (Governo SP, 2024, p. 1).

Os parques podem ser criados tanto em âmbito municipal, estadual e federal, desde que em terras de seu respectivo domínio e se necessário, em modalidade que exerça a desapropriação de terras para este devido fim. Neste sentido, quando criadas pela União, estado ou município, serão denominadas, respectivamente, como Parque Nacional (PN), Parque Estadual (PE) e Parque Municipal (PM) ou Parque Natural Municipal (PNM). (Apêndice 3).

4. BASE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo tem como objetivo examinar a base da proteção ambiental no Paraná, destacando as crises, os movimentos e os avanços na política ambiental, reflexos das ações de proteção no estado e suas implicações para a conservação ambiental.

Inicialmente, discute-se a trajetória das iniciativas de proteção, enfatizando como elas moldaram o cenário ambiental paranaense e contribuíram para a preservação de áreas naturais, com ênfase na preservação e diversidade no Litoral Paranaense.

A análise é afunilada para a questão do tombamento da Serra do Mar, um marco significativo nas estratégias de conservação do estado. Este tópico ilustra não apenas os desafios enfrentados, mas também a mobilização social em defesa do meio ambiente, mostrando a importância das ações coletivas na promoção da proteção ambiental no Paraná.

4.1 REFLEXOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ: CRISES, MOVIMENTOS E AVANÇOS NA POLÍTICA AMBIENTAL

Localizado na Região Sul do Brasil, o Estado do Paraná faz fronteira ao norte com São Paulo (SP), ao sul com Santa Catarina (SC) e a oeste com o Mato Grosso do Sul (MS). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra que o Paraná possui 399 municípios. De acordo com o último Censo, de 2022, sua população estava estimada em 11.444.380 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 199.298,981 km², (IBGE, 2024), “dimensão definida após vários conflitos territoriais com o estado de Santa Catarina e São Paulo” (Biasetto, 2011, p. 755). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado é de 0,769, posicionando-o como o quinto estado mais desenvolvido do Brasil (IBGE, 2024).

Com a quinta maior população e a sexta maior economia do país, essa unidade federativa ocupa apenas a 15ª posição em extensão territorial (IBGE, 2022). Fundado em 1853 após se separar da Província de São Paulo, passou a se chamar Estado do Paraná em 1889, em referência ao Rio Paraná. Biasetto (2011) argumenta que, mesmo após a emancipação política da Província de São Paulo, as discussões sobre as fronteiras do Paraná continuaram até o início do século XX. A elite paranaense empregou diversas estratégias para garantir que as fronteiras do estado fossem estabelecidas conforme seus interesses políticos e econômicos.

Reconhecido nacional e internacionalmente por suas riquezas naturais. Entre essas riquezas estão os solos férteis, formados por rochas vulcânicas, cristalinas e sedimentares, e um

extenso complexo hidrográfico que abrange cinco bacias que atendem todas as regiões do estado. A abundância desses recursos naturais foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Paraná (Godoy, 2023).

Durante o período imperial, no século XIX, a economia do estado estava centrada na extração de minerais ao longo do litoral e no aluguel de pastagens em Curitiba. Com a chegada da República, a economia paranaense se diversificou, incorporando atividades como pecuária, extração de mate, comércio de madeiras, cultivo de café e soja, além de avançar na industrialização (Godoy, 2023). No início do século XX, as atividades que mais impactaram ambientalmente a fauna e a flora do estado foram a exploração da madeira e o desenvolvimento do cultivo de café, que causaram impactos significativos no meio ambiente. Isso ocorreu mesmo com a criação do primeiro Código Florestal em 1907, que focava na maximização da produção em vez da preservação (Biasetto, 2011).

A cobertura florestal do Paraná, que antes cobria mais de 80% do território, foi drasticamente reduzida ao longo das primeiras décadas do século XX. Entre 1912 e 1930, o estado perdeu 18% de suas florestas, e até meados dos anos 1960, apenas 24,30% do território permanecia coberto. Esse desmatamento provocou problemas adicionais, como erosão e poluição hídrica (IAP, 1996; Godoy, 2023). O que, por sua vez, evidencia a falta de ações efetivas para combater o desmatamento. Embora o Estado tenha adotado algumas medidas, como o Código Florestal de 1907, a criação das Reservas Florestais do Paranapanema e do Rio Piquiri, e a fundação do Serviço Florestal, essas iniciativas foram em grande parte ineficazes. Além disso, foram posteriormente revogadas devido à sua estrutura limitada e à subordinação aos interesses da secretaria de agricultura (Godoy, 2023).

Entre 1920 e 1960, o Paraná também experimentou um crescimento populacional acelerado, aumentando sua população em seis vezes, impulsionado principalmente pelo ciclo do café no Norte e pelo avanço da pecuária no Sudoeste. Esses fatores foram determinantes para a rápida ocupação do estado antes de 1970 (Godoy, 2023).

Biasetto (2011) argumenta que, na década de 1970, a percepção sobre a natureza começou a mudar, com um lento processo de ecologização nas cidades paranaenses. Ao analisar o cenário de Curitiba, verifica-se que as iniciativas ambientais não foram apenas fruto de um discurso formal, mas resultaram de uma combinação de fatores naturais e busca de soluções técnicas para problemas urbanos, como enchentes. Pode-se dizer que a evolução da consciência ambiental no Paraná evidenciou como as iniciativas da década de 1970 prepararam o terreno para uma maior atenção às questões ecológicas durante a redemocratização dos anos 1980. Nesse sentido, segundo a autora:

> A criação de leis, campanhas e programas para resolver os problemas ambientais da cidade, mais diretamente voltados à qualidade de vida da população, já é um início da penetração da "era da ecologia" no estado. A era da ecologia chega definitivamente no Estado do Paraná na década de 1980, pois com a redemocratização do país, iniciada no começo deste período, as questões ambientais passam a ser discutidas por toda a sociedade, chegando até a arena política (Biasetto, 2011, p. 755).

O aspecto mais notável da história florestal do Paraná antes de 1970 havia sido a falta de ação [...]

> [...] governamental diante do assédio florestal. Embora tenham sido registradas algumas iniciativas, elas foram isoladas e completamente incapazes de impor algum obstáculo aos ataques sofridos pelas florestas. Parece ter havido no Paraná uma priorização do interesse econômico em detrimento do interesse ambiental no referido período. Quando isso acontece, o estado se esforça para não fazer nada que obstrua o crescimento econômico e, quando precisa fazer algo, devido ao clamor popular de críticos e interessados em defender a causa ambiental, esforça-se para garantir que as medidas agradem os críticos, mas que não sejam tão exitosas a ponto de frustrar os interesses econômicos. Essa foi a dinâmica que se observou no Paraná no período pré-1970 e que conduziu o estado a uma crise florestal profunda, que acabou por afetar muitos setores econômicos e a fortalecer o movimento ambientalista paranaense (Godoy, 2023, p. 144).

A nova consciência ecológica tornou-se mais evidente ao longo da década de 1970, mas suas raízes são muito mais antigas. Esse período é conhecido como a 'era da ecologia' (Biasetto, 2011). Em resumo, o período anterior a 1970 foi caracterizado pela ausência de ações governamentais efetivas no combate ao desmatamento, com iniciativas isoladas e ineficazes, e uma ênfase no crescimento econômico em detrimento da conservação ambiental.

Isso resultou em uma crise florestal[7] significativa, com a degradação acelerada das florestas, que impactou a biodiversidade e comprometeu serviços ecossistêmicos essenciais, como o controle da erosão e a disponibilidade de recursos hídricos. Entre 1940 e 1970, o Paraná perdeu aproximadamente 60% de sua cobertura florestal original, um processo de desmatamento intensivo que afetou negativamente os setores da agricultura e da pecuária, além de exacerbar problemas ambientais em várias regiões. Essa crise, por sua vez, fortaleceu o movimento ambientalista no estado, que, ao longo das décadas seguintes, passou a exigir

7 O termo 'Crise Florestal' refere-se ao período anterior a 1970, na qual a ausência de políticas eficazes contra o desmatamento e o foco no crescimento econômico sem considerar a conservação ambiental levaram a uma crise florestal grave. A degradação acentuada dos recursos naturais impactou vários setores econômicos e fortaleceu o movimento ambientalista, que passou a exigir políticas mais eficazes e maior conscientização ambiental.

políticas mais eficazes e maior conscientização pública sobre a importância da preservação ambiental (SOS Mata Atlântica, INPE, 1992; Godoy, 2023).

O "apagão florestal[8]" – nome dado à crise – tornou-se ainda mais evidencial nos anos 1980. Nesse contexto, o Paraná se destacou como o estado que mais desmatou a Mata Atlântica no Brasil entre 1985 e 1990 (SOS Mata Atlântica, INPE, 1992; Godoy, 2023). O impacto foi tão relevante que em 1981, o biólogo Eládio Del Rosal[9] previu uma crise de abastecimento para a indústria de papel e celulose sobre o Paraná, devido à escassez de madeira, uma situação similar à crise já enfrentada pelo setor madeireiro (ITC, 1981; Godoy, 2023). Essa previsão se concretizou, levando o setor empresarial a buscar por suprimentos em outras regiões do Brasil e até mesmo internacionalmente. Esse cenário crítico impulsionou o movimento ambientalista, que viu uma oportunidade para pressionar por mudanças e destacar a necessidade urgente de políticas de conservação e reflorestamento.

O impacto foi severo para os setores dependentes das florestas, que pressionaram o governo por medidas de recomposição florestal com mudas exóticas. Godoy (2023, p. 144-145) complementa que:

> O cenário ficou dramático no campo florestal. Madeireiras, serrarias, movelarias e indústrias, segmentos profundamente dependentes das florestas paranaenses, ficaram praticamente sem matéria-prima para a realização de suas atividades. A pressão do empresariado florestal foi enorme sobre o governo. Eles reivindicavam o início imediato da recomposição com mudas exóticas (pinus e eucalipto) de áreas degradadas espalhadas pelo estado. Fato curioso, porque foram estes mesmos setores que reivindicavam a não intervenção do estado nas questões florestais no período pré-1970, pautados na ideia de que qualquer medida protetiva poderia obstruir o crescimento econômico.

---

8 O termo ‘Apagão Florestal’ refere-se à crise severa que ocorreu na década de 1980, na qual a escassez de madeira no Paraná ameaçou o setor de papel e celulose. Previstos pelo Biólogo e professor Brasileiro da área de Ecologia e Botânica Eládio Del Rosal em 1981, os problemas ocorreram entre 1985 e 1990, forçando o setor a buscar suprimentos em outras regiões e até no exterior. Esse evento destacou a necessidade urgente de políticas de conservação e reflorestamento e impulsionou o movimento ambientalista a pressionar por uma gestão ambiental mais eficaz.

9 Eládio Del Rosal é um biólogo e professor de destaque na área de Ecologia e Botânica, com uma carreira de mais de 30 anos dedicada à conservação ambiental. Graduado em História Natural pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1963, foi um dos pioneiros da regulamentação da profissão de biólogo no Brasil, atuando ativamente na criação do Conselho Federal de Biologia (CFBio). Além disso, foi presidente do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural (IDPN) e participou das transformações que originaram o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Conhecido por sua paixão pela natureza e pela fauna silvestre, Del Rosal também foi responsável por alertar sobre a crise de abastecimento de madeira no Paraná, conhecida como "Apagão Florestal", prevista em 1981 e que afetou o setor de papel e celulose entre 1985 e 1990. Ele acredita que seu maior legado foi ampliar a consciência ecológica da população, promovendo a pressão por políticas ambientais mais eficazes. Disponível em: https://crbio07.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/REVISTA_BIOPARANA_21.pdf.

> Por fim, a ausência de medidas protetivas foi o que criou obstáculos para o crescimento econômico naquele período.

Durante esse período, assistia-se no "Brasil ao fortalecimento das organizações não governamentais (ONG's) e de movimentos ambientais" (Godoy, 2023, p. 145). ONGs como a Fundação SOS Mata Atlântica surgiram nacionalmente e no Paraná, organizações como a Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA[10]), a Sociedade de Proteção da Vida Selvagem (SPVS) e a Mater Natura ganharam destaque. Esses grupos, ao contrário de grupos empresariais, defendiam a recomposição florestal com mudas nativas.

Sob a pressão de críticas e demandas de diversos setores, o governo estadual se viu enfraquecido e foi forçado a adotar medidas para resolver o problema com urgência. A pressão conjunta dos setores econômicos e das ONGs levou o governo estadual a agir, criando o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) em 1985, através do Decreto Estadual 5.799. Pontuamos aqui que este instituto estava vinculado inicialmente à Secretaria Estadual de Agricultura e que o "corpo técnico do ITCF foi inicialmente formado por biólogos, geógrafos e, especialmente, agrônomos da Secretaria Estadual de Agricultura" (Godoy, 2023, p. 145).

Godoy (2023) argumenta que alguns desses avanços na política de reflorestamento ocorreram com a criação do Programa Federal de Incentivo ao Reflorestamento (PFIR) em 1966, após a publicação do Código Florestal Brasileiro de 1965. Esse ofereceu incentivos fiscais para empreendimentos florestais, permitindo a dedução de valores investidos em reflorestamento. Embora o PFIR tenha sido extinto em 1988 para reduzir gastos, durante sua vigência, o Paraná utilizou fortemente o programa, reflorestando mais de 928 mil hectares entre 1966 e 1986, uma média de 44.221 hectares por ano. No entanto, cerca de 90% desses reflorestamentos foram realizados com mudas exóticas (pinus e eucalipto), enquanto apenas 10% utilizaram mudas nativas (Pereira, 2014, apud Godoy, 2023).

---

10 A ADEA (Associação de Defesa e Educação Ambiental) é uma organização sem fins lucrativos, autônoma e apolítica, fundada em 1974, inicialmente em Curitiba, por iniciativa do geólogo e professor João José Bigarella, sua esposa Íris Bigarella e outros ambientalistas. Com sede atualmente em Itapoá, no litoral norte de Santa Catarina, a ADEA tem como principal objetivo promover a educação ambiental e a conservação da Floresta Atlântica e seus ecossistemas associados. A associação atua na criação e no gerenciamento de Unidades de Conservação, desenvolvendo atividades científicas, educativas e de sensibilização. Seu trabalho envolve pesquisas, divulgação de conhecimentos e apoio a ações de preservação ambiental, com ênfase na proteção do equilíbrio ecológico. A ADEA também se dedica à região da Baía da Babitonga (SC) e ao entorno da Baía de Guaratuba (PR). Disponível em: https://www.adeabrasil.com/.

A pressão combinada de ONG's e do movimento ambiental, juntamente com outras forças, como o setor industrial durante o apagão florestal, gerou resultados significativos. Nesse sentido:

> Precisou, ainda que timidamente, agir para fazer frente às pressões e questionamentos das organizações e movimentos civis. O problema, vale destacar, é que a ação do estado foi mais voltada para a agenda conservacionista, aquela defendida pelo setor econômico em meio à crise de abastecimento de madeira, do que para a agenda preservacionista do movimento ambiental. Isso fica evidente à 0medida que se nota a subordinação dos interesses ambientais ao setor agrícola, no caso do ITCF, e na predominância de reflorestamentos com mudas exóticas, no caso do PFIR (Godoy, 2023, p. 146).

O movimento ambiental exerceu uma pressão significativa, mas o governo priorizou medidas que favoreciam mais os interesses econômicos do que as propostas dos ambientalistas. Isso é evidente na preferência por reflorestamentos com espécies exóticas e na subordinação dos interesses ambientais à agricultura. No entanto, a crescente pressão de ONGs, do movimento ambientalista e até de outros setores, como o industrial, especialmente durante a crise florestal, gerou mudanças importantes. O "apagão florestal" representou uma oportunidade política crucial para o movimento ambientalista, que buscou implementar suas reivindicações. Contudo, a falta de uma estrutura consolidada das ONGs na época impediu que suas propostas fossem completamente adotadas (Godoy, 2023).

Vale destacar que no ano de 1984, o número de ativistas ambientais atuando na política crescia significativamente. Os movimentos ecológicos passaram a organizar encontros regionais para debater os principais problemas de degradação ambiental do Estado, além de discutir a relação entre o movimento ecológico e os partidos políticos. Nesse contexto, também foram levantadas questões sobre a viabilidade e a necessidade de criar um Partido Verde no Brasil, assim como as formas de participação ecologista na Assembleia Constituinte. Nesse contexto, "o Paraná foi palco destes encontros em 1985, no mesmo período em que foi fundada, pelos seis estados (RS, SC, PR, SP, RJ e MG), a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)" (Viola, 1987; Biasetto, 2011).

Em 1986, o CIEC realizou uma série de encontros no Paraná, São Paulo e Brasília, onde grupos ambientalistas discutiram a importante questão do ecodesenvolvimento. Esse conceito

apareceu “no Relatório Brundtland[11], apresentado pela primeira-ministra da Noruega, Mrs. Brundtland, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”. No Brasil, “a questão do desenvolvimento sustentável [foi] largamente discutida a partir de meados dos anos 80, devido à inserção de temas ambientais em discussões políticas, econômicas e sociais do país” (Biasetto, 2011, p. 754).

As características dos movimentos ambientalistas dos anos 80 foram moldadas pelas estruturas de oportunidades políticas, que se referem aos contextos e condições políticas favoráveis que permitem a mobilização e o surgimento de movimentos sociais. Essas estruturas foram influenciadas pela Redemocratização, pela nova Constituinte e pelas discussões da ECO-92, no Rio de Janeiro. Esses fatores foram cruciais para o surgimento da era da ecologia no Brasil, que começou nessa década (Biasetto, 2011).

No que tange à realidade do estado do Paraná, nos mesmos anos 1990, ainda não havia sido superada totalmente a crise florestal dos anos 1980. Ainda assim, por influência da RIO 92 e outras conquistas ambientais resultaram na criação de novas organizações, leis e políticas ambientais. Organizações não governamentais e movimentos ambientalistas, antes fragilizados, ganharam força e passaram a cobrar responsabilidades das autoridades. Fator crítico era que até 1992, o estado não possuía um órgão integrador de gestão ambiental, com as responsabilidades dispersas entre diferentes órgãos governamentais.

Durante o governo de Roberto Requião (1991-1995), foi criada a primeira agência responsável pela integração das políticas ambientais do estado, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), inicialmente dirigido por Tadeu França (Professor de Letras) e posteriormente por Eduardo Requião (Psicanalista). A escolha dos dirigentes e a criação da agência provocaram

11 A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development - WCED*), criada pela ONU em 1983 e presidida por Gro Harlem Brundtland, publicou em 1987 o relatório "Nosso Futuro Comum" *("Our Common Future*"), também conhecido como Relatório Brundtland ("Brundtland Report"). Este documento introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. O relatório também vinculou a pobreza no Sul Global aos padrões insustentáveis de consumo no Norte, propondo a integração das questões ambientais ao desenvolvimento. Esse conceito de ecodesenvolvimento estava alinhado com os princípios estabelecidos na Conferência de Estocolmo de 1972, que foi a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente. A conferência ressaltou a importância de um desenvolvimento que respeitasse os limites ambientais, influenciando decisivamente a criação de uma agenda global para a sustentabilidade e o ecodesenvolvimento.

descontentamento entre organizações e movimentos ambientalistas, gerando protestos e criando oportunidades para influenciar as decisões do governo estadual (Godoy, 2023).

Um movimento significativo dos anos 1990 foi o de um grupo de ambientalistas e representantes de ONGs que atuavam no Paraná. Dessa forma, “esse movimento ambientalista buscou fazer com que o estado voltasse especialmente seus olhos para as, historicamente ignoradas, demandas de preservação ambiental”. Eles se organizaram para divulgar a criação da “Lista dos Sujos do Paraná" e a premiação com a "Taça Bola Murcha" para empresas e autoridades que contribuíram para a degradação ambiental. Apoiado pela mídia, esse movimento aumentou a pressão sobre o governo, destacando as questões ambientais e influenciando o processo decisório. Nesse contexto, Godoy (2023, p. 148-149) complementa:

> por vezes, autoridades das agências ambientais foram premiadas com a “Taça Bola Murcha”, e a mídia fazia questão de destacar este prêmio, principalmente nos jornais da época. Diante da pressão das organizações e movimentos ambientais, da cobertura da mídia e do momento histórico de grande efervescência no campo ambiental, principalmente pela realização da Rio 92 no Brasil, mas também porque as pessoas a esta altura já estavam mais conscientes das graves consequências oriundas do mau uso dos recursos naturais, o estado ficou absolutamente sob forte pressão, principalmente nos governos de Roberto Requião e Jaime Lerner nos anos 1990.

Considerada a influência da RIO 92 e a ação de organizações e movimentos ambientais, o Paraná experimentou um período de avanço ambiental a partir dos anos 1990, alcançando seu melhor desempenho em termos de resultados e estrutura organizacional a partir de meados da década (Godoy, 2023). Godoy complementa dizendo que:

Durante o governo de Jaime Lerner (1995-1999), pela primeira vez no período democrático, foi indicado para dirigir o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) um funcionário de carreira, José Antônio Andreguetto. Com o apoio do governador forma implementadas políticas ambientais que resultaram em avanços importantes, como o aumento das receitas do IAP e a criação de programas e leis ambientais. Esse período também evidenciou como as organizações não governamentais e os movimentos ambientais souberam aproveitar as oportunidades políticas para influenciar a política florestal do Paraná (Godoy, 2023, p. 149-150).

Godoy (2023) aponta que a criação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a subsequente nomeação de líderes capacitados, junto com o fortalecimento das ONGs e o ativismo ambiental, resultaram em uma melhoria substancial na estrutura e eficácia das políticas ambientais. A atuação estratégica das ONGs, aliada à resposta do governo às demandas sociais e ambientais, culminou em importantes avanços na conservação e manejo dos recursos naturais

do estado, refletindo a capacidade dessas entidades de influenciar positivamente a política ambiental local (Godoy, 2023).

Na década de 2000, a política ambiental brasileira avançou com a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) e da Agência Nacional de Águas (ANA). No Paraná, nesse mesmo período, houve uma ampliação nas ações de conservação e gestão dos recursos hídricos, refletindo essas mudanças no cenário nacional. Contudo, eventos como a Conferência Rio+10 em 2002 e a Rio+20 em 2012, apesar de relevantes no contexto global, mostraram também as limitações das iniciativas nacionais, impactando diretamente a dinâmica local e a necessidade de um movimento social mais robusto em nível estadual.

Embora tenha havido progresso na gestão ambiental no Paraná, a trajetória revela como a interação entre interesses econômicos, pressões sociais e políticas públicas molda a sustentabilidade, sublinhando a importância da participação ativa da sociedade civil para garantir um futuro equilibrado e sustentável (Moura, 2016). A trajetória ambiental do Paraná reflete uma complexa interação entre modelos de desenvolvimento econômico voltados para a exploração dos recursos naturais e a preservação dos recursos naturais. A partir de um histórico de exploração e desmatamento, que reduziu drasticamente a cobertura florestal do estado, a crise florestal dos anos 1980 catalisou a formação de um movimento ambientalista mais ativo e pressionou o governo a implementar políticas de conservação.

Em um momento de grande tensão, com o ‘apagão florestal’, o estado destacou-se como aquele que mais desmatou a Mata Atlântica entre 1985 e 1990, refletindo o modelo de desenvolvimento que priorizava os interesses econômicos sobre os ambientais (Godoy, 2023). Esse cenário agravou-se quando o setor de papel e celulose, em crise pela escassez de madeira, buscou alternativas, impulsionando o movimento ambientalista a exigir mudanças na política pública e a promulgação de programas de reflorestamento, ainda que com espécies exóticas, como o pinus e o eucalipto (Pereira, 2014; Godoy, 2023).

Apesar das pressões de diferentes setores da sociedade, as décadas de 1980 e 1990 foram marcos no fortalecimento das ONGs ambientais e na criação de novos instrumentos legais. A Constituição de 1988 e a Conferência Rio 92 também foram cruciais nesse contexto, com a formação de uma nova consciência ecológica e a intensificação das demandas por sustentabilidade e conservação (Viola, 1987). O governo do Paraná, sob a liderança de Jaime Lerner na década de 1990, soube aproveitar a dinâmica política da época e, com a nomeação de

um técnico para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), gerou avanços significativos. Programas como o Serflor[12] e Prodeflor[13], além da Lei Florestal de 1995, foram implementados , refletindo o esforço conjunto de ONGs[14] e movimentos ambientais para promover a reestruturação da política ambiental do estado (Godoy, 2023).

No entanto, a trajetória de gestão ambiental no Paraná também revela que, embora tenha havido importantes avanços, como a criação do IAP e o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os desafios permanecem. As pressões econômicas continuam a moldar as políticas ambientais e o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação segue sendo um desafio. Apesar de uma série de políticas progressistas, como a criação do ICMS Ecológico em 1992 e a construção de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), o modelo de gestão ambiental ainda enfrenta obstáculos relacionados à conciliação dos interesses econômicos e a eficácia das ações de preservação. Isso reforça a necessidade de uma participação ativa da sociedade civil, como mostrado pelos movimentos ambientais, para garantir um futuro sustentável e mais equilibrado, onde o Paraná possa avançar não apenas em termos de crescimento econômico, mas também na preservação e conservação de seus ricos recursos naturais.

4.2 PRESERVAÇÃO E DIVERSIDADE NO LITORAL PARANAENSE

Com cerca de 100 km de costa oceânica, o Paraná é delimitado, na região litorânea, pela Serra do Mar Paranaense, que forma uma barreira natural, e pelo Litoral Atlântico. Essa área costeira, conhecida como planície litorânea, é caracterizada por uma variedade de características geográficas que moldam o ambiente natural e o desenvolvimento do estado. Ao norte, o litoral é limitado pela Serra do Mar Paranaense, que atua como uma barreira natural.

12 O Sistema de Recuperação de Florestas do Paraná (Serflor), foi um programa estadual criado em 1992 com o objetivo de promover a recuperação e conservação das florestas paranaenses, visando ao manejo sustentável e à proteção ambiental de áreas degradadas.

13 O Programa de Desenvolvimento Florestal do Paraná (Prodeflor), foi implementado em 1992, com o objetivo de incentivar o manejo florestal sustentável e a recuperação de áreas de vegetação nativa, além de fortalecer a economia regional por meio da utilização responsável dos recursos naturais.

14 As Organizações Não Governamentais (ONGs), são entidades sem fins lucrativos que, no contexto ambiental, atuam na defesa da natureza e na promoção de políticas públicas voltadas para a conservação, educação e sustentabilidade, muitas vezes em parceria com governos e outras instituições.

O clima do Paraná é, predominantemente, subtropical, com verões quentes e invernos frios, sendo influenciado por fatores como a altitude e a posição geográfica, que contribuem para as variações climáticas no estado. A vegetação nativa do estado é diversificada, com tipos como a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual, Estepes e Savanas. Além disso, o litoral paranaense faz parte da rica e diversificada Mata Atlântica. Esta, por sua vez, é descrita por MARBRASIL (2022, p. 12):

> Quando se fala em Mata Atlântica é importante entender que se trata de um conjunto de formações florestais que ocorre associada aos ecossistemas costeiros de mangues, Enseadas, Foz de grandes rios, baías e lagunas de influência de Marés, restingas, baixadas arenosas do litoral e outros tipos de vegetação.

Conforme MARBRASIL (2022, p. 12), o litoral paranaense abriga "a maior área contínua preservada de Mata Atlântica e está inserido em um dos 34 *hotspots* mundiais para conservação da biodiversidade". Esse *hotspot* é uma área de alto endemismo e diversidade, com espécies endêmicas, residentes e migratórias, o que significa que há uma grande variedade de organismos, incluindo aqueles exclusivos da região, os que vivem o ano todo e os que passam por lá em determinadas épocas (MARBRASIL, 2022, p. 12; MARBRASIL, 2019, p. 27). No entanto, os *hotspots* de biodiversidade enfrentam ameaças graves, já tendo perdido pelo menos 70% de sua vegetação original, o que os torna áreas prioritárias para a conservação (MARBRASIL, 2022, p. 12).

O Paraná apresenta uma grande diversidade natural, como discutido anteriormente, sendo um dos estados mais ricos em ecossistemas. Ao analisar as Unidades de Conservação (UCs) estabelecidas no litoral do Estado do Paraná, verificam-se que há um total de 26 UCs, distribuídas entre as seguintes categorias: quatro Federais, 10 Estaduais e 12 Municipais, englobando parques nacionais (PN), parques estaduais (PE), parques municipais (PM) e parques naturais municipais (PNM). (Apêndice 3).

Essas Unidades de Conservação estão localizadas em diferentes regiões do estado, refletindo a diversidade de ambientes naturais que o Paraná abriga. A categoria de parques analisada apresenta a seguinte distribuição de biomas: 24 dessas UCs estão localizadas na Mata Atlântica, uma na região Marinho/Costeiro e uma que combina ambos os biomas — Mata Atlântica e Marinho/Costeiro. Cada uma dessas unidades desempenha um papel crucial na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade local. Essas UCs estão distribuídas entre os sete municípios do litoral do Paraná além de abranger partes dos municípios de São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. A área total preservada e destinada aos parques é de 1.513.638,34 hectares.

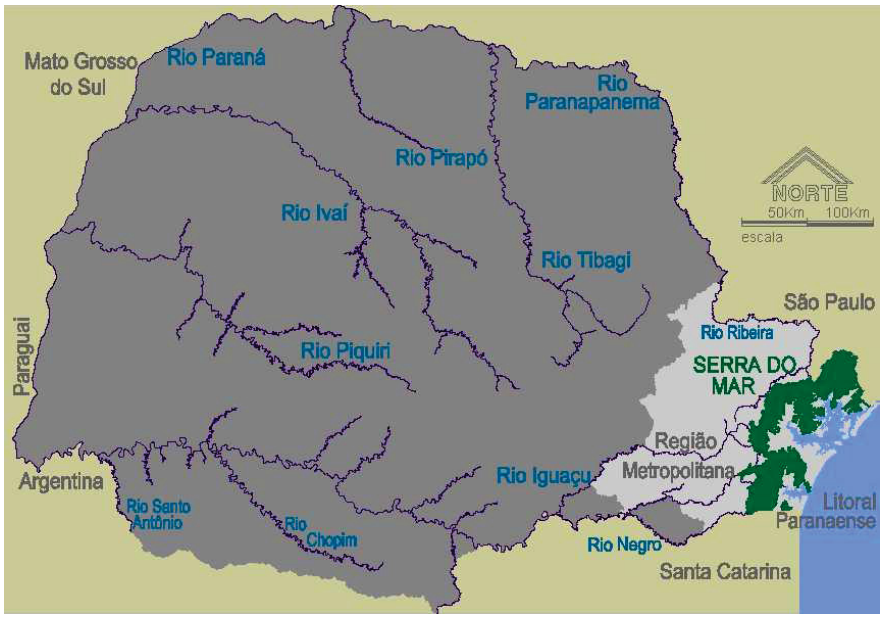
Ressalta-se, ainda, que a proteção ambiental em Guaraqueçaba, município do Paraná, começou em 1980 com ações do Instituto de Terras e Cartografia (ITC). Em 1982, a SEMA criou a Estação Ecológica e, em 1985, as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Entre 1991 e 1999, novos órgãos foram criados para fortalecer a preservação, mas a qualidade de vida dos pequenos agricultores não melhorou. Além disso, o ICMS ecológico, introduzido em 1992, incentivou a conservação e compensou os municípios.

A maior concentração de Unidades de Conservação (UCs) está no município de Paranaguá, que conta com um total de nove UCs de conservação na categoria parque: cinco de âmbito municipal, três estaduais e uma federal. Em seguida, na classificação, está o município de Matinhos, com oito UCs de conservação, sendo cinco de âmbito municipal, uma estadual e duas federais. Em contrapartida, o município de Guaraqueçaba apresenta o menor número de UCs de conservação na categoria parque, com apenas uma unidade, localizada no âmbito federal.

4.2.1 A Luta pelo Tombamento da Serra do Mar Paranaense

A Serra do Mar Paranaense faz parte do maciço atlântico, um sistema montanhoso que se estende ao longo da costa brasileira, do Espírito Santo ao Sul de Santa Catarina, e abriga as maiores elevações do Centro-Sul brasileiro (Figura 1). Sua geografia é marcada por um arco com concavidade voltada para o Leste, e é conhecida por diversas denominações regionais, como Serra Negra, Capivara Grande, da Graciosa, entre outras (Paraná, 2024). Sabe-se que desempenhou um papel crucial na manutenção dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), sendo alvo de preocupações desde o início do século XX devido à devastação provocada por atividades como a exploração de madeira (Carneiro, 2007).

FIGURA 1 - SERRA DO MAR NO LITORAL PARANAENSE



Fonte: Reprodução Digital | Governo Do Paraná. Serra do Mar - Livro Tombo I.

A primeira percepção sobre a necessidade de preservar suas matas surgiu da constatação de sua importância para garantir a oferta de água à região. Sua destruição comprometia tanto a qualidade quanto a quantidade de água disponível, afetando também a flora local. Em 1953, durante o Primeiro Congresso Florestal Brasileiro, o cientista Reinhard Maack[15], que desde os anos de 1920 iniciou suas expedições no Paraná, propôs a criação de um parque para proteger os mananciais da Serra do Mar. Na mesma época, o geólogo, geógrafo e ambientalista João

15 Reinhard Maack (1892–1969) foi um geocientista e aventureiro alemão naturalizado brasileiro, reconhecido por sua contribuição à geografia e geologia do Paraná. Maack foi pioneiro nos estudos geológicos e fitogeográficos do estado, sendo um dos precursores das ideias sobre a deriva continental. Também se destacou na preservação e conservação de áreas naturais, tendo realizado expedições significativas na Serra do Mar e em outras regiões do Brasil, além de ser um dos responsáveis pela criação de parques no Paraná. Foi professor na Universidade Federal do Paraná e fundou o curso de Geologia, além de realizar expedições exploratórias internacionais. Disponível em: <https://altamontanha.com/reinhard-maack-geocientista-e-aventureiro/.> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

José Bigarella[16], também docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR[17]), se destacou como defensor da preservação da Serra. Esses pioneiros ampliaram o debate sobre os riscos ambientais da região, o que levou a ações políticas e se traduziu em iniciativas governamentais (Carneiro, 2007).

Ao longo do século XX, a preservação da flora e fauna da Serra do Mar foi assunto abordado pela imprensa e pelos setores da administração pública paranaense (Paraná, 2024). Com o tempo, a conscientização sobre a necessidade de proteger a Serra foi se consolidando, o que levou à proposição de parques para garantir sua preservação. A crescente valorização da Serra como paisagem e a percepção de sua importância como monumento natural surgiram nesse contexto (Carneiro, 2007).

Em 1957, um fato relevante esteve na proposta de criação de um parque na Serra da Prata, respaldada por decreto do governador Moysés Lupion, no qual se considerava a área de utilidade pública para desapropriação. No entanto, a falta de recursos e a burocracia impediram a efetiva implementação da proposta. O decreto, embora pioneiro, representou apenas o início de uma série de iniciativas de proteção da Serra do Mar, que, devido à necessidade de desapropriação e à alocação de recursos públicos, nunca foram completamente realizadas (Carneiro, 2007).

16 João José Bigarella (1923–2016) foi geólogo, geógrafo e pesquisador de grande destaque, com uma carreira acadêmica e científica marcada por suas contribuições à geologia e à preservação ambiental. Formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi um dos pioneiros na investigação da teoria da deriva continental, tema sobre o qual publicou diversos artigos e livros. Além disso, co-fundou a Associação de Defesa e Educação Ambiental, uma das primeiras organizações ambientalistas do Brasil. Bigarella teve uma importante carreira como professor na UFPR, onde também ocupou a direção do Departamento de Geologia e a editoração das publicações de geociências. Sua vasta produção científica inclui a criação da Carta Geológica do Paraná, em colaboração com Riad Salamuni, e a invenção do "bigarelômetro", instrumento utilizado na medição das propriedades das paleocorrentes. Reconhecido nacionalmente, recebeu diversas honrarias, incluindo a Ordem Nacional do Mérito Científico. Sua dedicação à ciência e à preservação ambiental deixa um legado duradouro, que é perpetuado pela Fundação João José Bigarella. Disponível em: https://sbpc.ufpr.br/joao_bigarella/.

17 A Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundada em 1912, é a mais antiga universidade do Brasil e um símbolo da cidade de Curitiba. Reconhecida pela sua excelência acadêmica, a UFPR se destaca pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo referência no ensino superior no Paraná e no Brasil. Além de sua atuação nos campi de Curitiba, a universidade também está presente em diversas regiões do estado, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população paranaense. A UFPR tem como missão devolver à sociedade, em forma de conhecimento, tecnologia e cultura, os recursos públicos que a mantêm enquanto Instituição Federal de Ensino Superior. Disponível em: https://ufpr.br/apresentacao/.

Em 1961, por meio do Decreto Federal 50.813/1961, o Presidente Jânio Quadros, declarou as florestas das Serras do Mar brasileiras como 'florestas protetoras[18]'. A medida foi inovadora, pois, segundo o Código Florestal de 1934, as florestas protegidas não precisavam de desapropriação após a declaração (Carneiro, 2007). Apesar dessa medida ser um avanço para a preservação, os interesses econômicos, como a exploração de recursos naturais, continuaram a dificultar a efetividade das ações de proteção.

Em 1978, iniciou-se uma tentativa, por parte do estado do Paraná, de preservar a Serra do Mar, com a criação do Parque do Marumbi, abrangendo 70 mil hectares. Contudo, essa iniciativa não foi efetivada, expirando com o tempo (Paraná, 2024). A partir desse marco, o debate sobre a proteção da Serra do Mar se intensificou, com defensores propondo a ampliação das medidas de preservação para incluir não apenas o Paraná, mas também os estados de São Paulo e Santa Catarina (Carneiro, 2007).

Os limites do tombamento da Serra do Mar foram estabelecidos com base em características geográficas e rodovias que definem a área a ser preservada. Essa região abrange partes dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de proteger a rica biodiversidade e os ecossistemas presentes (Paraná, 2024). A proposta do Parque do Marumbi gerou debates entre os técnicos, que concordaram que a atividade agrícola na área seria inviável economicamente e causaria sérios danos, como o assoreamento das baías de Paranaguá e Antonina (Carneiro, 2007).

Historicamente, em seu trecho paranaense, a Serra do Mar foi considerada um grande obstáculo entre o litoral e o planalto, conforme descreveram os cronistas da época. Para atravessá-la, foram utilizados três caminhos: "o do Arraial, com oito léguas, usado pelos

---

18 O Código Florestal de 1934, em seu Artigo 4º, define como florestas protetoras as áreas destinadas aos seguintes fins:
Art. 4º. Serão consideradas florestas protetoras aquelas que, por sua localização, servirem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos seguintes propósitos:
a) Conservar o regime das águas;
b) Prevenir a erosão do solo causada pela ação dos agentes naturais;
c) Fixar dunas;
d) Auxiliar na defesa das fronteiras, conforme determinado pelas autoridades militares;
e) Garantir condições de salubridade pública;
f) Proteger locais de grande beleza que mereçam ser preservados;
g) Servir de refúgio para espécimes raros da fauna indígena.
Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html >Acesso em: 13/12/2024.

moradores da Lapa; o do Itupava, com 12 léguas, e o da Graciosa, com 14 léguas, todos originários de antigas trilhas indígenas". O caminho da Graciosa, mais longo, mas menos íngreme, foi adaptado para veículos em 1873 e permaneceu como a única estrada ligando a 'Marinha e a Serra-acima' até 1967, quando uma nova rodovia foi inaugurada, tornando a Graciosa uma via turística (Paraná, 2024, n.p).

Desde a inauguração da ferrovia em 1885, que foi um marco histórico importante para o desenvolvimento econômico do Paraná entre o final do século XIX e a metade do século XX, cresceu a demanda por madeiras da Serra, como canela, pau-d'arco e outras, o que levou à exploração intensiva[19]. A fauna também foi duramente afetada, resultando em várias extinções e colocando diversas espécies em risco, como o papagaio-chauá, que habita exclusivamente entre o Sul de São Paulo e o litoral paranaense[20] (Paraná, 2024).

A Serra do Mar foi descrita como um 'vazio econômico e social', ou seja, uma área marcada pela escassez de oportunidades de desenvolvimento e por uma população de baixos recursos e limitada instrução, o que reforçava a ideia de que a região não era propícia ao crescimento econômico (Carneiro, 2007). Nesse contexto, o governador Emílio Gomes[21] voltou a anunciar a intenção de criar o Parque Nacional do Marumbi, parte da Serra do Mar, com o objetivo de proteger a região e destacar sua importância como um 'pulmão verde' para Curitiba e uma valiosa reserva biológica (Paraná, 1972; Carneiro, 2007). No entanto, apesar dos esforços para conservar e reconhecer essa área como 'Parque Nacional', sua criação e implementação efetivas mais uma vez não foram alcançadas (Savi, 2008).

Os argumentos em favor da criação do parque não se limitavam à preservação estética ou recreativa. A proposta visava, na verdade, responder a graves problemas ambientais iminentes, como o risco de assoreamento e a ameaça aos padrões reprodutivos da fauna aquática, distantes de uma solução meramente turístico-decorativa. Esse ponto de vista, relevante para o contexto histórico da década de 1980 e para a preservação da Serra do Mar,

19 Apesar da destruição e da falta de ações concretas para reflorestamento, ainda é possível encontrar espécies como canela, caxeta, guarapuruvu, licurana, angelim, entre outras.

20 Os animais que ainda habitam a região são, em sua maioria, de pequeno porte, como micos, quatis, esquilos, ouriços, preás, preguiças e tatus, além de aves como papagaios, joão-de-barro, sabiás e pica-paus

21 Emílio Hoffmann Gomes foi governador do Paraná de 11 de agosto de 1973 a 15 de março de 1975, após a morte do então governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Antes de governar o estado, exerceu três mandatos consecutivos como deputado federal. Após seu mandato, atuou como auditor no Tribunal de Contas do Paraná. Emílio Gomes faleceu em 20 de agosto de 2021, aos 96 anos.

refletia os principais argumentos apresentados por Bigarella (Carneiro, 2007). Dessa forma, o foco estava na busca por soluções para os impactos ambientais resultantes da exploração intensiva da região.

A cobertura vegetal, que outrora dominava o estado, abrangendo 80% de sua extensão, foi drasticamente reduzida a apenas 5% desde o início da colonização, especialmente devido à exploração da vertente ocidental, o que provocou a perda significativa da mata da Serra do Mar (Paraná, 2024). A criação do parque, que começava a ser debatida nos anos 1980, tornou-se, portanto, não apenas uma questão de conservação, mas também uma urgência econômica e social, alinhada com as preocupações dos especialistas sobre os graves impactos da exploração inadequada da Serra do Mar (Carneiro, 2007). Nesse sentido, o tombamento da Serra do Mar representava uma estratégia ambiental crucial, combinando a proteção dos recursos naturais com a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

O estudo que embasava a necessidade de proteger a região, elaborado durante a década de 1980, trazia um discurso político que, além de buscar conciliar a preservação ambiental com as demandas do contexto histórico da época, propunha uma abordagem patrimonial. Essa abordagem destacava que o esforço não visava apenas os interesses imediatos, mas também aqueles que afetassem gerações futuras, sublinhando a importância de preservar a Serra do Mar (Carneiro, 2007). Essa visão relacionava a integridade da Serra do Mar à segurança nacional, mostrando que a degradação ambiental poderia comprometer tanto a infraestrutura quanto o desenvolvimento da região.

O discurso político que dominou a época tentava alinhar as preocupações ambientais com as necessidades do desenvolvimento sustentável, mostrando que era possível conciliar crescimento econômico e proteção ambiental. Ao analisar esse contexto histórico, fica evidente como a proteção da Serra do Mar foi vista como uma prioridade, não apenas por sua biodiversidade, mas também pela necessidade de garantir um futuro melhor para as comunidades locais e preservar os recursos naturais que sustentam a vida na região (Carneiro, 2007).

O tombamento da Serra do Mar e a proteção de suas áreas naturais enfrentaram desafios significativos ao longo dos anos. Nesse percurso, a preocupação com a efetivação das desapropriações, inicialmente prometidas pelo governo, foi diminuindo, revelando uma mudança nas prioridades administrativas. A concepção da sistemática de proteção passou a ser revista, com o Estado parecendo adotar uma abordagem mais flexível, distanciando-se da ideia tradicional de um parque com suas finalidades tradicionais. As declarações de autoridades, como o Diretor do ITC, indicaram a falta de recursos como um dos principais obstáculos,

dificultando a execução do projeto. Ele destacou como desafio “mostrar que um parque não é para ser algo intocável”, mas que pode ser aproveitado conscientemente pela população (Diário do Paraná, 1980; Carneiro, 2007, p. 460).

Conflitos de interesse também emergiram, complicando ainda mais a situação. O órgão responsável pela implantação do Parque estava vinculado à Secretaria da Agricultura, o que gerou um embate com a Federação da Agricultura do Paraná, mostrando como as prioridades políticas e econômicas podiam interferir nas iniciativas de proteção ambiental. A proposta inicial de criar um Parque de 70.000 hectares foi drasticamente reduzida para 3.267 hectares, na década de 1980, evidenciando a fragilidade do compromisso governamental com a proteção da Serra do Mar. Além disso, a mudança no discurso, a exclusão de áreas agrícolas no perímetro protegido e a falta de menção às funções ambientais que justificaram a criação do Parque indicam uma mudança nas prioridades e na abordagem da questão (Carneiro, 2007).

O histórico de discussões sobre a necessidade de proteção da Serra do Mar confirma a tendência já frequentemente discutida de construir um discurso em torno de alinhar-se com as ideias mais populares da época, criar regras para implementá-las, mas demorar para colocá-las em prática – especialmente quando é preciso enfrentar o poder econômico e as relações tradicionais de favores políticos (Carneiro, 2007, p. 463). Nesse contexto, o debate sobre a proteção da Serra do Mar foi complexo, exigindo soluções que equilibrassem a preservação ambiental com os interesses econômicos conflitantes.

Como alternativa legal para a proteção da área da Serra do Mar, destacavam-se “duas possibilidades: a do tombamento e a da instituição, aos moldes do que fora feito para toda região litorânea, mas com as especificidades requeridas pelas suas características, de uma área especial de interesse turístico”. Nesse momento, essa última opção foi discutida como uma forma eficaz de proteger o ecossistema local (Carneiro, 2007, p. 469). Portanto, a alternativa da área de especial interesse turístico prevaleceu, tendo sido criada a AEIT-Marumbi pela Lei nº 7.919, de 1984, com o objetivo de proteger a região da Serra do Mar, com base na Lei Federal nº 6.513/77, visando ao turismo sustentável. A área cobria 66.733 hectares e abrangia partes de vários municípios. Morretes, Antonina e Campina Grande do Sul concentrariam 88% da área (Savi, 2008). Vale ressaltar que a criação da AEIT-Marumbi foi frequentemente confundida com o Parque do Marumbi pela imprensa, o que pode ter sido uma estratégia de marketing do governo (Carneiro, 2007; Savi, 2008).

O tombamento da Serra do Mar, realizado em 25 de julho de 1986, foi uma medida jurídica impulsionada pela luta pela criação do Parque Marumbi e pela crescente necessidade de proteger a região (Savi, 2008, p. 55). Essa ação visou regulamentar o uso da Serra e trouxe

novos atores para o processo, refletindo uma mudança na forma de percepções sobre a área, o que não havia sido plenamente abordado em iniciativas anteriores. Embora a proteção da Serra tenha sido discutida desde o início do século XX, foi nas décadas de 1980 que o tema ganhou mais relevância. No entanto, as propostas apresentadas no Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi[22] não foram bem recebidas, e o Estado não se posicionou de forma clara (Carneiro, 2007).

Na década de 1990, o governo estadual[23] criou pequenos parques dentro da Área de Especial Interesse Turístico Marumbi (AEIT-Marumbi), como o Pico do Marumbi, Graciosa e Pau-Ôco. O biólogo Roberto Ribas Lange, do Instituto de Terras e Cartografia, apoiado pela ADEA, desempenhou um papel importante nesse processo, que totalizou pouco mais de 12.000 hectares.

Outras áreas de conservação foram adicionadas posteriormente, incluindo APAs e RPPNs. Essas áreas estão interligadas aos Caminhos Coloniais da Graciosa, do Arraial e do

22 O Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi, realizado em 1978, foi o marco inicial para a criação dos Parques Estaduais Marumbi I e II. Esse evento foi fundamental para o reconhecimento da importância da preservação ambiental na região. A criação dos parques foi formalizada por meio dos Decretos nº 5.589, 5.590, 5.591 e 5.592. Esses decretos estabeleceram oficialmente os Parques Estaduais Marumbi I e II, com o objetivo de proteger a rica biodiversidade e o ecossistema da Serra do Mar, uma das áreas de maior importância ecológica do Brasil. O Parque Estadual Marumbi I possui uma área de aproximadamente 3.350 hectares e está situado no município de Morretes, na região leste do Paraná. Ele abrange parte das imponentes formações rochosas do Morro do Marumbi, conhecido pela sua estrutura geológica única. A vegetação predominante da área é a Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do país. O Parque Estadual Marumbi II, por sua vez, ocupa uma área de cerca de 1.760 hectares e está localizado nas proximidades do Marumbi I, ampliando a área de conservação da região.
Juntos, os parques integram um importante corredor ecológico, criando uma continuidade no processo de proteção da biodiversidade local e dos recursos hídricos da região. Além de seu papel fundamental na conservação ambiental, os Parques Estaduais Marumbi I e II se destacam como locais de interesse para atividades de ecoturismo, como trekking e escalada, atraindo visitantes em busca de aventura e contato com a natureza. Assim, a criação dos Parques Estaduais Marumbi I e II em 1978 consolidou um esforço decisivo para a preservação ambiental no Estado do Paraná, garantindo a proteção de um dos mais importantes patrimônios naturais do Brasil. Contudo, os Parques Estaduais Marumbi I e II não estão mais ativos como unidades de conservação independentes. Em 1990, foi criado o Parque Estadual Pico do Marumbi, abrangendo uma área de aproximadamente 8.745 hectares nos municípios de Morretes, Piraquara e Quatro Barras. Este parque incorporou as regiões anteriormente designadas como Marumbi I e II, visando à proteção integral da rica biodiversidade local. A extinção dos parques Marumbi I e II ocorreu devido à criação do Parque Estadual Pico do Marumbi, que unificou as áreas para uma gestão mais eficiente. Atualmente, o Parque Estadual Pico do Marumbi está ativo e oferece diversas atrações, como trilhas e opções de camping.

23 Álvaro Dias é um político paranaense com uma carreira marcada por diversos mandatos. Foi vereador, deputado estadual e federal, senador e governador do Paraná entre 1987 e 1991. Formado em História pela Universidade Estadual de Londrina, também atuou como comunicador e agricultor. Sua trajetória no Legislativo inclui passagens pelas comissões de Agricultura, Educação e Cultura, destacando-se pelo trabalho em defesa de temas regionais e nacionais.

Itupava (Savi, 2008), assim como os Caminhos da Conceição e Ambrósios, além da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, uma obra centenária de referência nacional. No Paraná, "além da importância paisagística e ambiental, a Serra do Mar se destaca pelo seu potencial histórico e arqueológico" (Paraná, 2024, não p.).

À medida em que a questão da Serra do Mar ganhava uma dimensão nacional, com o tombamento da Serra em São Paulo em 1985, a luta pela preservação se intensificou. O envolvimento de governadores na luta pela redemocratização também contribuiu para elevar o tema à esfera pública, ampliando as oportunidades de ação para os defensores da Serra. A cooperação entre os estados de São Paulo e Paraná, com foco em desenvolvimento sustentável, e as mudanças na gestão do patrimônio cultural e natural foram destacadas como importantes para o avanço da causa.

Uma abordagem inovadora na proteção do patrimônio cultural e natural da Serra do Mar foi trazida por entidades como o movimento 'Fórum do Marumbi', que ressaltou a importância de um debate entre os atores locais e as esferas da sociedade civil para garantir uma preservação mais eficaz e integrada. Essa abordagem foi trazida por Jurandir Garçoni[24], que apresentou uma perspectiva inédita para as áreas naturais da Serra do Mar. Defendia o tombamento como uma forma de regulamentar a intervenção humana, visando preservar o equilíbrio ecológico, prevenir catástrofes e proteger ecossistemas ameaçados (Carneiro, 2007).

Os argumentos desse grupo eram divulgados em artigos para o boletim Divulgação — um informativo interno do governo —, enfatizavam a importância de um processo de negociação abrangente, envolvendo especialistas e a participação ativa de diferentes setores da sociedade. Garçoni ressaltava que a intervenção do Estado deveria ser resultado de um debate aberto, para garantir a efetiva proteção das áreas naturais (Carneiro, 2007; Divulgação, 1985). O processo de tombamento da Serra do Mar no Paraná refletiu uma abordagem integrada para a proteção ambiental, com a proposta apresentada ao Conselho Estadual do Patrimônio

24 Jurandir Rios Garçoni. (Araraquara, São Paulo, 1942). Foi fundamental na preservação da Serra do Mar, atuando como Curador do Patrimônio da Secretaria de Cultura do Paraná, onde coordenou o processo de tombamento dessa importante área natural. Seu trabalho na proteção da Serra culminou na criação de um monumento em sua homenagem na Estrada da Graciosa, simbolizando seu compromisso com a preservação ambiental. Garçoni faleceu em 1985 durante um voo de estudos técnicos sobre a Serra do Mar, deixando um legado de luta pela conservação do patrimônio natural paranaense. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2013/08/13/caravana-da-anistia-homenagens-a-ex-presos-politicos/>. Acesso em: 09 de ago. de 2024.

Histórico e Artístico em 1985, que envolveu estudos sobre a necessidade de preservação (PARANÁ, 1981-1986; Carneiro, 2007).

Durante o I Encontro Interestadual[25] em 1985, foram anunciados estudos sobre a importância de proteger a Serra do Mar e ecossistemas adjacentes, como mangues e ilhas, considerados um 'banco genético ameaçado de extinção' (Jornal da Manhã, 1985; Carneiro, 2007). A imprensa destacou a mobilização pela proteção da Serra do Mar, que envolveu diversos estados. Foram ampliadas as justificativas técnico-científicas para o tombamento e a proteção foi proposta para incluir ecossistemas adjacentes, como morros, mangues e ilhas, considerados um "banco genético ameaçado de extinção". Essa abordagem associava a preservação ambiental às condições de sobrevivência das populações locais. A Serra do Mar passou a ser vista não apenas regionalmente, mas também de maneira nacional, com a proposta de um tombamento federal e reconhecimento internacional da área como reserva da biosfera (Carneiro, 2007).

Após vários ciclos de intensas discussões, elaborações de propostas, a proposta final para o tombamento da Serra do Mar abrangeu 562.000 hectares, excluindo áreas urbanizadas e agrícolas, e incluiu unidades ambientais como morros e restingas. Ao contrário de iniciativas anteriores, a proposta ofereceu clareza sobre as atividades permitidas e proibidas, refletindo uma abordagem mais colaborativa e alinhada ao contexto de redemocratização do Brasil. Nesse contexto, a imprensa exerceu papel crucial, ajudando a difundir a importância do tombamento e mobilizar apoio público. Quando, enfim, o Estado do Paraná concretizou o tombamento pela Lei Estadual 1.211/1953, a medida abrangeu territórios de vários municípios, com uma área total de 386.000 hectares (Paraná, 2024, não p.). O enfoque técnico e científico do tombamento conferiu base sólida para as decisões, garantindo que fosse apoiado por dados robustos (Carneiro, 2007, p. 482).

Destacou-se, então, a função política do tombamento, com a primeira "demonstração de apoio público a uma iniciativa de proteção à Serra e o discurso que se enunciava, pois se tratava do pronunciamento que sustentava o primeiro ato oficial do tombamento" (Carneiro, 2007, p.

25 Realizado em São Paulo o I Encontro Interestadual pela Proteção da Serra do Mar, contou com a presença de representantes dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nele, o representante do Paraná, Jurandir Garçoni, anunciou sua decisão de dar início aos estudos para o tombamento, comprometendo-se publicamente em realizá-lo (Jornal da Manhã, 1985; Carneiro, 2007).

482-483). Durante a solenidade de abertura, o Grupo Ecológico e o Clube Paranaense de Montanhismo entregaram ao Governador José Richa[26] um manifesto com 3.100 assinaturas em prol do tombamento da Serra do Mar. O discurso político enfatizou que o tombamento visava regulamentar o uso da área em vez de impor restrições totais. Além disso, a justificativa para o tombamento foi ampliada para incluir o contexto socioeconômico da Serra, destacando a importância de sua preservação diante da perda das florestas (Jornal do Estado, 1986; Carneiro, 2007).

Embora a resistência ao tombamento fosse pequena em termos de manifestantes, as impugnações, especialmente de grandes propriedades madeireiras, representaram 20% da área proposta para proteção. O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), refletindo tais pressões, sugeriu mudanças no perímetro, argumentando que a proteção de certas regiões poderia prejudicar o desenvolvimento econômico local (Paraná, 1986; Carneiro, 2007). Em resposta, o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) reafirmou sua autonomia e, apesar das objeções, decidiu avançar com o tombamento, mas excluiu algumas áreas costeiras. Como resultado, a área protegida foi reduzida de 562.000 para 386.000 hectares, refletindo um equilíbrio entre a proteção ambiental e as demandas econômicas.

A proposta do COLIT foi parcialmente aceita: o tombamento foi aprovado, mas com a condição de que as áreas da planície costeira fossem excluídas para uma avaliação posterior. Como resultado, a área total a ser tombada foi reduzida de 562.000 hectares para 386.000 hectares. As impugnações, que abrangiam 81.000 hectares, incluíram 5.025 hectares sobrepostos por sobre titulação, correspondendo a 19,7% da área total tombada (Lange, 1987; Carneiro, 2007). Assim, embora o esforço para alterar o perímetro tenha reduzido a área protegida, a autonomia do CEPHA garantiu o avanço do tombamento, com modificações que refletiram a tensão entre desenvolvimento e conservação.

---

26 José Richa, governador do Estado do Paraná, serviu por dois mandatos consecutivos: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sua administração destacou-se pela ênfase na modernização da infraestrutura do estado. Richa trabalhou para transformar o Paraná por meio de diversas reformas e políticas voltadas tanto para o desenvolvimento regional quanto para a proteção ambiental. Em 1983, durante seu primeiro mandato, ele assinou os decretos criando os Parques Estaduais Marumbi I e II, com o objetivo de preservar áreas naturais significativas na Serra do Mar.

A área tombada em 1986, de 386.000 hectares, “compreende unidades ambientais diferenciadas pela conformação e pela característica da vegetação, distinguindo-se a serra propriamente dita, os vales intermediários, o planalto e a planície costeira” (Paraná, 2024, não p.). A região inclui algumas das formações rochosas mais impressionantes do Paraná, incluindo as elevações mais acentuadas do centro-sul do Brasil, como o Pico do Paraná, que atinge 1.877,39 metros de altura. A área tombada inicia-se “no cruzamento da Rodovia de Garuva - Cubatão, na divisa dos estados do Paraná e de Santa Catarina, incluindo áreas dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba” (Savi, 2008, p. 47).

Totalmente coberta pela Mata Atlântica, a Serra do Mar é reconhecida como “um dos mais ricos biomas do planeta, a segunda maior floresta em extensão do país e reconhecida pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica desde 1991” (Paraná, 2024, não p.). Seu tombamento foi contextualizado pelo Conselheiro relator Roberto Ribas Lange[27], como uma conquista da cidadania, com base na ciência e no apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Enfatizou a importância nacional e internacional da Serra do Mar, destacando sua relevância histórica, especialmente como uma barreira que influenciou a dinâmica social e econômica do Paraná, e sugeriu que sua condição de paisagem notável deveria ser preservada (Carneiro, 2007).

O tombamento não proíbe atividades econômicas, mas impõe limitações que visam o interesse público. O parecer de Lange se destaca por sua abrangência e por responder adequadamente às impugnações, ou seja, de forma politicamente sensível aos interesses dos diversos atores envolvidos, buscando um equilíbrio entre a defesa do meio ambiente e a viabilidade das propostas em discussão. Aprovado unanimemente pelo CEPHA e formalizado

27 Roberto Ribas Lange (1949–1993) foi um biólogo e ambientalista de grande destaque no Brasil, reconhecido por sua intensa defesa da natureza e pela criação de importantes normas e projetos ambientais. Com mais de 20 anos dedicados à causa, foi um dos fundadores da Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA), desempenhando papel crucial na proteção de áreas como o Parque Nacional de Iguaçu, a Serra do Mar e o Parque Estadual do Marumbi. Defensor incansável dos direitos coletivos e da preservação dos ecossistemas do Paraná, Lange também foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), contribuindo ativamente na formulação de políticas públicas para a proteção ambiental. Seu legado permanece vivo, especialmente nas ações que resultaram na criação de áreas protegidas e no tombamento de importantes ecossistemas. Tragicamente, faleceu em 1993, nas águas do rio Iguaçu, um dos locais que mais amava. Disponível em: https://www.h2foz.com.br/sem-categoria/a-vida-de-roberto-ribas-lange-por-teresa-urban-8832/.

na transcrição no Livro do Tombo, o processo definiu os atributos da Serra do Mar que deveriam ser protegidos (Carneiro, 2007).

As iniciativas de proteção à Serra do Mar continuaram após o tombamento, culminando na regulamentação do espaço litorâneo e no Decreto 5050 de 1989, que criou o cargo de Secretário da Ciência e Tecnologia, responsável por gerenciar despesas na programação para a geração e adaptação de novas tecnologias de produção. Nesse contexto, a luta pela criação de um parque na Serra do Mar enfrentou resistência devido à falta de clareza do governo sobre a aquisição de terras para conservação.

O processo, fundamentado em evidências técnicas, destacou a importância da Serra para a identidade dos paranaenses e o equilíbrio ecológico. Assim, a luta pela preservação da Serra do Mar não apenas protegeu um patrimônio natural, mas também representou uma vitória ambiental e uma demonstração do empoderamento da sociedade civil, incluindo o segmento ligado às ciências ambientais. Essa mobilização coletiva, marcada por resistência, ilustra a importância da articulação entre diferentes setores da sociedade e estabeleceu um precedente para futuras iniciativas de conservação no Brasil, reafirmando a necessidade de um diálogo contínuo entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

5. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta um panorama geral dos aspectos socioeconômicos, demográficos e ambientais do Litoral do Paraná, com ênfase no município de Morretes. Na primeira seção, são destacados os dados gerais sobre a caracterização espacial e as principais características socioeconômicas e demográficas da região litoral. Em seguida, a análise foca especificamente em Morretes, abordando seus desafios e potencialidades locais. A segunda seção se dedica à caracterização do Local de Pesquisa, será dedicada ao Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), detalhando suas características geográficas, bem como a sua localização e a área que abrange, com foco na importância do parque dentro do contexto ambiental da região. As duas seções seguintes tratam do detalhamento dos métodos e ferramentas da pesquisa, bem como da sua execução.

5.1 O LITORAL DO PARANÁ: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E DEMOGRÁFICA COM ENFOQUE EM MORRETES

O Estado do Paraná possui 399 municípios e, de acordo com o Censo de 2022, sua população é de aproximadamente 11.444.380 habitantes, com área territorial[28] de 199.298,981 km² e densidade demográfica[29] de 57,42 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM[30]) médio do estado é de 0,769 (IBGE, 2024).

No Litoral do Paraná (LP), localizado na microrregião de Paranaguá, estão situados sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Juntos, esses municípios somam 301.405 habitantes distribuídos em uma área total de 6.055,336 km², com densidade demográfica de 744,45 hab/km² (Figura 2).

---

28 A análise da área territorial e da densidade populacional proporciona uma compreensão sobre como a população está organizada e como a cidade se distribui geograficamente.

29 A densidade demográfica representa a quantidade de pessoas por quilômetro quadrado de território, é outro indicador importante para compreender como a população está distribuída e como isso afeta a infraestrutura e os serviços de cada cidade.

30 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador importante para comparar o nível de desenvolvimento humano das cidades, refletindo a qualidade de vida em termos de educação, saúde e renda. O IDHM varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é o índice da cidade

FIGURA 2 - ILUSTRAÇÃO DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ COM FOCO EM MORRETES

FONTE: Reprodução Digital | PET Comunidades do Campo. Paisagem do Litoral do Paraná (2019).

Dentro do contexto do Litoral do Paraná, o município de Morretes apresenta características particulares que merecem destaque. Em 2022, sua população era de 18.309 habitantes, com estimativa de 18.908 em 2024, distribuídos em uma área de 684,58 km², o que resulta em uma densidade demográfica de 26,74 hab/km² (IBGE, 2024).

A economia local é marcada por um PIB per capita de R$ 23.612,37 (2021), com forte dependência de transferências governamentais, que representaram 86,26% das receitas correntes em 2022 — o maior percentual do estado e do país. O mercado de trabalho formal empregava cerca de 3.463 pessoas (18,91% da população), com salário médio de dois salários mínimos, e uma parcela significativa da população (37%) vivia com até meio salário mínimo per capita, segundo dados de 2010 (IBGE, 2024).

Na educação, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 96,6%, enquanto os índices do IDEB de 2023 foram de 5,4 nos anos iniciais e 4,3 nos finais do ensino fundamental da rede pública. A cidade contava com 19 escolas de ensino fundamental e 3 de ensino médio (IBGE, 2024).

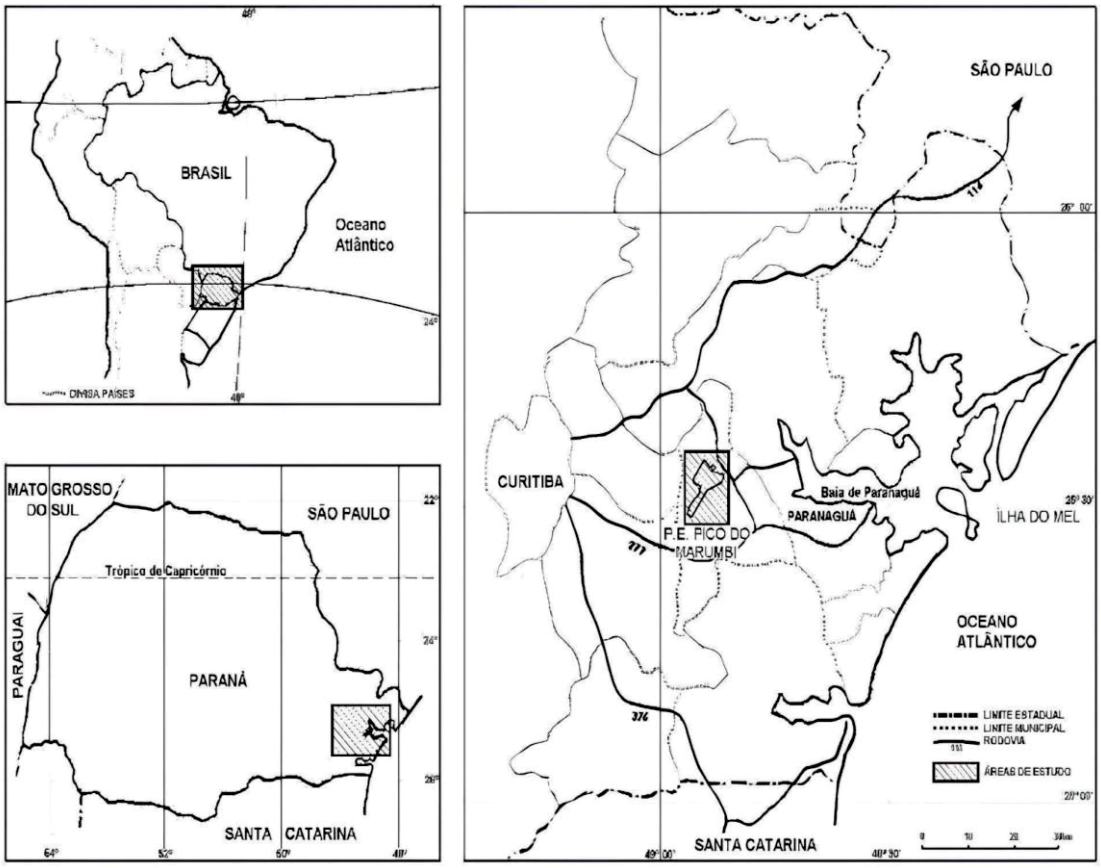
Na saúde, a taxa de mortalidade infantil foi de 14,71 óbitos por mil nascidos vivos e as internações por diarreia atingiram 5,5 casos por mil habitantes (IBGE, 2024).

Em relação ao meio ambiente, Morretes está inserida na Mata Atlântica e no sistema costeiro-marinho, com 64,6% dos domicílios atendidos por esgotamento sanitário adequado, 20,9% em vias com arborização e apenas 2,4% em vias com urbanização completa (IBGE, 2024).

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

O Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) foi autorizado pelo Decreto Estadual nº 7.300 de 24 de setembro de 1990, inicialmente com área de 2.342 hectares. Engloba porções do território físico dos Municípios de Morretes, Piraquara e de Quatro Barras, no entanto seu acesso se dá somente pelo município de Morretes. Suas coordenadas geográficas são: 25°26'21.8"S de latitude sul e 48°55'09.0"W de longitude oeste (Figura 3).

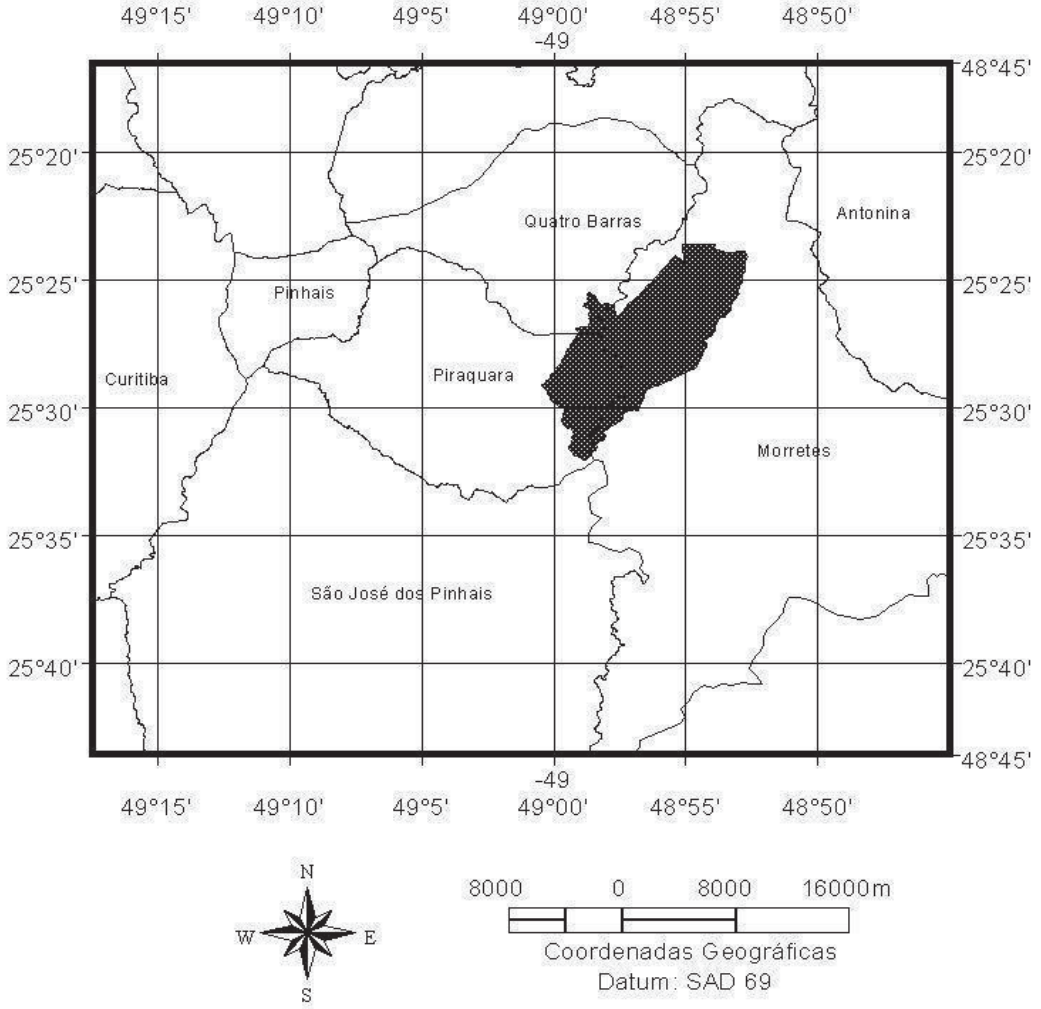
FIGURA 3 - DELIMITAÇÃO DO PEPM



FONTE: Kozera et al. (2008, p. 325).

Divisa com outras UCs, tais como a Área de Proteção Ambiental Estadual do Piraquara à Sudoeste, o Parque Estadual da Serra da Baitaca ao Leste e o Parque Estadual da Graciosa ao Norte, o PEPM é sobreposto à Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi, uma vez que a região possui rica biodiversidade local, ecossistemas completos com abundante vida silvestre e comunidades tradicionais, como se vê na Figura 4 (IAT, 2024, não p.).

FIGURA 4 - DIVISAS DO PEPM

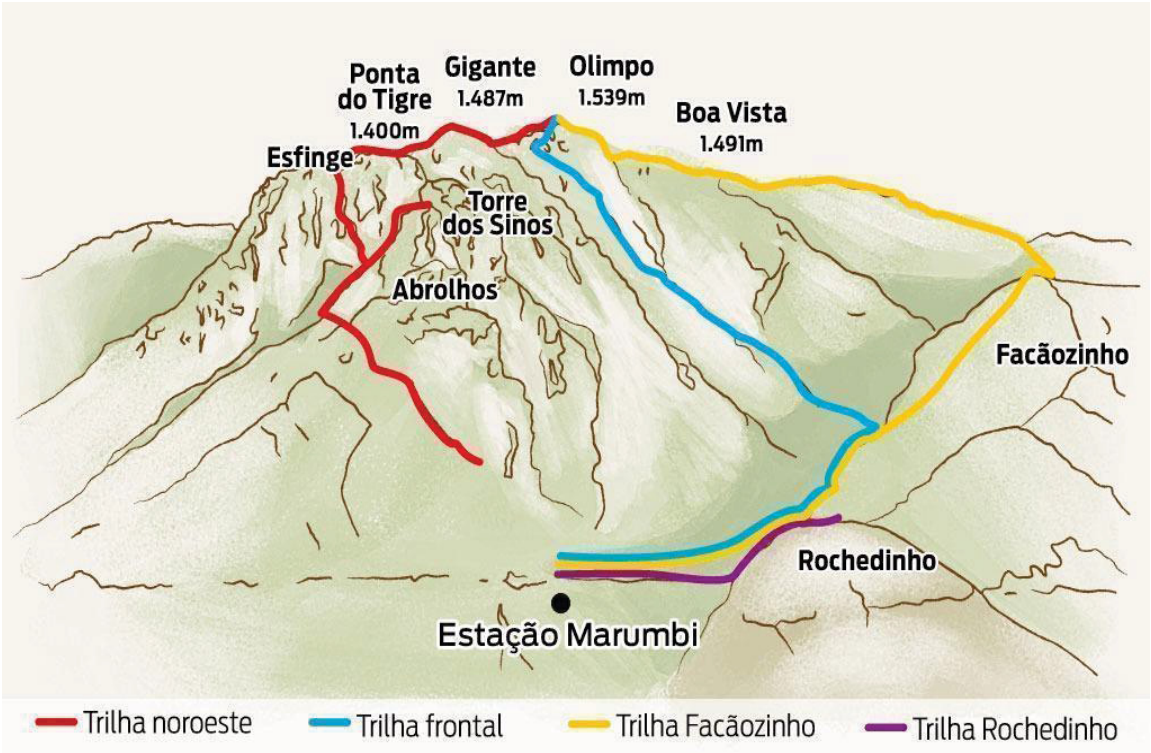


FONTE: Vashchenko et al. (2013, p. 536).

Mesmo aqueles que não estão dentro do PEPM, explorando suas trilhas, podem perceber de longe que o parque é um verdadeiro tesouro natural. Localizado no coração da Mata Atlântica, o PEPM é um refúgio de biodiversidade, oferecendo muito mais do que suas trilhas deslumbrantes. O parque é o berço de uma vasta gama de fauna e flora, refletindo a riqueza e a complexidade deste ecossistema. Sua vegetação exuberante e a diversidade de espécies são evidentes à distância, ressaltando a importância do PEPM como um símbolo da natureza e um exemplo impressionante da vitalidade da Mata Atlântica.

O Parque Estadual do Pico do Marumbi (PEPM) oferece uma variedade de trilhas. Entre elas estão: a trilha Rochedinho, com 625 metros, que é uma introdução encantadora para os iniciantes; a trilha Facãozinho, que se estende por 1.100 metros; o Abrolhos, que cobre 1.200 metros; e a Torre dos Sinos, com 1.280 metros, que são consideradas o começo da conquista do cume. Em seguida, a trilha do Esfinge, com 1.378 metros, e a Ponta do Tigre, com 1.400 metros, destacam-se por suas belezas impressionantes, vistas espetaculares e desafios para os entusiastas. Para quem busca maior aventura, a trilha do Gigante, com 1.487 metros; a trilha do Boa Vista, com 1.491 metros; e o Pico Olimpo, com 1.539 metros, são trilhas mais longas, mas também imperdíveis e memoráveis. Elas são destacadas na Figura 5.

FIGURA 5 - CONJUNTO MARUMBI



FONTE: Santos e Antonelli (2015).

5.2.1 Sobre o recorte temporal da pesquisa

A pesquisa abrange o período entre as décadas de 1940 e 1990, fase crucial para o processo de criação do PEPM. Esse intervalo temporal é particularmente relevante, pois marca o amadurecimento da proposta de criação do parque, que se intensificou desde 1943, quando a questão ambiental no cenário político do estado do Paraná.

A partir da década de 1940, especialmente após 1943, o PEPM começou a ser reconhecido como uma necessidade para a preservação ambiental da região. O debate sobre o manejo adequado do território e a proteção da biodiversidade ganhou força, à medida em que se emergiam s primeiras discussões sobre conservação no Brasil. Nesse contexto, o parque passou a ser visto como uma proposta relevante para equilibrar as tensões entre os interesses econômicos ligados à exploração dos recursos naturais e as necessidades de preservação da natureza.

Entre as décadas de 1950 a 1970, as disputas políticas e sociais em torno da criação do parque se intensificaram. A ideia do PEPM foi progressivamente incorporada ao debate público, com a atuação de diferentes atores sociais, políticos e ambientais. Movimentos sociais e grupos de proteção ambiental pressionaram os governantes para que o parque fosse criado, enfatizando a importância de preservar a biodiversidade única da região. Esse período foi marcado pelo fortalecimento da luta ambiental no Paraná, caracterizado por uma articulação crescente entre movimentos sociais, governos e outros atores políticos. O tema passou a figurar nas agendas políticas do estado, ao mesmo tempo em que a legislação voltada à criação de unidades de conservação começava a se consolidar.

A partir da década de 1980, o processo de criação do parque se consumou, com o reconhecimento oficial da necessidade de proteção integral da área e com a articulação final que resultou na criação do PEPM em 1990.

5.3 MÉTODOS E FERRAMENTAS DA PESQUISA

Para Gil (2002, p.17), a pesquisa científica pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, sendo a pesquisa requerida quando:

> não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema [...] na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

De acordo com Gil (2002, p.19), assim como outras atividades racionais e sistemáticas, a pesquisa requer um planejamento eficaz para as ações realizadas durante seu processo, nesse sentido o autor complementa que o planejamento se concretiza mediante a:

> elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa. O projeto deve, portanto, especificar os objetivos da pesquisa, apresentar a justificativa de sua realização, definir a modalidade de pesquisa e determinar os procedimentos de coleta e análise de dados. Deve, ainda, esclarecer acerca do cronograma a ser seguido no desenvolvimento da pesquisa e proporcionar a indicação dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários para assegurar o êxito da pesquisa.

Zanella (2013) argumenta que as pesquisas podem ser classificadas de diversas formas, dependendo de seus objetivos, métodos e abordagens. Uma classificação fundamental distingue as pesquisas em básicas e aplicadas. As pesquisas básicas, também conhecidas como fundamentais, visam expandir o conhecimento teórico sem um foco imediato em aplicações práticas, contribuindo para o desenvolvimento de teorias e modelos conceituais. Por outro lado, as pesquisas aplicadas têm um objetivo mais específico, voltando-se para a resolução de problemas concretos ou o desenvolvimento de soluções práticas para questões reais.

A presente pesquisa, por sua vez, caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, que tem como finalidade "gerar soluções aos problemas humanos, entender como lidar com um problema" (Zanella, 2013, p. 32). Esse tipo de pesquisa deve apresentar um:

> referencial teórico como base para analisar a realidade a ser estudada. As realidades a serem estudadas podem ser uma ou mais organizações [públicas, privadas, prestadoras de serviço, industriais, não governamentais, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público – OCIPS – etc.], uma pessoa ou um grupo de pessoas, um programa ou um projeto que está sendo desenvolvido em uma organização, dentre muitas outras situações que ali ocorrem (Zanella, 2013, p. 33).

Segundo Gil (2002), as pesquisas podem ser categorizadas de acordo com seus objetivos gerais em três grupos principais: exploratórias, descritivas e explicativas. Cada uma dessas categorias tem um propósito distinto e características específicas que orientam o processo de investigação científica.

As pesquisas exploratórias visam entender fenômenos pouco conhecidos, levantar hipóteses e orientar futuras investigações sobre o tema. Elas são essenciais para definir questões de pesquisa e criar uma base sólida para estudos mais aprofundados. As pesquisas descritivas têm o objetivo de sistematicamente descrever as características e funções de um fenômeno, respondendo a perguntas sobre o que, como e onde. Dessa forma, fornecem um retrato mais detalhado e organizado do objetivo de estudo. Por fim, as pesquisas explicativas têm o objetivo de entender as causas e os efeitos de um fenômeno, investigando o porquê e o como ele ocorre. Essas pesquisas são analíticas e profundas, revelando relações de causa e efeito e contribuindo para o desenvolvimento de teorias e modelos explicativos.

Considerando os objetivos da investigação, a pesquisa em questão assume um caráter exploratório, visando aprimorar ideias, descobrir intuições e proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e ajudando na formulação de hipóteses. Seu planejamento é flexível e abrange diversos aspectos do objeto estudado.

No que se refere à abordagem adotada foi a qualitativa. As características básicas que identificam os estudos qualitativos, conforme indica Godoy (1995, p.21) apontam para o fato de que:

> [...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno".

A operacionalização da pesquisa pautou-se pelo método de pesquisa documental, que segundo Gil (2002) se assemelha à pesquisa bibliográfica, ressalvando-se a natureza das fontes como a principal diferença entre ambas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou, que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. As fontes documentais envolvem:

> [...] os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (Gil, 2002, p. 46).

Para a coleta dos dados, optou-se então pelo comentário de documento, que segundo Létourneau (2011, p. 104), consiste na "formulação apresentável de uma interpretação do testemunho escrito. Trata-se de um exercício de contextualização, análise e explicação das particularidades de uma fonte escrita, realizado na perspectiva de uma série de indagações iniciais feitas pelo pesquisador".

O autor afirma que o comentário de documento exige do pesquisador:

> [...] atenção e vigilância em todos os momentos, bom conhecimento da origem e do contexto de produção do documento e grande capacidade de questionamento e imaginação. Existe uma relação estreita entre a

> imaginação do pesquisador, os conhecimentos que ele possui e sua aptidão para estabelecer encadeamentos, conexões e associações entre elementos informativos aparentemente distantes uns dos outros. (Létourneau, 2011, p. 100).

Em relação às etapas que compõem o comentário de documento, costumam:

> [...] decompor-se em quatro etapas principais que seguem de maneira lógica. Essas etapas são precedidas por um trabalho de questionamento crítico, leitura e documentação que influencia de maneira decisiva a qualidade do comentário final. [...] Essa operação prévia em geral compreende três etapas: crítica da autenticidade do documento, leitura atenta do documento e documentação (Létourneau, 2011, p. 100).

Em relação a crítica de autenticidade dos documentos, o objetivo é "verificar e validar o documento antes de utilizá-lo. Consiste num exame minucioso do documento através de uma série de indagações" (Létourneau, 2011, p. 100). Já o objetivo da leitura atenta do documento, consiste em:

> [...] anotar todas as particularidades do documento que pareçam suficientemente significativas para merecer elucidação: personagens citadas, lugares mencionados, situações lembradas, expressões recorrentes, imprecisões contidas no texto, vaguezas, subentendidos, sutilezas de vocabulário etc. É importante não se desfazer depressa demais de expressões, noções ou palavras que pareçam banais. O significado delas para o autor do texto original pode não ter sido o mesmo ocorrido ao pesquisador no momento em que toma conhecimento do documento. Por fim, é preciso ficar atento para as "frases tortuosas e traiçoeiramente dúbias" (Létourneau, 2011, p. 102).

E para finalizar, a operação prévia da coleta dos documentos, "trata-se de formular as condições necessárias para compreender e analisar os elementos informativos contidos na fonte e anotados pelo pesquisador". Aí é necessária a elaboração de uma bibliografia informativa e analítica" (Létourneau, 2011, p. 103). No que diz respeito a bibliografia o autor afirma que:

> num primeiro momento, essa bibliografia compreende obras de referência do tipo enciclopédias e dicionários especializados, obras de síntese (como manuais ou compêndios), duas ou três obras especializadas que tratam diretamente do episódio sobre o qual discorre a fonte, eventualmente um ou dois artigos de periódicos e, é claro, algumas páginas de documentação eletrônica. Essas leituras descortinam horizontes e abrem caminhos. À medida em que o pesquisador se aprofunda na análise, pode completar essa bibliografia com certa quantidade de leituras complementares, Estas, porém, são feitas apenas num segundo momento (Létourneau, 2011, p. 103).

Finalizadas essas etapas, dá-se início ao trabalho de interpretação dos documentos, que deverá ser realizado em quatro etapas, quais sejam: Primeira etapa: Contextualização do documento em relação a uma indagação intelectual. Essa fase consiste em situar o documento

em relação a uma indagação inicial, uma espera de investigação, um campo temático dentre outros. Nesse sentido, o autor complementa:

> antes de passar à análise propriamente dita do documento, é conveniente determinar e especificar a indagação intelectual, o debate ou o problema geral apresentados pelo documento. Também parece apropriado estabelecer o interesse específico desse documento em relação ao aprofundamento de um aspecto ou vários da questão ou problema determinado (Létourneau, 2011, p. 104).

Segunda etapa: Determinação do contexto histórico e da origem do documento. O objetivo principal desta etapa consiste em situar historicamente o documento analisado dando "um máximo de informações pertinentes sobre as condições que envolvem sua produção e compreendê-lo em relação à conjuntura circunstanciada (política, social, econômica, ideológica, cultural etc.) na qual ele se insere" (Létourneau, 2011, p. 105).

Terceira etapa: Reconstituição do esquema e análise do documento. O objetivo principal desta etapa consiste em analisar:

> [...] as informações e as particularidades contidas no documento, decodificar seus subentendidos, explicitar os indícios que ele contém, resolver suas impressões, comentar as situações a que alude, elucidar as sutilezas de vocabulário que encerra, respeitando as acepções da época, detectar e identificar personalidades citadas etc. Não se pode ultrapassar essa etapa do comentário sem recorrer à documentação já construída (Létourneau, 2011, p. 106).

Quarta etapa: Avaliação final. O objetivo principal desta etapa consiste em "possibilitar que o jovem pesquisador tire proveito da operação anterior para chegar a uma ideia de conjunto sobre as qualidades intrínsecas e extrínsecas do documento" (Létourneau, 2011, p. 107).

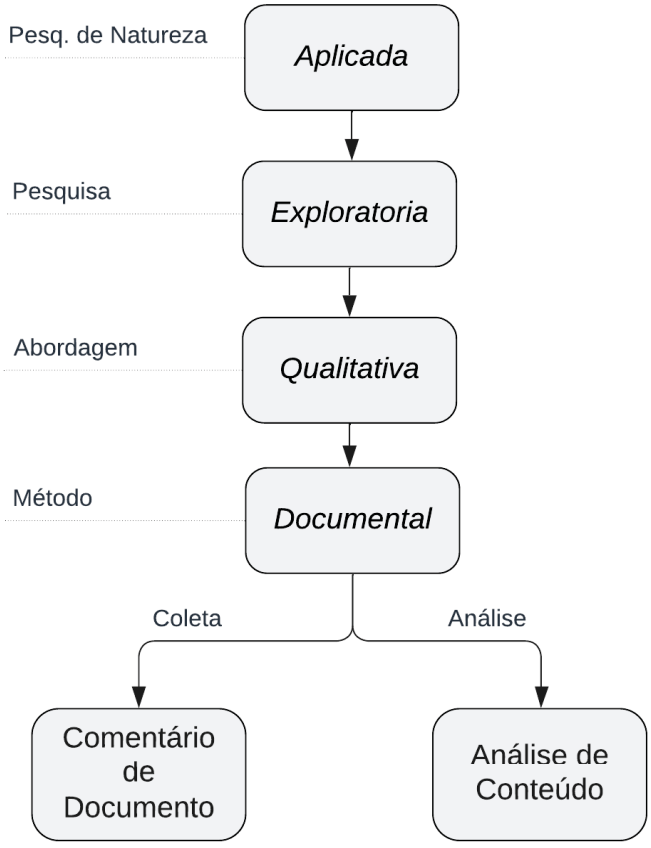
Após o processo de filtro e interpretação dos documentos se inicia o processo de análise. Para essa pesquisa entendeu-se que o recurso mais adequado é a análise de conteúdo. Para Bardin (1977, p. 9), a análise de conteúdo refere-se a "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados". Trata-se de um procedimento que:

> [...] oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico.

A análise de conteúdo surge por conta do “grande volume de material produzido pelos meios de comunicação” e com isso a necessidade de critérios para seu filtro e interpretação. Em relação a essa técnica reitera-se que ela “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações” (Gil, 2002, p. 89).

A análise de conteúdo (AC) é integrada ao processo de Comentário de Documentos, atuando como uma etapa final que permite a extração das categorias de análise. Ao término da filtragem e organização dos documentos, a AC facilita a interpretação dos resultados, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos dados coletados e suas implicações para a pesquisa. A Figura 6 demonstra as etapas do procedimento metodológico utilizado para a realização da pesquisa.

FIGURA 6 - DESENHO DA PESQUISA



FONTE: A autora (2024).

O Quadro 1 sistematiza os objetivos desta pesquisa, o método utilizado e as fontes de coleta de dados para cada objetivo específico. Para todos os três objetivos, foi empregada a

Pesquisa Documental combinada à Análise de Conteúdo. No que se refere às categorias de análise, elas estão organizadas conforme os objetivos específicos, como segue:

Para o Objetivo Específico 1, a categoria de análise ‘Contexto Histórico e Ambiental’ refere-se ao histórico da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) e ao cenário ambiental da época. Isso inclui o contexto histórico do movimento ambientalista no Paraná, as políticas de conservação e a compreensão social das questões ambientais entre as décadas de 1940 e 1990. Esta categoria está combinada com ‘Base Legal de Conservação’, que abrange as ações e estratégias de preservação que foram implementadas durante o processo de criação e subsequente proteção do parque, incluindo planos de manejo, políticas de preservação e atividades de fiscalização.

Para o Objetivo Específico 2, a categoria "Atores envolvidos e seus impactos" considera os diferentes grupos que participaram ou influenciaram a criação do PEPM. Isso envolve a análise dos interesses e das ações de políticos, organizações ambientais, movimentos sociais, comunidades locais, entre outros.

Por fim, para o Objetivo Específico 3, a categoria ‘Conflitos, desafios e tensões sociais e ambientais’ refere-se aos conflitos e desafios enfrentados por diferentes grupos, como aqueles que defendiam a preservação ambiental e os que tinham interesses econômicos ou sociais conflitantes. Isso inclui disputas sobre a exploração de recursos naturais, questões territoriais e o desenvolvimento local.

QUADRO 1 - SISTEMATIZAÇÃO DE OBJETIVOS, MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE

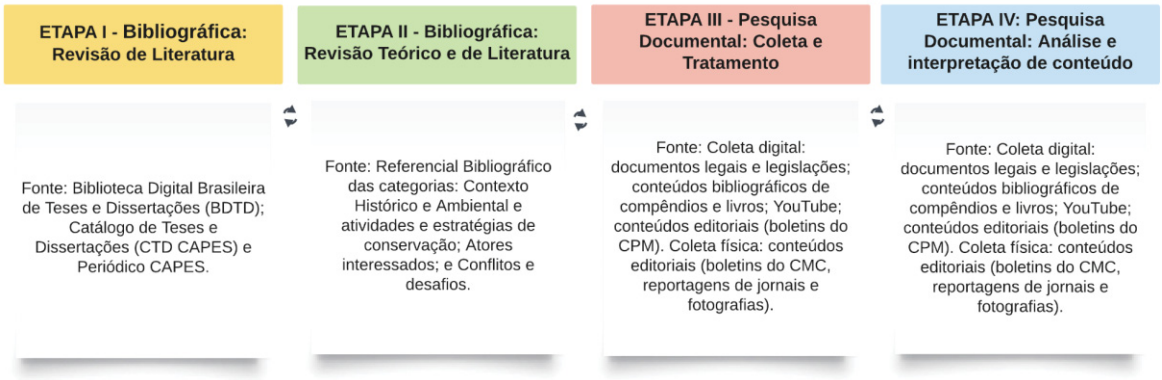
OBJETIVO GERAL: ANALISAR O PERCURSO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI (PEPM), ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1990, COM FOCO NAS LUTAS AMBIENTAIS, NOS PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS E NOS PROCESSOS LEGAIS E SOCIAIS QUE CULMINARAM NA PROTEÇÃO INTEGRAL DA ÁREA?					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO	COLETA E TRATAMENTO	ANÁLISE	FONTES	CATEGORIAS DE ANÁLISE
1) Analisar os processos legais e administrativos que levaram à criação do PEPM e à consolidação da sua proteção integral.	Pesquisa Documental	Comentário de Documentos	Análise de Conteúdo	Conteúdo bibliográfico de compêndios; legislação (decretos); documentos legais (plano de manejo); boletins informativos do CMC e do CPM; e conteúdo editorial de jornais e fotografias, etc.	Contexto Histórico e Ambiental Base Legal de conservação.
2) Identificar os principais atores sociais, políticos e ambientais que influenciaram o processo de criação do parque, destacando suas propostas e estratégias.	Pesquisa Documental	Comentário de Documentos	Análise de Conteúdo	Conteúdo bibliográfico de compêndios; boletins informativos do CMC e do CPM; e conteúdo editorial de jornais e vídeos do YouTube, etc.	Atores envolvidos e seus impactos
3) Investigar os conflitos em torno da criação do parque, considerando as tensões entre preservação ambiental e interesses econômicos ou sociais, especialmente no litoral paranaense.	Pesquisa Documental	Comentário de Documentos	Análise de Conteúdo	Conteúdo bibliográfico de compêndios; legislação (decretos); boletins informativos do CMC e do CPM; documentos legais (Plano de Manejo); e conteúdo editorial de jornais, etc.	Conflitos, Desafios e Tensões Sociais e Ambientais

FONTE: A autora (2024).

5.4 EXECUÇÃO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram planejadas quatro etapas, de acordo com o método proposto, atendendo aos objetivos estabelecidos. São elas: Etapa I - Bibliografia: Revisão de Literatura; Etapa II - Bibliografia: Revisão Teórica e de Literatura; Etapa III - Pesquisa Documental: Coleta e tratamento; e Etapa IV - Pesquisa Documental: Análise e interpretação de conteúdo. Embora a organização seja de forma estruturada e cronológica, as etapas, por vezes, ocorrem de forma simultânea. A Figura 7 apresenta um diagrama que ilustra essas fases da pesquisa, e em seguida, o detalhamento de cada uma das etapas. Vale ressaltar aqui que as etapas I e II, não apresentaram resultados significativos em relação ao objeto desta pesquisa, sendo descartados da análise geral de documentos e sendo incorporados no referencial teórico da Serra do Mar.

FIGURA 7 - ESQUEMA DAS ETAPAS DE PESQUISA



FONTE: A autora (2024).

Etapa I. Bibliográfica – Revisão de Literatura: A revisão de literatura tem como objetivo analisar pesquisas e estudos prévios sobre um tema específico, fornecendo uma visão geral das abordagens, metodologias e descobertas existentes, além de identificar lacunas no conhecimento. A primeira fase deste estudo envolveu uma análise preliminar da literatura, com o intuito de identificar e examinar conteúdos que abordassem o percurso histórico da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) entre as décadas de 1940 e 1990. O foco foi nas lutas ambientais, nos principais atores políticos envolvidos e nos processos legais e sociais que resultaram na proteção integral da área. O objetivo dessa etapa foi compreender o estado atual das pesquisas relacionadas a essa temática específica.

Desse modo, foram utilizadas plataformas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (Figura 10), o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD CAPES) (Figura 11) e a base de dados Periódico CAPES (Acesso CAFe) (Figura 12) para identificar palavras-chave relevantes para o esclarecimento dos objetivos da pesquisa (Apêndice 2). Para isso, foram pesquisados termos individuais, como Marumbi, Marumbinismo, Parque Estadual Pico do Marumbi, Pico do Marumbi e Complexo do Marumbi, além de combinações de termos, como Parque Estadual Pico do Marumbi com: Montanhistas, Marumbinistas, Ambientalistas, Ecologistas, Serra do Mar e Tombamento da Serra do Mar.

Na BDTD, foram encontrados 124 resultados, dos quais 42 eram teses e 82 dissertações. Na base de dados do CTD CAPES, obtiveram-se 90 resultados, sendo 30 teses e 60 dissertações. Por fim, no Periódico CAPES, foram registrados 99 resultados. Destes, 18 estavam listados, mas ao tentar acessar os resultados subsequentes, constatou-se que, embora enumerados, os dados não estavam disponíveis na aba correspondente.

Foi realizada uma leitura flutuante desses resultados, o que permitiu verificar que, em ambas as bases, o tema foi pouco explorado. Ficou evidente que não havia documentos que respondessem diretamente à pergunta de pesquisa desta dissertação. Contudo, foi possível identificar resultados relevantes em uma tese de doutorado e em uma dissertação de mestrado, os quais foram apropriados para a continuidade da análise. A etapa de revisão da literatura serviu como uma aproximação inicial ao tema, mas não proporcionou um aprofundamento significativo sobre as questões centrais da pesquisa.

Etapa II. Bibliográfica - Revisão Teórica e de Literatura: A revisão teórica visa apresentar e discutir as teorias e conceitos que fundamentam o estudo, com foco nas principais abordagens que orientam a pesquisa em uma área específica. Durante esta fase, foi realizado um levantamento detalhado para reunir as bibliografias relevantes, a fim de compor o referencial teórico desta dissertação.

Este levantamento abrangeu diversas obras cujos conceitos fundamentais abordaram questões sobre o Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), incluindo aspectos relacionados à fauna, como a diversidade de espécies de mamíferos, morcegos e anfíbios; à flora, com ênfase nas comunidades vegetais da floresta ombrófila densa e outros ecossistemas típicos da região; à dinâmica dos ecossistemas locais e seus processos interligados, como a erosão hídrica nas trilhas e áreas de risco; à caracterização ambiental do parque, que envolve fatores bióticos e abióticos; à biodiversidade, um dos maiores patrimônios do parque, e sua importância para a manutenção dos serviços ecossistêmicos; ao clima local, que influencia diretamente a dinâmica

ecológica da região; e à gestão da visitação, essencial para a conservação sustentável e o uso equilibrado dos recursos naturais. Todos esses elementos são cruciais para uma compreensão aprofundada e uma análise crítica das diferentes dimensões deste importante espaço de conservação, cujos desafios e potencialidades estão intrinsecamente ligados à preservação da natureza e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Embora a revisão de literatura tenha indicado alguns gargalos na pesquisa, as publicações consultadas foram, de modo geral, apropriadas. Em particular, a tese de Carneiro e a dissertação de Savi foram fundamentais. A dissertação de Savi, inclusive, nos proporcionou o conhecimento sobre seu livro, que foi utilizado nesta pesquisa, pois muitos dos pontos abordados por ele serão aplicados nos resultados. No entanto, é importante destacar que, para a questão central desta dissertação, a revisão de literatura não trouxe contribuições significativas.

As etapas I e II, que consistiram em análises predominantemente bibliográficas, combinaram-se para fornecer a base teórica do trabalho. Observou-se que a revisão bibliográfica funcionou mais como uma aproximação inicial ao tema, não oferecendo um aprofundamento substancial sobre as questões centrais da pesquisa.

Etapa III. Pesquisa Documental - Coleta e Tratamento: Esta etapa focou no levantamento de dados documentais sobre a criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) e os processos que envolveram sua proteção integral. Utilizando materiais digitais e físicos, como normativas, plano de manejo, compêndios, livros, boletins, fotografias, panfletos e matérias de jornais, essa etapa foi essencial para a análise das lutas ambientais, dos atores políticos e dos processos legais e sociais que marcaram o período entre as décadas de 1940 e 1990. A pesquisa buscou identificar os principais atores envolvidos, além de explorar os conflitos e desafios enfrentados durante a defesa do parque.

A coleta de dados foi realizada de duas formas: digital e física. Incluiu a pesquisa em sítios eletrônicos, como o site de Leis estaduais, onde foram obtidos documentos legais, como o Decreto de criação e ampliação do parque, e o plano de manejo, extraído do site do IAT (para mais detalhes sobre a criação e ampliação, consulte respectivamente os anexos 1 e 2). Também foram analisados conteúdos bibliográficos, como compêndios e livros, que pudessem fornecer informações pertinentes à pesquisa, incluindo termos relacionados ao Marumbi, escalada, parques, montanhismo e o PEPM. Examinou-se, por meio da plataforma de vídeos do YouTube, os seguintes termos: Marumbinista, Parque Estadual Pico do Marumbi, Círculo de Marumbinistas de Curitiba e Clube Paranaense de Montanhismo. Foi realizada uma leitura flutuante dos títulos dos vídeos e do conteúdo proposto, para avaliar se esses materiais poderiam

ser úteis à pesquisa. Os vídeos que não tivessem potencial para agregar à pesquisa foram automaticamente descartados, enquanto os demais foram separados e analisados. Além disso, a pesquisa considerou o acervo do Clube Paranaense de Montanhismo (CPM), onde foram localizados boletins informativos datados de 1985 a 1999.

Além da coleta de documentos e dados mencionados anteriormente, foi realizada uma investigação mais detalhada para identificar conteúdos editoriais adicionais relevantes à pesquisa, como atas de reuniões, boletins informativos, fotografias, cartas e outros materiais. Nesse processo, o site do Clube Paranaense de Montanhismo (CPM) foi consultado, onde foi localizado parte de seu acervo de boletins, datados entre 1985 e 1999. No entanto, ao entrar em contato com voluntários do clube, verificou-se que não havia certeza sobre a totalidade dos boletins disponíveis no site oficial, uma vez que o CPM foi fundado em 1978.

Além do CPM, os boletins informativos foram procurados em outros sites oficiais, como os da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Biblioteca Pública do Paraná (BPP), Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), Secretaria da Cultura e Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA). No entanto, não foi possível localizar boletins em nenhum desses locais.

Embora os boletins informativos do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC) não tivessem sido encontrados online, a Casa da Memória confirmou que os materiais estavam disponíveis para consulta presencial. A coleta física iniciou com a visita a esse acervo, onde foram digitalizados documentos editoriais, como jornais e boletins do CMC. Além disso, na Biblioteca Pública do Paraná, também foram localizados e digitalizados jornais e cartilhas, que foram enviados por e-mail e devidamente organizados para análise.

Após a realização da coleta e tratamento inicial dos documentos, foi efetuada a organização e análise preliminar do material obtido. Durante esse processo, documentos cujos títulos e conteúdo não estavam alinhados com os objetivos da pesquisa foram descartados logo no processo de filtragem inicial, sendo descartados e não contabilizados. Ao final dessa etapa, foi possível reunir um total de 145 documentos, conforme detalhado no Quadro 5 (Apêndice 5). Esse conjunto é composto por:

- 2 decretos
- 1 plano de manejo
- 3 compêndios
- 3 livros

- 21 boletins do CPM
- 7 boletins do CMC
- 4 fotografias
- 12 vídeos do YouTube
- 2 panfletos
- 90 matérias de jornais

Etapa 4 Pesquisa Documental - Análise e Tratamento de Conteúdo: Após a conclusão das etapas I, II e III, iniciou-se o processo de análise e interpretação. Nesta dissertação, optou-se por utilizar a técnica de comentário de documento, combinada com a Análise de Conteúdo (AC). Criou-se, então, uma associação entre as categorias de análise propostas e os documentos localizados, filtrados e aptos a responder ao que foi proposto nesta dissertação. Isso permitiu uma interpretação mais clara do percurso histórico da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), entre as décadas de 1940 e 1990, com ênfase nas lutas ambientais, nos principais atores políticos envolvidos e nos processos legais e sociais que resultaram na proteção integral da área.

A estratégia de levantamento e classificação dos documentos é demonstrada no Apêndice 4, que, por meio de amostra, ilustra os aspectos de identificação, autoria, objetivos e público-alvo são apresentadas na Figura 13. Assim, os materiais com potencial de relevância foram selecionados para avançar nas próximas etapas, garantindo uma análise consistente em relação ao problema da pesquisa. A análise e contextualização dos documentos, incluindo a identificação, síntese e relação com os objetivos específicos, também são apresentadas na Figura 14.

Após cumprir as etapas de organização do processo de Comentário de Documentos, foram excluídos aqueles cujos títulos e conteúdo não condiziam com os objetivos da pesquisa, resultando em um total de 145 documentos, os quais foram compostos por: 2 decretos, 1 plano de manejo, 3 compêndios, 3 livros, 21 boletins do CPM, 7 boletins do CMC, 4 fotografias, 12 vídeos do YouTube, 2 panfletos e 90 matérias de jornais (Quadro 5).

6. ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa, abordando a trajetória da criação e consolidação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) e as questões que envolveram esse processo. A primeira seção trata dos marcos legais e administrativos que viabilizaram a criação do parque, destacando o processo desde sua idealização até a efetivação da proteção integral. Na seção seguinte, Atores Sociais, Políticos e Ambientais: Influências e Estratégias na Criação do Parque, são analisados os principais atores envolvidos no processo de criação do parque, suas propostas e estratégias políticas. Por fim, na última, Conflitos e Tensões: O Desafio Entre Preservação Ambiental e Interesses Econômicos no Litoral Paranaense, estão destacados os principais conflitos e tensões que surgiram durante o processo de criação do parque, considerando os desafios entre a preservação ambiental e os interesses econômicos ou sociais.

Ao longo dessa investigação buscou-se entender as mobilizações que influenciaram a criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), destacando o papel dos diversos atores envolvidos e as dinâmicas de tensões e alianças entre a preservação ambiental e os interesses econômicos.

6.1 PROCESSOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS: A TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO PEPM

Esta seção visa apresentar os processos legais e administrativos envolvidos na criação e consolidação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), destacando a trajetória histórica. A partir da década de 1940, a ideia da criação de um parque no trecho paranaense da Serra do Mar começou a ganhar forma, com a participação ativa de montanhistas, ambientalistas e políticos, culminando na implementação do parque em 1990. Serão abordados os principais marcos dessa trajetória, como a elaboração de projetos de lei, os movimentos sociais e as negociações políticas que moldaram a configuração final do PEPM.

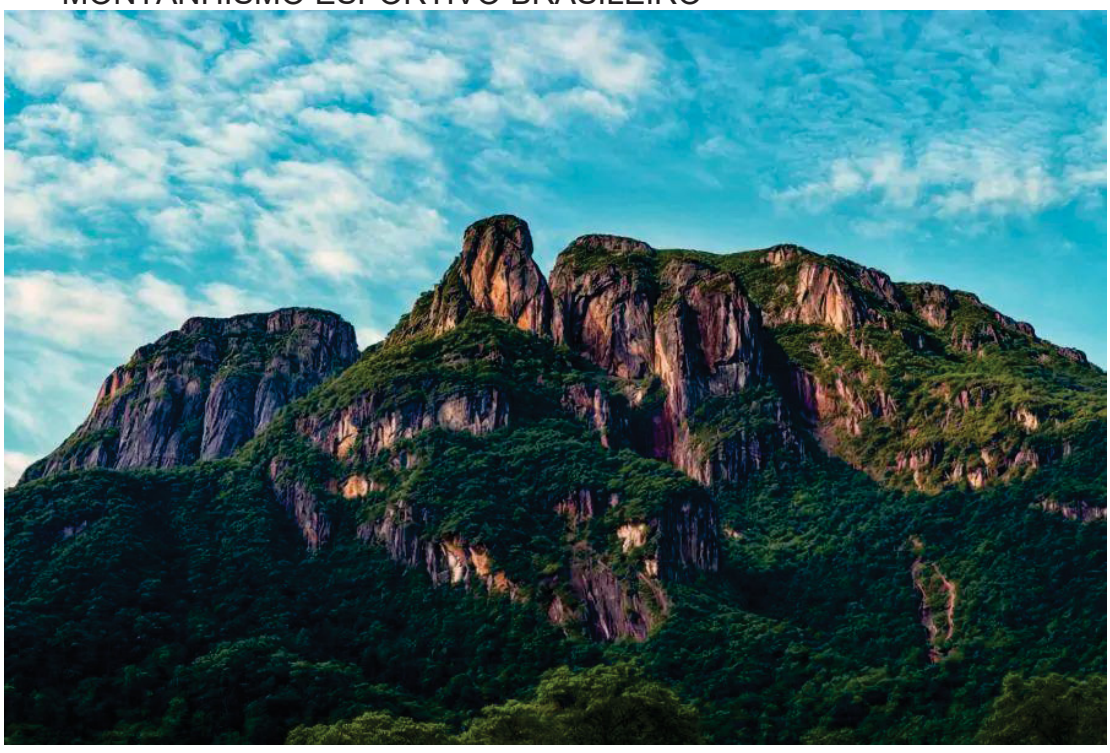
6.1.1 PEPM: Patrimônio natural e cultural do litoral paranaense

O PEPM configura uma UC da Natureza de Proteção integral, instituído desse modo com o objetivo principal de conservar a rica biodiversidade local (Apêndice 1). Está posicionado “na região quase central de um mosaico de Unidades de Conservação que protegem o Litoral do Paraná como um todo” (IAT, 2024, não p.). Ainda de acordo com o IAT, trata-se de:

> [...] serra que exerce papel fundamental na geomorfologia paranaense, constituindo o divisor assimétrico e marginal que separa a região litorânea dos planaltos. É zona de interflúvios entre a Bacia Hidrográfica Litorânea e a Bacia do Iguaçu e suas elevações se aproximam de 1500 m de altura, mas de maneira geral, eleva-se de 100 a 1000 metros. (IAT, 2024, não p.).

No que se refere ao imaginário relativo a esse complexo, os primeiros habitantes de Morretes acreditavam que a montanha do Marumbi era “um vulcão passivo, místico e poderoso, pois muitas vezes ‘soltava fumaça’ de seu topo (Figura 8). Também diziam que em seu cume havia uma linda lagoa dourada, por isso, seu nome originário batizado pelos índios era "Guarumby", que em tupi significa "Montanha Azul" (IAT, 2024, não p.). No século XIX, todavia, a presença de imigrantes europeus e suas práticas de esportes ao ar livre, em particular as atividades relacionadas às montanhas, trouxeram novos olhares para o Marumbi.

FIGURA 8 - PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI – BERÇO DO MONTANHISMO ESPORTIVO BRASILEIRO



FONTE: SOBRE MONTANHAS. Parque Estadual Pico do Marumbi (2024).

Em 1879, Joaquim Olimpo “Carmeliano” de Miranda[31] se tornou o primeiro escalador a atingir o pico da montanha. Tratava-se de um velho sonho particular, mas também de muitos entusiastas do montanhismo. Esta conquista marcou o início do montanhismo por esporte no país, e, por isso “a Montanha do Marumbi é considerada o Berço do Montanhismo no Brasil atraindo até os dias de hoje milhares de aventureiros e montanhistas que buscam se desafiar nas trilhas íngremes, históricas e biodiversas deste maciço” (IAT, 2024, não p.). O próprio termo ‘Marumbinismo’ foi assumido para associar a prática do montanhismo nessa área.

Em sua configuração física, o PEPM faz divisa com outras UCs, tais como a Área de Proteção Ambiental Estadual do Piraquara à Sudoeste, o Parque Estadual da Serra da Baitaca ao Leste e o Parque Estadual da Graciosa ao Norte. Além disso, é sobreposto pela Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi, uma vez que a região possui rica biodiversidade, ecossistemas completos com abundante vida silvestre e comunidades tradicionais. Nesse sentido, engloba porções do território físico dos municípios de Morretes, Piraquara e de Quatro Barras, com seu acesso se dando pelo primeiro. Suas coordenadas geográficas são: 25°26'21.8"S 48°55'09.0"W (IAT, 2024).

Inserido no Bioma da Floresta Mata Atlântica, o Parque é responsável por preservar o patrimônio natural, histórico e cultural. Possui 3 tipos de ecossistemas decorrentes da altitude da montanha, em sua base, de 50 a 500 metros é caracterizado pelo ecossistema da Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana; no meio, de 500 a 1200 metros é caracterizado pelo ecossistema da Floresta Ombrófila Densa Montana, e, em seu cume, de 1.200 a 1.400 metros é caracterizado pelo ecossistema da Floresta Ombrófila Densa Alta-Montana. A região está situada na porção leste do Estado do Paraná e é delimitada pela barreira orográfica da Serra do Mar, formada por granitos e migmatitos com idades que variam de 500 milhões a 1,5 bilhão de anos. As altitudes mais elevadas superam 1.500 metros. Essa área apresenta grande diversidade de ecossistemas, o que influencia diretamente a ecologia e a conservação ambiental. Além

31 Joaquim Olimpo “Carmeliano” de Miranda [...] “nasceu em 26 de julho de 1842, no vilarejo de Nacar – pertencente à Baía de Antonina– [...] filho do Tenente Coronel Luiz Carmeliano de Miranda e Maquia Joaquina de Jesus. [...] Após a conquista do Marumbi, Carmeliano, como era conhecido, ficou famoso, o cume ganhou seu nome, mas ele conservou sua conduta atenciosa e prestativa. Liderou praticamente todas as ascensões ao Marumbi até o ano de 1902. Portanto cultivou o prazer de escalar o Marumbi por 23 anos, faleceu em 12 de janeiro de 1912, tornando-se um mito. Seu túmulo, no cemitério de Morretes tem sua efígie em alto relevo e duas placas esmaltadas. Venerado, seu túmulo é até hoje visitado por admiradores e montanhistas”. (Alves, 2008, p.19).

disso, são realizados estudos focados na gestão ambiental, na composição da flora, nos solos, na riqueza hídrica e na fauna (IAT, 2024).

No que diz respeito ao termo "Pico", utilizado no seu título sabe-se que é uma forma de "evitar equívocos com a AEIT Marumbi. [...] Marumbi é o nome de uma Serra, de um conjunto de picos" (Alves, 2008, p.463).

6.1.2 Uma abordagem da Criação e Implementação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) no Trecho Paranaense da Serra do Mar

Os registros históricos indicam que, na década de 1940, começa a ascender ao cenário político a ideia da criação de um parque no trecho paranaense (PR) da Serra do Mar. Embora a preocupação com a questão ambiental relacionada ao conjunto do Marumbi tenha sido mencionada em 1943, ela possui uma construção anterior, que remonta à década de 1910, quando surgiu um crescente interesse pela preservação ambiental, com a participação de alguns personagens-chave. Nesse período, a necessidade de preservação ambiental do complexo rochoso do Marumbi começou a ser vista como essencial. Essa pressão inicial, que começou na década de 1910, se intensificou na década de 1920 e ganhou uma nova configuração, mais politizada, na década de 1940.

Ela partiu do então Presidente do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), Sergio D' Albuquerque, ao ver a experiência positiva[32] da criação de outros Parques Nacionais no Brasil (Alves, 2008). Em 1953, 10 anos após as primeiras manifestações de intenção da criação do parque, Fernando Veiga Ribeiro[33] escreveu um artigo intitulado "O Poder Público e o

32 Podem ser mencionados nessa experiência positiva a criação do Parque Nacional do Itatiaia (PN de Itatiaia), com 12.000 hectares, situado entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, criado por meio do Decreto nº 1.713, emitido em 14 de junho de 1937 pelo governo de Getúlio Vargas; o Parque Nacional do Iguaçu (P.N do Iguaçu), com 205.000 hectares situado no Estado do Paraná, através do Decreto-Lei nº 1.035, emitido em 10 de janeiro de 1939, pelo governo de Getúlio Vargas e o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PN da Serra dos Órgãos), 10.000 hectares, situado no Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto-Lei nº 1822, emitido em 30 de novembro de 1939 pelo governo de Getúlio Vargas. Nesse momento, pode-se dizer que se deu o início da história das áreas protegidas no Brasil (Alves, 2008).

33 Fernando Veiga Ribeiro é um pesquisador, professor e especialista dedicado à conservação de áreas protegidas, com ênfase em parques estaduais e unidades de conservação no Brasil. Seu trabalho também abrange: Análise da biodiversidade; impacto de atividades humanas em áreas protegidas; desenvolvimento de estratégias e planos de

Turismo no Paraná", por meio do qual buscava alertar as autoridades, via imprensa, quanto à necessidade da criação de parques Estaduais no país (Alves, 2008).

O primeiro projeto de Lei apresentado à Câmara para a criação do Parque Nacional do Marumbi surgiu em 1956, de iniciativa do deputado federal do Paraná, Antonio Chalbaud Biscaia[34], com delimitação de 30.000 hectares. No entanto, após muitos adiamentos de votação, em 1958, o projeto saiu de pauta (Alves, 2008).

Em 1970, João José Bigarella iniciou a formação da ADEA, reunindo estudiosos e cientistas preocupados com questões ambientais. Entre as propostas, destacava-se a urgência do tombamento da Serra do Mar, com o objetivo de evitar a perda do Parque Nacional do Marumbi, que, sem essa proteção, se tornaria praticamente inviável. Já em 1978, Roberto Ribas Lange passou a coordenar o Movimento Pró-Implantação do Parque do Marumbi, conseguindo apoio de montanhistas, técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) e políticos (Alves, 2008).

Os estudos sobre as terras do Parque Marumbi mostraram que havia áreas devolutas em várias regiões, ou seja, terras sem proprietários registrados ou que estavam abandonadas, e que pertenciam ao Estado. No início da década de 1990, o governo estadual criou um "[...] conjunto de pequenos parques inseridos na AEIT do Marumbi ou Parque Marumbi l, que foram denominadas como: P.E. Pico do Marumbi, da Graciosa, do Pau-Ôco e Roberto Ribas Lange, totalizando pouco mais de 12.000 hectares" (Savi, 2008, p.47).

Outras unidades de conservação foram mais tarde criadas dentro do Parque Marumbi, como: "[...] parte da APA Federal de Guaraqueçaba, as APAs Estaduais de Piraquara e do Rio Pequeno, a RPPN Morro da Mina, a APA Estadual de Guaratuba e o Parque Estadual Pico

manejo visando a conservação e o uso sustentável do território e implementação de práticas sustentáveis para a preservação e gerenciamento dos recursos naturais.

34 Antônio Chalbaud Biscaia, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados como suplente durante a legislatura de 1955-1959. Assumiu o mandato em três períodos distintos: de 3 de abril de 1956 a 17 de fevereiro de 1957, de 18 de fevereiro a 25 de junho de 1957, e de 1º de julho de 1957 a 3 de agosto de 1958. Durante sua passagem pelo Congresso, Biscaia se destacou por sua atuação em questões relacionadas ao meio ambiente, especialmente na defesa de políticas voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, refletindo seu compromisso com a gestão dos recursos naturais e a promoção de práticas de conservação. Durante sua passagem pelo Congresso, Biscaia destacou-se pela atuação em questões ambientais, com ênfase em políticas públicas voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Seu trabalho refletiu um forte compromisso com a gestão responsável dos recursos naturais e com a promoção de práticas de conservação, evidenciando sua dedicação à proteção do meio ambiente.

Paraná". Essas áreas estão conectadas aos Caminhos Coloniais da Graciosa, do Arraial e do Itupava (Savi, 2008, p. 47).

No ano de 1983, foram assinados dois decretos[35], propondo a criação dos Parques Estaduais Marumbi I e II. Nessa proposta, os dois parques englobariam terras dos municípios de Antonina, Morretes, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Piraquara e São José dos Pinhais, com uma área de 70.000 hectares. Em sua área, também seriam abrangidas as Serras da Graciosa ou Farinha Seca, do Marumbi, dos Órgãos e Capivari, em suas vertentes oriental e ocidental (lado do litoral e do planalto).

Em relação ao perímetro de área e às ocupações [...]:

> [...] Foram levantadas todas as ocupações e benfeitorias existentes nos imóveis, visando aos processos desapropriatórios. Em 1981 foi definido novo perímetro, agora de 66.732 ha com área definitiva do parque. Em 1983 concluiu-se pela inviabilidade em face do alto custo das desapropriações, das limitações quanto à utilização das terras e das enormes dimensões da área do parque, com suas consequências políticas, sociais, econômicas e administrativas. (Alves, 2008, p. 462).

Todavia não se mostrou viável a definição de toda essa área sob a qualificação de parque, especialmente, considerando se tratar de um nível mais elevado de restrição ao uso e ocupação. Decorre daí que em 1984 tenha sido regulamentada como Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (AEIT), assegurando a conservação ambiental e representatividade do território, permitindo o gerenciamento ambiental sem a necessidade de desapropriação de áreas.

A AEIT do Marumbi foi "criada pela Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984 e Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985, com base na Lei Federal nº 6.513/77, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico" (Savi, 2008, p. 44).

Essa decisão foi influenciada por experiências anteriores em regulamentações de áreas costeiras e levou à promulgação da Lei Estadual 7919, que a como uma proteção legal para a

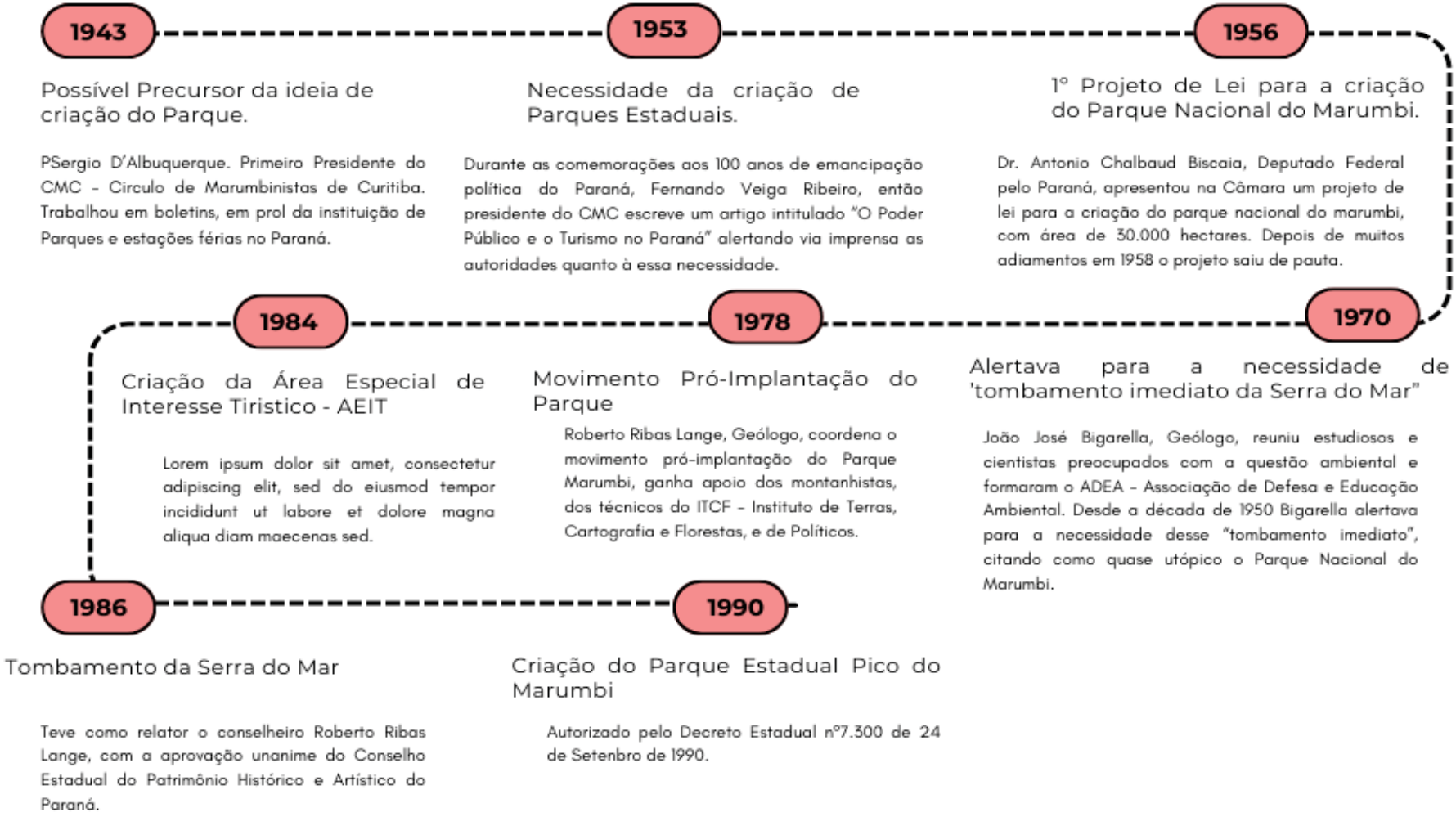
35 Neste período, o Estado do Paraná foi governado por José Richa, serviu por dois mandatos consecutivos: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sua administração destacou-se pela ênfase na modernização da infraestrutura do estado. Richa trabalhou para transformar o Paraná por meio de diversas reformas e políticas voltadas tanto para o desenvolvimento regional quanto para a proteção ambiental. Em 1983, durante seu primeiro mandato, ele assinou os decretos criando os Parques Estaduais Marumbi I e II, com o objetivo de preservar áreas naturais significativas na Serra do Mar.

região, abrangendo 66.733 hectares e “repetindo o perímetro de 1980 do Projeto Marumbi I – sendo esta regulamentada pelo Decreto 5308 de 18 de abril de 1985” (Carneiro, 2007).

Com seus quase 67 mil hectares, a AEIT, abrange “parte dos municípios de Morretes (36,35% da AEIT), Antonina (33,14%), Campina Grande do Sul (18,70%), Piraquara (6,15%), Quatro Barras (4,11%) e São José dos Pinhais (1,55%)”. Em termos territoriais, Morretes, Antonina e Campina Grande do Sul juntos representam 88% da área total da AEIT (Savi, 2008, p. 44).

Em paralelo à criação da AEIT, foi constituída uma Comissão Especial do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), que, com o apoio de políticos, se uniu para a elaboração de estudos e proposição de normativas (Alves, 2008). Essa trajetória é elucidativa quanto à importância da sociedade civil organizada no processo de patrimonialização do ambiente natural paranaense. Nesse sentido, a Figura 9 destaca a relevância de alguns desses atores sociais no processo de criação do Parque.

FIGURA 9 - LINHA DO TEMPO - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PEPM



FONTE: A autora (2024) adaptado de Alves (2008).

No que diz respeito ao processo de institucionalização, destaca-se que, em 1986, com a aprovação unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, e tendo como relator e conselheiro Roberto Ribas Lange[36], houve êxito na aprovação do tombamento da Serra do Mar. A área tombada abrangeu "376 mil hectares, iniciando-se no cruzamento da Rodovia Garuva – Cubatão, na divisa dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, incluindo áreas dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba" (IAP, 2006, não p.). Deve-se destacar que o conjunto do Marumbi constitui um dos principais elementos patrimoniais no contexto da Serra do Mar, em seu trecho paranaense.

A solução encontrada pelos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná[37] (IAP), sucessor[38] do ITCG[39], que viabilizou a criação do parque, foi "definir um espaço específico abrangendo a própria Serra do Marumbi e sua continuação natural orientada a sudoeste" (Alves, 2008, p.462). Nesse contexto, em 24 de setembro de 1990, o Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) foi autorizado pelo Decreto Estadual nº 7.300, com área de 2.342 hectares, sendo inserido na Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi.

Quanto ao âmbito legal do PEPM, atualmente, estão em vigência dois decretos estaduais de proteção da área natural. São eles o Decreto nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, que estabeleceu a criação do PEPM, e o Decreto nº 1.531, de 2 de outubro de 2007, que trata da ampliação da área (Quadro 2).

A criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) e a delimitação de seu território podem ser compreendidas à luz do conceito de território. Como argumenta Raffestin (2005), o

---

36 Roberto Ribas Lange também integrou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) como representante das ONGs ambientais da Região Sul do Brasil, sendo relator do processo de tombamento da Serra do Mar como Patrimônio Natural. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/refugio-biologico-de-itaipu-festeja-aniversario.>

37 O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) tem a finalidade de propor, coordenar, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrária-fundiária do Estado. Disponível em: < https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10066-1992-parana-cria-a-secretaria-de-estado-do-meio-ambiente-sema-a-entidade-autarquica-instituto-ambiental-do-parana-iap-e-adota-outras-providencias.>

38 Os órgãos ambientais do Estado estão agora reunidos em um único instituto, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. O governador Carlos Massa Ratinho Júnior sancionou a Lei número 20.070/19, que autoriza a incorporação do ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia) e do Instituto das Águas do Paraná pelo Instituto Ambiental do Paraná - agora denominado Instituto Água e Terra. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Novo-instituto-incorpora-orgaos-ambientais-do-Parana.>

39 O ITCG institui Entidade Autárquica, vinculada à Sema, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprias, com autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado. Disponível: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14889-2005-parana-dispoe-sobre-a-organizacao-basica-administrativa-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias.>

território não é um dado fixo, mas uma construção contínua e dinâmica, moldada pelas ações humanas cotidianas. Nesse sentido, o processo de criação do PEPM reflete a construção e transformação desse território, com o Estado e outros atores sociais, como montanhistas, ambientalistas e políticos, mobilizando o território para alcançar objetivos específicos, como a preservação ambiental e o controle sobre as práticas de uso do solo.

O poder, nesse contexto, se manifesta tanto na ação do Estado quanto na resistência ou cooperação dos diferentes grupos sociais envolvidos no processo (Raffestin, 1993). A criação e a delimitação do parque representam um jogo de soma não nula, em que diferentes interesses são conciliados, resultando em uma divisão do território que, embora restrita em termos de uso, garante a conservação e o equilíbrio ambiental da região.

Além disso, a transformação territorial, segundo Raffestin (2005), ocorre em consonância com as novas formas de produção e interação social. No caso do PEPM, essa transformação foi impulsionada por uma crescente valorização do meio ambiente, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950, quando o território da Serra do Mar passou a ser visto como um espaço a ser preservado, mas também explorado para fins turísticos e de lazer. Essa dinâmica de poder envolveu tanto o controle sobre o território, por meio de regulamentações legais, quanto o engajamento da sociedade civil, que desempenhou um papel fundamental na formação do parque (Correia, 2021). A interação entre os diferentes trunfos do poder – população, território e recursos – foi essencial para a criação do PEPM, pois permitiu que a área fosse transformada em uma unidade de conservação, ao mesmo tempo em que sua rica biodiversidade e importância histórica foram preservadas

QUADRO 2 - CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI SEGUNDO OS DECRETOS Nº 7300/1990 E Nº 1531/2007

IDENTIFICAÇÃO DO DECRETO	SÍNTESE DE DESCRIÇÃO
Decreto Nº 7300 de 24 de setembro de 1990. Súmula: Criação do Parque Estadual Pico do Marumbi na Comarca de Morretes. Autorizado pelo Governador do Estado do Paraná Álvaro Dias.	O PEPM fica situado no município e comarca de Morretes, constituído pelos imóveis Cary -Porto de cima- e pelo Conjunto Marumbi, respectivamente com 367,84 ha e 1.974,5748 ha, cujos imóveis unificados perfazem área total de 2.342,4148 ha. Fica determinado ser de competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF a administração do parque, incumbidos também de promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna. Por último também estabelece o prazo de 2 anos a cargo do ITCF a elaboração plano de manejo observado a sua integração à Área Especial de Interesse Turístico – AEIT do Marumbi. O Decreto cumpre o estabelecido no Código Florestal, na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado do Paraná.
Decreto Nº 1531 de 02 de outubro de 2007. Súmula: Amplia a área do Parque Estadual Pico do Marumbi em 6.403,0399 ha, somando atualmente uma área de 8.745,4547 ha. Autorizado pelo Governador do Estado do Paraná Roberto Requião.	Amplia a área do PEPM em 6.403,0399 ha, somando a área total 8.745,4547 ha. Fica estabelecido que a administração do PEPM permanece sob responsabilidade e competência do IAP (sucessor ao ITCG) devendo o mesmo tomar todas as providências necessárias à sua implementação. Por fim o Decreto aponta para dois pontos, as alternativas que o IAP poderá tomar para que se cumpram os objetivos do parque desde que se acompanhe e respeite os prazos legais da elaboração do plano de manejo, e posteriormente apresenta a questão de sua regularização fundiária, na qual fica sob responsabilidade conjunta do IAP e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Ainda na questão das desapropriações, o Decreto aponta que cabe ao IAP realizar o levantamento de imóveis e seus respectivos proprietários ou posseiros inseridos dentro do perímetro do parque e que esses imóveis ficam declarados de utilidade pública, ou seja, frisando que não haverá caducidade nesse processo de desapropriação, por fim, apontando de onde virão os recursos necessários para a regularização fundiária e quem serão os órgãos e concessionários que deverão prestar apoio no processo de transferência desses imóveis ao IAP. O Decreto cumpre o estabelecido no Código Florestal, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Constituição Estadual do Paraná, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, atendendo às disposições da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA[40] e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

FONTE: A autora (2024) Adaptado dos Decretos Nº 7300 de 24 de setembro de 1990 e Nº 1531 de 02 de outubro de 2007.

40 A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) tem a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrária-fundiária do Estado. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-10066-1992-parana-cria-a-secretaria-de-estado-do-meio-ambiente-sema-a-entidade-autarquica-instituto-ambiental-do-parana-iap-e-adota-outras-providencias.>

6.2 ATORES SOCIAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS: INFLUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS NA CRIAÇÃO DO PARQUE

Essa seção objetiva apresentar os atores sociais, políticos e ambientais envolvidos no processo de criação do Parque Estadual Marumbi, destacando suas influências e estratégias ao longo das décadas. São abordados os diferentes papéis desempenhados por cada grupo, suas interações e os desafios enfrentados na construção de um consenso em torno da preservação da Serra do Mar. Através dessa análise, busca-se compreender como os interesses e ações desses atores contribuíram para a formação e consolidação do parque, além das dinâmicas de poder e negociação que marcaram sua trajetória.

6.2.1 Atores e Estratégias: O papel das diferentes forças na criação do parque

A criação de um parque na Serra do Mar, no trecho paranaense, emergiu no cenário político por volta de 1943, quando Sérgio D'Albuquerque, presidente do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), inspirado pelas experiências bem-sucedidas de parques nacionais no Brasil, trouxe à tona a ideia. Esse momento marcou o início de um longo percurso de discussões e proposições, que envolveram aspectos técnicos, científicos e produtivos.

Em 1953, Fernando Veiga Ribeiro, em seu artigo 'O Poder Público e o Turismo no Paraná', reforçou a necessidade de criar parques estaduais no estado, alertando as autoridades por meio da imprensa (Alves, 2008). Pode-se afirmar que o movimento pela criação do Parque Marumbi teve início formal nesse ano, durante as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná, com o apoio de figuras como Reinhard Maack[41], geógrafo e

41 Reinhard Maack (1892–1969) foi um geocientista e aventureiro alemão naturalizado brasileiro, reconhecido por sua contribuição à geografia e geologia do Paraná. Maack foi pioneiro nos estudos geológicos e fitogeográficos do estado, sendo um dos precursores das ideias sobre a deriva continental. Também se destacou na preservação e conservação de áreas naturais, tendo realizado expedições significativas na Serra do Mar e em outras regiões do Brasil, além de ser um dos responsáveis pela criação de parques no Paraná. Foi professor na Universidade Federal do Paraná e fundou o curso de Geologia, além de realizar expedições exploratórias internacionais. Disponível em: <https://altamontanha.com/reinhard-maack-geocientista-e-aventureiro/.> Acesso em: 12 de nov. de 2024.

defensor da preservação ambiental, e parlamentares como o deputado Ervino Tempski[42]. Nos anos seguintes, outros esforços foram feitos, incluindo ações de influentes parlamentares e a criação da ADEA, com o objetivo de dar novo fôlego ao movimento.

O primeiro projeto de lei para a criação do Parque Nacional do Marumbi foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1956 pelo deputado federal paranaense Antônio Chalbaud Biscaia (PSP), durante seu mandato. A proposta, que visava criar uma área de 30.000 hectares, enfrentou, no entanto, sucessivos adiamentos e foi retirada de pauta em 1958 (Alves, 2008).

Somente mais de uma década depois[43], em 1970, Bigarella assumiu a iniciativa de reunir estudiosos e cientistas preocupados com as questões ambientais, fundando a ADEA. A ADEA destacou a necessidade urgente do tombamento da Serra do Mar, alertando que, sem essa ação, o Parque Nacional do Marumbi se tornaria inviável e praticamente utópico nas condições da época (Alves, 2008).

Em 1974, o geólogo e professor da UFPR, Riad Salamuni[44], destacou os impactos do desmatamento e a urgência de medidas para a proteção da Serra do Mar. Salamuni e Bigarella defendiam a criação do Parque Marumbi como uma solução para os problemas ambientais e para a segurança das rodovias que ligam Curitiba a Paranaguá. Ambos apontaram que, sem

---

42 Ervino Tempski (nascido em 1921) foi um deputado estadual paranaense, pertencente ao Partido Social Progressista (PSP). Durante seu mandato, destacou-se pela atuação na área ambiental e na defesa da criação de parques no Paraná, incluindo o Parque Marumbi. Em 1961, com o Decreto 50813 de Jânio Quadros, que declarou as florestas da encosta atlântica da Serra do Mar como 'protetoras', o movimento pela criação de parques ganhou maior força. Nos anos seguintes, Tempski tentou, sem sucesso, criar diversos parques na região, demonstrando sua persistente luta pela preservação das áreas naturais do estado. Sua atuação foi fundamental no fortalecimento da consciência ambiental do Paraná.

43 O Regime Militar no Brasil teve início com um golpe que depôs o presidente João Goulart e se estendeu de 1964 a 1985. Esse período foi caracterizado por um governo autoritário, com forte repressão política, censura à imprensa e violação dos direitos civis. Embora tenha promovido um rápido crescimento econômico nos primeiros anos, o regime também enfrentou crises e dificuldades. Além disso, implantou uma série de reformas e projetos de desenvolvimento com o objetivo de promover crescimento econômico e modernização do país, entre os quais se destacam: o milagre econômico; o Plano de Metas; as reformas administrativas; a reforma econômica; os projetos de infraestrutura; e os programas de modernização rural. A transição para a democracia ocorreu em 1985, com a abertura política e a eleição indireta de Tancredo Neves, marcando o fim do regime militar.

44 Riad Salamuni (1927–2016) foi um geólogo, professor e militante político, reconhecido por sua contribuição à Geologia do Paraná e por seu ativismo em defesa da democracia. Graduado pela UFPR, com pós-graduação nas universidades de Miami e Chicago, Salamuni obteve doutorado em Geologia. Foi professor da UFPR, com foco em Geologia Estrutural, Tectônica Global e Neotectônica, e diretor do MINEROPAR (Serviço Geológico do Paraná). Também foi o primeiro reitor da UFPR eleito democraticamente, sendo um defensor da democratização das universidades e dos direitos dos trabalhadores. Salamuni é lembrado como um dos pioneiros do movimento ambientalista no Paraná e por sua atuação em prol da educação e da justiça social. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/riad-salamuni-sera-nome-de-logradouro.

ações urgentes, deslizamentos e outras consequências graves seriam inevitáveis (Estado do Paraná, 1974).

Em 1978, Roberto Ribas Lange assumiu a coordenação do Movimento Pró-Implantação do Parque Marumbi no Paraná, uma iniciativa que contou com o apoio significativo de montanhistas, técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) e políticos. As discussões sobre a preservação da área ganharam força, culminando em estudos que revelaram a existência de terras devolutas, pertencentes ao Estado, não registradas ou abandonadas, que poderiam ser utilizadas para a criação do parque (Alves, 2008). No mesmo ano, Bigarella e o engenheiro agrônomo Felipe Diapp defenderam a criação do Parque Marumbi como uma solução para a preservação da Serra do Mar, apelando à ação conjunta entre empresários, autoridades e a população para implementar o projeto e garantir a conservação da região (Jornal Paraná em Páginas, 1978).

Ao longo dos anos, o movimento se fortaleceu, especialmente em 1979, quando o governo estadual[45] passou a considerar de forma mais séria a criação do parque. Em 1981, o Decreto nº 5308 estabeleceu a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, buscando equilibrar a preservação com o uso sustentável, voltado para o ecoturismo (Escalada, 1985).

Em 1983, a Comissão Organizadora Pró-Implantação do Parque Marumbi, liderada por Roberto Ribas Lange, anunciou oficialmente a realização de um congresso para discutir as diretrizes do parque. O evento se destacou como uma estratégia importante para promover a conscientização sobre a preservação da Serra do Mar e fortalecer as ações em sua defesa (BPP, 1983). Bigarella, junto a outros especialistas, ressaltou a urgência de ações governamentais para enfrentar as questões políticas e econômicas envolvidas na preservação da Serra. Ele também enfatizou a importância do tombamento da área, visando evitar a devastação de sua flora e fauna raras, e afirmou que a preservação da Serra era, além de ambiental, uma questão de segurança nacional (Gazeta do Povo, 1983).

Outro aspecto relevante que merece ser destacado é a questão da preservação privada. Nesse contexto, vários proprietários se destacaram pela preocupação com a conservação

45 José Richa (1935–2018) foi governador do Paraná por dois mandatos consecutivos, de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994, pelo PMDB. Sua gestão foi marcada pela modernização da infraestrutura e pela implementação de políticas ambientais. Em 1983, assinou os decretos criando os Parques Estaduais Marumbi I e II, embora sua implantação nunca tenha ocorrido, sendo fundamental para a criação do Parque Estadual Pico do Marumbi, alinhando-se ao movimento de preservação da Serra do Mar.

ambiental e pelas ações voltadas para esse fim, como o caso da família Garbers. As práticas de conservação dessa família, iniciadas ainda no período pré-ecológico, foram evidenciadas em 1983. João Garbers, imigrante alemão, manteve intacta a mata nativa de sua propriedade por quase 50 anos, servindo de modelo para a preservação ambiental, apesar da falta de apoio governamental. Esse contraste entre a preservação privada e a ausência de compensação para os proprietários afetados pela criação do parque evidenciava as lacunas na gestão pública da área (Gazeta do Povo, 1983).

Rudolf Stamm, Reinhard Maack, José Bigarella e o dedicado curador Jurandir Rios Garçoni desempenharam papéis essenciais no processo de tombamento da Serra do Mar. Em 1988, a publicação dos Cadernos do Patrimônio destacou essas contribuições e comemorou a luta contínua pela preservação da região, que se consolidava não apenas como uma ação ambiental, mas também como um movimento cultural e histórico para o Paraná (Tombamento da Serra do Mar - Secretaria de Estado da Cultura).

Outro importante defensor da causa foi Gert Hatschbach[46], professor e botânico, fundador do Museu Botânico Municipal, que propôs a criação de um Parque Nacional do Marumbi. Sua estratégia envolvia a proteção das regiões mais essenciais da Serra do Mar, além da criação de uma floresta nacional nas áreas secundárias, permitindo a exploração controlada. Hatschbach reconheceu as dificuldades financeiras e práticas dessa proposta e, por isso, sua sugestão visava equilibrar a preservação com a viabilidade orçamentária do estado (Tribuna do Paraná, 1972).

O processo de implantação do Parque Marumbi, contudo, enfrentou obstáculos financeiros. Felipe Diapp[47] , engenheiro agrônomo do Instituto de Terras e Cartografia (ITC),

46 Gerdt Guenther Hatschbach (1923-2013) foi um dos botânicos mais importantes do Brasil, com uma carreira dedicada ao estudo da flora, especialmente no Paraná. Fundador do Museu Botânico Municipal de Curitiba, Hatschbach coletou e numerou mais de 80 mil plantas, contribuindo significativamente para o conhecimento científico. Ele foi reconhecido com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1988, refletindo sua estreita colaboração com a instituição, especialmente no campo da botânica. Seu trabalho de campo e suas expedições por diversas regiões do Brasil foram fundamentais para a descrição de novas espécies. Além disso, Hatschbach teve um papel ativo na preservação da Mata Atlântica, criando a Reserva Biológica de Sapitanduva. Seu legado permanece relevante para a botânica brasileira e mundial. Disponível em: https://www.turistoria.com.br/centenario-gerdt-hatschbach.

47 Felipe Diapp é engenheiro agrônomo e atuou no Instituto de Terras e Cartografia (ITC) do Paraná, onde se destacou na análise das questões ambientais da Serra do Mar. Diapp foi um defensor da implantação do Parque Marumbi, considerando-o essencial para a preservação da região, e abordou os desafios financeiros do processo de desapropriação das terras necessárias para a criação do parque.

destacou que a falta de recursos paralisou o processo de desapropriação das terras necessárias para a criação do parque. Como solução, o governo sugeriu a priorização de outras áreas, como o Parque das Lauráceas, que se mostrava mais viável financeiramente devido à ausência de ocupantes e preservação intacta (Estado do Paraná, 1981).

Em resposta a esses impasses financeiros, o governo, representado por Claus Magno Germer[48], então secretário da Agricultura, propôs um zoneamento agrícola para equilibrar o uso do solo com a preservação. Germer alertou sobre os riscos do modelo agrícola intensivo e suas consequências ambientais, sugerindo que o desenvolvimento sustentável fosse priorizado. Contudo, as dificuldades logísticas e financeiras limitaram a implementação dessa política (Jornal do Meio Ambiente, 1983).

Após não conseguir o reconhecimento dessa área como Parque Nacional, montanhistas e ambientalistas continuaram seus esforços em prol da proteção da Serra do Mar e da criação do Parque Marumbi (Alves, 2008).

A crítica de Bigarella à falta de ação do governo do Paraná também se mostrou uma estratégia importante. Como presidente da ADEA, ele expressou sua frustração com a omissão do governo e acusou os governantes de negligência. Seu apelo buscava pressionar as autoridades a agirem de forma concreta para evitar danos ambientais e econômicos graves, destacando a urgência de uma intervenção para proteger o Parque Marumbi (Gazeta do Povo, 1983).

As estratégias adotadas pelos diversos atores, como Bigarella, Hatschbach, Germer e Lange, foram fundamentais para a criação e preservação do Parque Marumbi. A mobilização política e social, a proposta de alternativas viáveis, a pressão sobre o governo e a proposição de regulamentação eficiente foram ações-chave para superar os desafios financeiros e políticos, possibilitando avanços significativos na proteção ambiental da Serra do Mar.

A preservação ambiental da Serra do Mar foi uma preocupação constante ao longo das décadas, com diversos atores adotando estratégias distintas para garantir a proteção da região e a criação do Parque Marumbi. João José Bigarella, presidente da ADEA, foi uma figura central nesse movimento. Ao longo dos anos, Bigarella alertou sobre os impactos do desmatamento, a

48 Claus Magno Germer, engenheiro agrônomo e secretário da Agricultura do Paraná, na década de 1980, foi uma figura importante no processo de preservação ambiental e na implementação de políticas relacionadas ao uso sustentável da terra no estado.

exploração madeireira e imobiliária, e o risco de desastres ecológicos, como desmoronamentos nas rodovias (Gazeta do Povo, 1983).

O processo de tombamento da Serra do Mar representou um marco significativo para sua preservação, sendo uma ação crucial para proteger a região de atividades econômicas predatórias. Luiz Edson Fachin e Lineu Ratton, do ITCF, defenderam a necessidade de preservar o ecossistema da Serra do Mar frente às ameaças da agricultura e especulação imobiliária, ressaltando a importância de salvar as últimas reservas de floresta nativa da região (Jornal do Estado, 1986).

Bigarella também alertou para a falta de conscientização em relação à preservação da Serra, criticando o desmatamento para o cultivo de bananas, o que prejudicava o ecossistema e comprometia a infraestrutura do Porto de Paranaguá. Reiteradamente, ele conclamava por ações mais eficazes tanto por parte das autoridades quanto da população, especialmente dos agricultores, para evitar desastres ambientais e mitigar os impactos econômicos decorrentes da degradação da região (Gazeta do Povo, 1985).

Bigarella foi uma figura central na luta pela preservação da Serra do Mar, destacando os impactos do desmatamento e os deslizamentos de terra, como os ocorridos na Estrada da Graciosa e na autoestrada Curitiba-Paranaguá. Ele criticou a falta de compreensão do governo e da população sobre a importância ambiental da Serra, alertando para os danos à infraestrutura, à economia local e apontando falhas na gestão dos órgãos responsáveis pela preservação (Gazeta do Povo, 1983).

Em sua crítica à atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e à omissão das autoridades, Bigarella destacou o desmatamento em áreas protegidas e a concessão de permissões para a extração de madeira em regiões sensíveis, como as proximidades dos mananciais de Antonina. Ele ressaltou que a falta de ação governamental não apenas causava danos ambientais, mas também gerava prejuízos econômicos, como os impactos no Porto de Paranaguá. Em resposta, convocou a sociedade a se unir à ADEA, enfatizando a importância de um movimento coletivo para garantir a preservação da Serra do Mar, assegurando o bem-estar ambiental e econômico da população paranaense (Gazeta do Povo, 1984).

Bigarella também criticou a atuação e incoerência do IBDF em relação às políticas governamentais, questionando a autorização de desmatamento em áreas protegidas, como o Parque Marumbi, e denunciando a falta de fiscalização dessas áreas. Sob sua liderança, a ADEA apontou as pressões políticas que influenciavam as decisões ambientais e propôs uma revisão urgente do Código Florestal Brasileiro, além de defender uma mobilização social para garantir

a preservação da Serra (Gazeta do Povo, 1984). Ele enfatizou a necessidade de atualizar o Código para proteger áreas sensíveis, como a Serra do Mar, e alertou para os riscos que o desmatamento representava tanto para o meio ambiente quanto para a economia local, especialmente o impacto no Porto de Paranaguá (Gazeta do Povo, 1983).

Além disso, Bigarella criticou a postura do IBDF, acusando-o de priorizar o extrativismo madeireiro e adotar uma visão equivocada sobre a cobertura florestal. Com o apoio de entidades acadêmicas, ele buscou fortalecer as propostas de proteção da Serra, denunciando a corrupção e os interesses madeireiros que favoreciam o desmatamento e contrariavam o Código Florestal. A resistência do IBDF às ações de preservação foi um obstáculo significativo para a implementação de políticas eficazes de conservação (Carneiro, 2007).

Jurandir Garçoni, curador do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, desempenhou papel fundamental ao defender o tombamento da Serra do Mar como uma estratégia para regulamentar a intervenção humana e preservar o equilíbrio ecológico. Ele destacou a necessidade de um processo de negociação amplo, envolvendo não apenas especialistas, mas também a sociedade e autoridades públicas, para garantir a proteção da área. A proposta de Garçoni visava criar um consenso entre diferentes atores e estabelecer uma abordagem mais abrangente e inclusiva para a preservação ambiental (Divulgação, 1985; Carneiro, 2007).

Além disso, o advogado João Luiz da Veiga Netto[49] também defendeu a criação do Parque Nacional do Marumbi, sublinhando não apenas a importância ecológica da área, mas também o impacto social positivo que sua preservação traria para os agricultores locais, com a implementação de uma reforma agrária. Para Netto, a preservação ambiental deveria estar alinhada ao bem-estar social, criando oportunidades para as comunidades locais (Jornal, n.p. [50]).

Em relação ao apoio governamental, o governador Jayme Canet Júnior anunciou a assinatura do decreto de desapropriação da Serra do Mar para a criação do Parque Marumbi,

---

49 João Luiz da Veiga Netto foi um advogado e ativista ambiental paranaense, reconhecido por sua defesa da preservação da Serra do Mar e pela criação do Parque Estadual do Marumbi. Ele foi uma figura central no movimento ambientalista do Paraná, trabalhando na articulação de políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente e à promoção de bem-estar social, como a reforma agrária. Sua atuação se destacou na interface entre o direito ambiental e a justiça social, sendo um dos principais defensores da preservação ecológica alinhada às necessidades das comunidades locais.

50 Documento escaneado encontrado na Biblioteca Pública do Paraná. Não foi possível identificar o nome completo do jornal, nem a data de publicação.

após anos de reivindicações. Esse projeto, desenvolvido pelo ITC, visava proteger a biodiversidade e o equilíbrio ecológico da região, destacando a importância de preservar uma área vital do estado, que representava apenas 10% das áreas naturais intactas (Jornal não informado, s.d). A criação do parque, para Canet Júnior, era essencial tanto para a proteção ambiental quanto para o desenvolvimento regional.

Na década de 1990, o governo estadual deu um passo importante ao criar um conjunto de pequenos parques inseridos na Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi, incluindo os Parques Estaduais Pico do Marumbi, da Graciosa, do Pau-Ôco e Roberto Ribas Lange, totalizando cerca de 12.000 hectares (Savi, 2008). A criação dessas unidades de conservação teve o apoio de diversas entidades e culminou na criação de outras áreas protegidas, como as APAs Estaduais de Piraquara e do Rio Pequeno, a RPPN Morro da Mina e o Parque Estadual Pico Paraná, todas conectadas aos Caminhos Coloniais da Graciosa, do Arraial e do Itupava.

Como resultado desse movimento, foram assinados dois decretos, criando os Parques Estaduais Marumbi I e II. Esses parques abrangeriam terras dos municípios de Antonina, Morretes, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Piraquara e São José dos Pinhais, totalizando uma área de 70.000 hectares. Além disso, as Serras da Graciosa, do Marumbi, dos Órgãos e Capivari, em suas vertentes oriental e ocidental, seriam incluídas na proteção ambiental.

A criação do Parque Marumbi foi defendida por diversos especialistas, como Roberto Lange e o presidente do Instituto de Terras e Cartografia (ITC), João Bonifácio Cabral Júnior. Eles destacaram a necessidade de proteger a região contra a exploração predatória, sugerindo que a preservação da área fosse baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável, com ênfase no ecoturismo, que poderia gerar novas fontes de renda para as comunidades locais, especialmente nos municípios de Antonina e Morretes (Gazeta do Povo, 1983).

A preservação do Parque Estadual Pico do Marumbi foi impulsionada por diversos atores com estratégias focadas na proteção da Serra do Mar, especialmente João José Bigarella. Ele se dedicou à defesa da região e destacou as práticas agrícolas irresponsáveis, como a roçada, que aceleravam a destruição da vegetação nativa e desequilibravam o ecossistema. Alertou para as consequências desse desmatamento, como o agravamento das secas e o impacto sobre o microclima local, enfatizando que a preservação do Parque Marumbi era vital não só para o Paraná, mas também para o equilíbrio ecológico regional. Bigarella usou a mobilização social como estratégia central, defendendo a educação e a ciência como ferramentas essenciais para combater a degradação ambiental e promover alternativas sustentáveis (Gazeta do Povo, 2007).

A luta pela criação do Parque Marumbi, iniciada pelos montanhistas e marumbinistas, é um exemplo claro de como as ideias e ações de um grupo, originalmente focado em um objetivo específico, podem evoluir ao longo do tempo. A transição de um movimento essencialmente montanhista, voltado para a preservação de uma região de interesse para a prática de esportes de montanha, para um movimento ambiental mais amplo, envolvendo políticos e cientistas, revela as mudanças de foco que ocorreram ao longo das décadas. Mesmo que a ideia de preservação ambiental tenha sido, inicialmente, gerada pelos montanhistas, com o tempo, ela foi absorvida por outros atores, como os especialistas em ecologia e geografia, que ajustaram o movimento para atender às demandas mais amplas de proteção ambiental e uso sustentável da região.

Os montanhistas, portanto, embora essenciais para o início da luta, acabaram perdendo o protagonismo à medida que a preservação ambiental se tornou uma questão mais abrangente e institucionalizada. Essa mudança de foco reflete não só uma alteração nas percepções de valor sobre a Serra do Mar, mas também os desafios enfrentados ao longo do processo, no qual interesses e objetivos distintos se entrelaçaram, moldando a trajetória da criação do Parque Marumbi. A luta pela preservação da Serra do Mar, e mais especificamente pela criação do Parque Marumbi, envolveu a atuação de diversos atores sociais ao longo das décadas, sendo especialmente notável a interação entre atores sintagmáticos e paradigmáticos. Atores como João José Bigarella, à frente da ADEA, Gert Hatschbach, Roberto Ribas Lange e outros formaram um conjunto de atores sintagmáticos, ou seja, indivíduos e grupos que atuaram dentro de um processo organizado e com um objetivo claro: a preservação ambiental da Serra. Tais atores se inseriram em um processo de articulação contínua e coordenada, onde suas ações buscaram influenciar o poder público e a sociedade a favor da criação do parque, mostrando a combinação de diferentes recursos e elementos em um programa coletivo para a preservação territorial (Raffestin, 1993; Moura e Moreira, 2014).

Por outro lado, a resistência encontrada em aspectos como a falta de recursos financeiros e a pressão por soluções rápidas, frequentemente implicou na mobilização de atores paradigmáticos, como a população local e políticos com diferentes agendas, que, embora compartilhassem uma condição comum de interesse pela Serra do Mar, não estavam inicialmente inseridos em um processo planejado. Esses atores, muitas vezes, se tornaram parte do processo de luta pela preservação à medida que a problemática ambiental se intensificava.

O esforço para conciliar interesses de diferentes atores — desde a sociedade civil organizada até o governo — demonstra como as relações de poder e os interesses territoriais se intercalam. A gestão do território da Serra do Mar se configura, assim, como uma produção

contínua e dinâmica, que, como argumenta Raffestin (1993), só pode ser compreendida ao decifrar as múltiplas camadas de representação e de poder subjacentes a essa estrutura territorial.

O movimento pela criação do Parque Marumbi, embora consolidado por uma série de atores e estratégias ao longo das décadas, teve suas raízes nos montanhistas e marumbinistas, cujas ações iniciais foram cruciais para dar início à ideia de preservação ambiental da Serra do Mar. Na década de 1940, o Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC), sob a liderança de Sergio D'Albuquerque, foi o primeiro a lançar as bases dessa proposta, sensibilizando a sociedade e as autoridades para a importância da Serra, tanto do ponto de vista ecológico quanto cultural. Esses montanhistas, apaixonados pela região, foram pioneiros em perceber a necessidade de proteger o patrimônio natural da Serra do Mar, muito antes que o conceito de preservação ambiental se expandisse para as esferas mais amplas da sociedade e do poder público.

Entretanto, uma vez conquistada a criação do parque e o tombamento da Serra do Mar, os marumbinistas, que haviam sido os principais protagonistas desse movimento, passaram a atuar de forma mais discreta e silenciosa. Embora suas contribuições iniciais tenham sido essenciais para dar início ao processo de preservação, com o tempo, a liderança do movimento foi assumida por cientistas, geógrafos e políticos. Estes novos atores, com uma abordagem mais voltada para os aspectos ecológicos e econômicos da Serra, como o ecoturismo, deram continuidade à causa da preservação, porém, de maneira mais institucionalizada e ampla.

Com isso, os marumbinistas, embora ainda presentes na luta pela Serra, passaram a atuar com uma voz mais silenciosa, longe do protagonismo de outrora. Continuaram a contribuir, claro, mas sem a mesma exposição pública que marcaram os primeiros tempos do movimento. A partir de então, o foco da luta pela preservação se ampliou, envolvendo uma rede de atores de diferentes esferas sociais, e, aos poucos, os marumbinistas foram se tornando figuras mais marginais à medida que a ideia de preservação se consolidava e se expandia.

6.3 CONFLITOS E TENSÕES: O DESAFIO ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E INTERESSES ECONÔMICOS NO LITORAL PARANAENSE

Essa subseção foca no conflito central entre o uso econômico e a conservação ambiental, alinhando-se ao tema das tensões que permeiam o capítulo. Ao destacar a luta pelo território, reforça-se a ideia de disputa, um conceito chave para a pesquisa. Essa continuidade dá ênfase à questão da disputa pelo território, ligando de forma estratégica o conceito de conflito ao desafio de equilibrar os interesses econômicos com a necessidade de preservação.

6.3.1 A Luta pelo Território: Tensões entre o uso econômico e as estratégias de conservação ambiental

A luta pela criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) está enraizada em uma trajetória marcada por várias tentativas de se chegar a um consenso. Os registros históricos indicam que surgiu por volta de 1943 a ideia da criação de um parque no trecho paranaense (PR) da Serra do Mar. O que partiu do Presidente do Círculo de Marumbinistas de Curitiba (CMC) ao ver a experiência positiva da criação de outros Parques Nacionais no Brasil (Alves, 2008).

Em 1953, 10 anos após as primeiras manifestações de intenção da criação do parque, foi escrito um artigo intitulado “O Poder Público e o Turismo no Paraná”, por meio do qual buscava alertar as autoridades, via imprensa, quanto à necessidade da criação de parques Estaduais no país (Alves, 2008) ano do Centenário da emancipação política do Paraná.

No mesmo período, o movimento pela preservação da Serra do Mar começou a ganhar força durante o I Congresso Florestal Brasileiro, em 1953, com a primeira manifestação formal em defesa da proteção da Serra. O que se espalhou pelo Brasil, sendo refletido nos jornais da época e nas propostas legislativas no Congresso Nacional (Jornal, 1972[51]). Em 1961, um marco importante foi o Decreto 50.813, que declarou as florestas da encosta atlântica da Serra do Mar

51 Documento escaneado encontrado na Biblioteca Pública do Paraná. Não foi possível identificar o nome completo do jornal.

como “protetoras”, porém a implementação efetiva da proteção ainda não ocorreu (Estado do Paraná, 1974).

Com o passar dos anos, a luta pela preservação ganhou novos impulsos. Em 1972, a crescente destruição da vegetação nativa na Serra do Mar, especialmente a floresta atlântica, passou a ser mais evidente. Este desmatamento acelerado, comparado ao ocorrido no Nordeste, gerava consequências climáticas diretas, impactando áreas urbanas como Curitiba. A criação de um Parque Nacional do Marumbi foi considerada essencial para evitar desastres ambientais e climáticos, destacando a preservação não como uma questão estética, mas como uma medida prática necessária para o bem-estar da região (Jornal, 1972)[52].

Além disso, o desmatamento descontrolado na Serra do Mar na década de 1970, especialmente ao longo da rodovia Curitiba-Paranaguá, gerava preocupações com o risco de desmoronamentos, caso medidas urgentes não fossem tomadas (Estado Do Paraná, 1974). A Serra do Mar, vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, é um dos maiores patrimônios naturais do Brasil e crucial para o equilíbrio climático da região. Cientistas e pesquisadores argumentavam que a conservação da floresta da Serra do Mar constituiria um elemento de segurança para o futuro do Paraná. Contudo, a ação efetiva da criação de parques nacionais, como o Marumbi, esbarrava na resistência política e nos interesses econômicos que viam na destruição da área uma oportunidade de lucro rápido (Voz do Paraná, 1975).

A luta pela criação do parque se tornou uma questão de segurança nacional devido aos prejuízos ecológicos e sociais causados pela demora na implementação (Estado do Paraná, 1974). Em 1975, as crescentes preocupações sobre a necessidade de criação do Parque Nacional do Marumbi ganhavam destaque, com ênfase na importância ecológica e socioeconômica da região. A criação do parque seria fundamental para preservar a biodiversidade, controlar erosões e manter os recursos hídricos essenciais para várias cidades, incluindo Curitiba. Durante esse período, alguns cientistas especulavam se a criação de uma floresta nacional, permitindo algum grau de exploração, poderia ser uma alternativa mais viável (Estado Do Paraná, 1975). Organizações como a instituições focadas na questão ambienta, apelaram por uma ação urgente

52 Documento escaneado encontrado na Biblioteca Pública do Paraná. Não foi possível identificar o nome completo do jornal.

das autoridades, temendo a perda irreparável das espécies e recursos naturais da Serra do Mar (Estado do Paraná, 1975).

O Parque Marumbi, cujo patrimônio natural apresentava alto valor ecológico, continuou a ser negligenciado, com sua criação não concretizada (Voz do Paraná, 1975). Cientistas e pesquisadores argumentavam que os parques não são apenas áreas de lazer ou pontos turísticos, mas 'documentários vivos', que preservam a fauna, flora e outros elementos naturais essenciais para a saúde ambiental (Voz do Paraná, 1975).

Nesse período, que corresponde aos governos ditatoriais militares no Brasil, a criação e a efetiva proteção dos parques nacionais não eram consideradas prioridade, sendo a exploração econômica mais atraente do que a preservação da biodiversidade (Voz do Paraná, 1975). O caso do Marumbi ilustra essa realidade, pois, mesmo sendo posto que sua área de 85 mil hectares, persistiu enfrentando a contínua destruição de sua vegetação original, sendo convertida em carvão e mobiliário, ameaçando de forma irreversível a biodiversidade local (Voz do Paraná, 1975).

Em 1978, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) promoveu o projeto de criação do Parque Marumbi, com o objetivo de proteger a Serra do Mar, uma das últimas reservas ecológicas do estado. A desapropriação da área foi planejada pelas Secretarias de Agricultura e Planejamento do Paraná. A ideia era transformar o Marumbi em uma reserva florestal, uma ação que poderia ser essencial para o controle da erosão e a proteção do Porto de Paranaguá, que estava sendo ameaçado pela erosão causada pelo desmatamento (Gazeta do Povo, 1978). Em 1980, o projeto de criação do parque foi concretizado em parte, com a demarcação de uma área de 70 mil hectares, mas ainda havia complicações relacionadas à desapropriação de ocupantes na região (Diário do Paraná, 1980).

Apesar da urgência de medidas concretas, o Decreto de desapropriação expirou sem que os recursos financeiros necessários fossem disponibilizados para sua implementação, o que complicou ainda mais o processo de criação e proteção do parque (Jornal Do Meio Ambiente, 1983). A região do Marumbi, com sua vegetação vital para o equilíbrio ecológico da Serra do Mar, corre o risco de graves danos ambientais se o desmatamento continuar. A falta de ação do governo, aliada aos interesses econômicos que favoreciam a exploração agrícola, colocou em risco a preservação do parque (Jornal do Meio Ambiente, 1983).

Entre as décadas de 1970 e 1980, a vegetação nativa continuou sendo substituída por plantações homogêneas de Pinus, o que agrava os impactos ambientais e colocava em risco diversas espécies de fauna raras (Jornal Paraná em Páginas, 1978). Além disso, a demora na desapropriação de áreas e o descaso das autoridades, como o IBDF, resultaram em danos

irreversíveis. A falta de planejamento e a ganância, refletidas em falhas do Código Florestal Brasileiro, agravaram o quadro de degradação da Serra do Mar (Gazeta do Povo, 1983).

No início da década de 1980, havia aumentado a pressão para criar o Parque Marumbi. Entretanto, a destruição da vegetação e os impactos diretos na economia local, como a inviabilidade do Porto de Antonina devido ao assoreamento da baía, reforçaram a urgência da proteção ambiental. A ADEA foi umas das instituições que denunciou a falta de ação governamental para conter o desmatamento. Nesse contexto, a crítica sobre a atuação do IBDF se intensificou, pois o instituto permitia o desmatamento até em áreas protegidas, como o Parque Marumbi (Gazeta Do Povo, 1984).

Finalmente, em 1984, a regulamentação do Parque Marumbi foi anunciada como uma vitória para os defensores da preservação. Roberto Lange, conquistou a aprovação de uma lei que otimizava a fiscalização e o controle da retirada de madeira na área. Essa regulamentação visava acelerar a implementação de medidas concretas de preservação, com a criação de uma comissão dedicada à gestão do parque, que visava superar a burocracia anterior e garantir uma proteção ambiental mais eficaz (Gazeta do Povo, 1984).

Em resposta a essa pressão, em 1986, o tombamento da Serra do Mar foi formalizado. A proposta de tombamento foi discutida no 1º Encontro Interestadual pela preservação da Serra do Mar, com o objetivo de proteger suas riquezas naturais. O tombamento seria uma forma de disciplinar as intervenções humanas na área, garantir a preservação e promover o reconhecimento internacional da Serra do Mar como uma reserva da biosfera (Jornal da Manhã, sem data de publicação disponível). Como era de se esperar, o tombamento gerou conflitos com os interesses das indústrias da região, que colocaram em pauta as compensações financeiras devido as restrições impostas pelas medidas de preservação (Gazeta do Povo, 1993).

Nos anos seguintes, com a intensificação de atividades predatórias, como a caça ilegal e o desmatamento, persistiu o processo de embate em relação à preservação da Serra do Mar. Embora o tombamento tenha garantido uma maior proteção, as ameaças à integridade da região continuaram, com as pressões por exploração mineral e a especulação imobiliária que ainda afligiam o ecossistema (Gazeta Do Povo, 1996). A necessidade de conscientização e o envolvimento da população, conforme registrado no programa Paraná Ambiental, foram fundamentais para a recuperação de áreas degradadas e a implementação de práticas sustentáveis (Gazeta Do Povo, 2007).

A ação da sociedade civil, por meio de ONGs e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), também foi crucial para garantir que a Serra do Mar fosse preservada. A atuação de movimentos populares e ecológicos teve um papel essencial para conscientizar a população e

pressionar o governo a adotar medidas mais eficazes contra a exploração desenfreada (Gazeta do Povo, 1996). Contudo, o desmatamento ainda era um problema recorrente, como evidenciado pela ocupação ilegal de terras ao longo da BR-277, que causava danos diretos ao Parque Marumbi e à sua vegetação nativa, essencial para o equilíbrio ecológico local.

A luta pela preservação ambiental da Serra do Mar envolvia também o combate à exploração de recursos minerais, que eram visadas por grandes corporações. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos iniciou ações para mapear áreas privadas na Serra do Mar e garantir sua proteção contra essa exploração, impedindo a compra de terras por grandes corporações, enquanto incentivava pequenos agricultores a adotar práticas sustentáveis (Gazeta do Povo, 2007).

Fato relevante e frisado nesse contexto histórico é que o desmatamento da Serra do Mar representava um problema de segurança nacional, já que agrava a erosão do solo e aumenta os riscos de desmoronamentos, o que comprometeria a planície litorânea, em especial os acessos portuários. Sobre isso, o Código Florestal de 1965 não oferecia a proteção necessária para a região, essencial tanto para a biodiversidade quanto para a economia local, especialmente no que se referia ao Porto de Paranaguá. Era necessário fortalecer as ações de preservação e garantir o uso sustentável das florestas para evitar danos irreparáveis (Gazeta do Povo, 1983).

Nesse sentido, a preservação da Serra do Mar, em especial a criação do Parque Marumbi, ocorreu em um contexto de grandes transformações sociais e políticas no Brasil, refletindo uma luta ambiental crucial para o equilíbrio ecológico e econômico da região. O movimento pela criação do parque não foi apenas uma resposta à necessidade de preservar a natureza, mas uma iniciativa essencial para evitar a destruição irreversível do patrimônio natural da Serra do Mar (Escalada, 1985). Este quadro de urgência está diretamente relacionado ao Decreto nº 5308 de 1985, que representou um marco legal para a gestão da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, buscando equilibrar a preservação ambiental com o uso sustentável da região para fins turísticos e recreativos (Escalada, 1985).

O ITCF elaborou em 1987 um Plano de Gerenciamento da AEIT-Marumbi, que incluía o zoneamento, a normatização e os objetivos do projeto, com a colaboração de especialistas e agentes públicos (Savi, 2008). Porém, a criação efetiva do parque ainda não havia ocorrido. Para proteger a Serra do Mar, foi adotada a figura da área especial, evitando a desapropriação das terras e permitindo o gerenciamento ambiental (Savi, 2008). A confusão entre a criação da Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi e o Parque Marumbi pela imprensa foi frequente, levando à percepção equivocada de que o parque já estava em funcionamento.

Essa confusão reflete a complexidade do processo, que buscava equilibrar a preservação ambiental com a promoção do turismo sustentável.

A necessidade de políticas públicas que limitassem a exploração agrícola e propiciassem alternativas sustentáveis para a região, como o zoneamento agrícola, tornou-se uma prioridade, mas a implementação dessa prática também enfrentou obstáculos financeiros e logísticos (Jornal do Meio Ambiente, 1983). Apesar disso, a preservação do Parque Marumbi continuava a ser vista como essencial para a região, dada a importância ecológica e econômica da Serra do Mar.

A criação do parque foi defendida como uma maneira de proteger a biodiversidade, mitigar o impacto de desastres naturais e preservar recursos vitais para as cidades da região, incluindo Curitiba (Gazeta do Povo, 1983). No entanto, as pressões para garantir a criação do parque, sem que ele 'caducasse', aumentaram, já que a exploração econômica estava se sobrepondo à preservação ambiental.

A conscientização sobre a preservação do parque foi enfatizada, no entanto, o comportamento irresponsável de turistas e aventureiros, com impacto às trilhas da Serra do Mar, resultava em danos irreparáveis, como a destruição da Casa do Ipiranga (PANFLETO, 1983; Gazeta do Povo, 1998). O turismo de escalada[53], era visto como uma solução viável, capaz de promover a educação ambiental e oferecer atividades educativas, envolvendo os visitantes na preservação ambiental.

Em 1984, a criação da Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) no Marumbi foi uma ação importante para evitar a especulação imobiliária na região. Isso foi fortalecido com o tombamento da Serra do Mar, em 1986, reforçando a proteção ambiental da área. Com o apoio de montanhistas e conservacionistas, o Programa Pro-Atlântica, lançado em 1997, recebeu investimentos significativos para garantir a preservação e o desenvolvimento sustentável da região (Gazeta do Povo, 2004).

Decorre daí que o Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM), instituído pelo Decreto Estadual nº 7.300 de 24 de setembro de 1990, com 2.342 hectares, tenha sido instituído em meio a intensos conflitos sobre o uso e a preservação das áreas da Serra do Mar. Embora o

53 O Marumbi também é reconhecido como uma região de grande importância para a escalada e ecoturismo, que continuou sendo negligenciada, com as principais rotas de escalada atraindo alpinistas e turistas, mas com uma pressão crescente sobre o ambiente.

parque se estenda por Morretes, Piraquara e Quatro Barras, seu acesso é restrito a Morretes, refletindo também as disputas locais e a resistência ao controle da região.

A localização estratégica, com coordenadas geográficas de 25°26'21.8"S e 48°55'09.0"W, torna o parque um ponto crucial para a preservação, mas também um alvo de tensões relacionadas à exploração da região. Contudo, após sua criação, o Parque ganhou regulamentação formal, garantindo sua proteção contra atividades destrutivas, como a exploração de madeira e o avanço do desmatamento, assegurando, assim, sua preservação a longo prazo, em consonância com as políticas ambientais estabelecidas para a Serra do Mar (Alves, 2008).

A ampliação do Parque Estadual Pico do Marumbi em 2007, com um aumento considerável de hectares, foi uma das ações de preservação mais significativas na Serra do Mar. Reconhecido como um berço do montanhismo paranaense, o parque atrai turistas e oferece um espaço de educação ambiental e pesquisa científica, destacando a biodiversidade e a importância de preservar a Mata Atlântica (Jornal do Estado, 2007).

O processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) reflete as disputas e conflitos descritos por Raffestin (1993) em relação à territorialidade. Desde a década de 1940, a luta por preservar a Serra do Mar envolveu diferentes grupos com interesses conflitantes, como ambientalistas, cientistas, pesquisadores e montanhistas, em contraponto aos especuladores imobiliários, madeireiros e agricultores. Isso exemplifica a territorialidade como um fenômeno relacional, onde o controle do território não se limita a uma simples delimitação física, mas envolve interações e negociações entre diversos atores sociais e políticos (Raffestin, 1993).

A adoção de instrumentos como a Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) e o tombamento da Serra do Mar refletem a "tessitura territorial" descrita por Raffestin, em que os limites do território são constantemente negociados e alterados com base nas forças sociais e políticas. O movimento em favor da preservação da área, aliado à pressão da sociedade civil, mostra a dinâmica de poder e resistência que permeia a definição de limites territoriais, enfatizando a instabilidade e a contínua reconfiguração da territorialidade (Raffestin, 1993).

Além disso, a demora na implementação do parque, refletindo dificuldades financeiras e falta de ação governamental, exemplifica a "temporalidade instável" de um processo territorial, em que os interesses e as relações de poder mudam ao longo do tempo. Finalmente, a criação e ampliação do parque, entre 1990 e 2007, destacam como a territorialidade é uma construção contínua, em que as disputas e negociações não apenas moldam o espaço, mas também transformam as estruturas sociais e políticas envolvidas (Raffestin, 1993). Dessa

forma, o caso do PEPM exemplifica como os conflitos e disputas são centrais para a definição do território e das suas fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) configura-se como um marco significativo na história da preservação ambiental do Paraná. Inicialmente, a ideia de preservar o complexo rochoso do Marumbi surgiu como uma preocupação pontual no início do século XX, mas foi ganhando relevância ao longo do tempo, consolidando-se na década de 1940 com a proposta de criação do parque. Este processo não apenas ilustra os desafios enfrentados pela conservação de áreas naturais em um contexto de intensas disputas territoriais e interesses econômicos, mas também revela as complexas interações entre atores políticos, sociais e ambientais ao longo das décadas. Essas interações foram moldadas por mobilizações que desempenharam papel crucial na formação do parque.

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu compreender como a luta pela preservação da Serra do mar paranaense foi marcada por negociações políticas, e, especialmente, a atuação de movimentos sociais e ambientais que visavam garantir a criação de um espaço protegido. Assim, ao longo desse período, observou-se que a criação do parque foi resultado de uma sucessão de mobilizações que, mais do que uma simples formalização de uma área de preservação, refletiram a emergência de um novo paradigma ambiental.

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de criação do PEPM a partir de uma perspectiva histórica e teórica, com base na teoria relacional de territorialidade de Claude Raffestin. A pesquisa procurou destacar como as disputas pelo uso do território da Serra do Mar, impulsionadas por interesses conflitantes, levaram à definição de um novo espaço de preservação. A hipótese central que orientou o estudo foi a de que a criação do parque não foi uma linha reta, mas o resultado de um campo de forças, sendo que diferentes atores sociais, políticos e econômicos, com suas próprias agendas, interagiram de maneira a reconfigurar o território ao longo do tempo.

A análise dos processos legais e administrativos que levaram à criação do PEPM demonstra que, embora o parque tenha sido formalmente instituído nos anos 1990, sua implementação foi resultado de um longo processo histórico, marcado por disputas políticas, sociais e ambientais. A ideia de criação de um parque no trecho paranaense da Serra do Mar começou a ganhar força no cenário político na década de 1940; no entanto, a preocupação com a preservação ambiental da região do Marumbi remonta à década de 1910. Nesse período, já se observava um crescente interesse pela conservação ambiental, impulsionado pela atuação de personagens-chave. A necessidade de proteger o complexo rochoso do Marumbi passou a ser gradualmente reconhecida como essencial, e essa mobilização ganhou força ao longo das

décadas seguintes. Na década de 1940, o debate assumiu contornos mais politizados, consolidando-se como uma pauta relevante nas discussões ambientais da época.

Com o passar dos anos, o fortalecimento desses movimentos refletiu não apenas o amadurecimento da consciência ambiental, mas também a construção de um arcabouço legal mais robusto no Brasil. Destacam-se, nesse processo, o Código Florestal de 1965 e, especialmente, a Constituição de 1988, que ao garantirem o direito à preservação ambiental, ofereceram respaldo jurídico às ações de mobilização social. Esses marcos legais foram decisivos para a consolidação de políticas públicas voltadas à conservação, como a criação de Unidades de Conservação, entre elas o PEPM.

A teoria dos atores de Claude Raffestin adotada como base teórica para esta pesquisa oferece uma compreensão valiosa sobre como os processos de territorialização são dinâmicos, marcados por disputas de poder entre os diferentes grupos sociais que reivindicam um determinado território. Entende-se que a territorialidade não é estática; ela é uma construção relacional, formada por interações contínuas entre atores e suas práticas de poder, que buscam, em última instância, influenciar a definição e os usos do espaço. Aplicando essa teoria ao contexto do Parque Estadual Pico do Marumbi, percebe-se que a delimitação do parque não foi apenas uma decisão administrativa ou legal, mas o resultado de um processo contínuo de negociação repleto de desafios.

Nesse processo, os interesses frequentemente conflitantes entre a preservação ambiental e a exploração econômica da região foram amplamente tensionados, sem que houvesse um equilíbrio imediato. A crescente degradação da área, impulsionada pela pressão econômica e pela exploração descontrolada dos recursos naturais, dificultou ainda mais a construção de consensos. Dessa forma, a criação do parque se configurou como uma tentativa de conter essa degradação e garantir a preservação em meio a uma situação de intensas disputas territoriais e de poder. Em outras palavras, a criação do PEPM é um exemplo claro de como a territorialidade é moldada pela ação dos atores envolvidos, e como esses atores, através de suas alianças e conflitos, foram capazes de reconfigurar o espaço da Serra do Mar em um território protegido.

Historicamente, o Brasil vivenciou um processo gradual de transformação na relação com o seu território natural, especialmente a partir do século XX. Durante o período colonial e até a primeira metade do século XX, o território brasileiro foi caracterizado por uma exploração intensa dos recursos naturais, com pouca ou nenhuma preocupação com a conservação ambiental. No entanto, com o avanço das questões ecológicas e a crescente conscientização sobre a crise ambiental global, a segunda metade do século XX, especialmente a partir do seu último quartel, com o fim do período ditatorial, assistiu ao nascimento de um movimento

ambientalista forte, que culminaria na criação de instrumentos jurídicos que permitissem a preservação das áreas naturais do país.

A Constituição de 1988, que consagrou a proteção ambiental como um direito fundamental, foi um marco decisivo nesse processo, proporcionando as bases para a criação das Unidades de Conservação e trazendo à tona o caráter essencial do papel do Estado na proteção do meio ambiente. Nesse contexto, a criação do PEPM representa uma das vitórias do movimento ambientalista e, ao mesmo tempo, um reflexo das tensões políticas e sociais vivenciadas no Paraná.

Os resultados da pesquisa indicam que o processo de criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) deve ser entendido como um reflexo das dinâmicas de poder e das relações de territorialidade descritas por Raffestin. A territorialização da Serra do Mar paranaense, transformada em um espaço de proteção integral, foi, portanto, o produto de uma série de disputas entre os diferentes interesses presentes na região. A mobilização de atores políticos, como João José Bigarella, Gert Hatschbach e Roberto Ribas Lange, foi decisiva para que o PEPM se tornasse uma realidade. A atuação desses indivíduos e grupos pode ser analisada por meio das categorias de atores sintagmáticos e paradigmáticos propostas por Raffestin.

Os primeiros, como os ambientalistas organizados e o movimento da ADEA, trabalharam de maneira coordenada para obter apoio público e político para a criação do parque. Já os atores paradigmáticos, como políticos e a população local, inicialmente voltados para a exploração econômica da região, somente se engajaram no processo de criação do PEPM quando as questões ambientais passaram a ter maior relevância nas discussões públicas e começaram a refletir diretamente nos seus interesses. Nesse contexto, a crescente valorização da preservação ambiental forçou a adaptação de seus posicionamentos, fazendo com que se integrassem ao movimento de preservação, seja por necessidade de legitimação política ou pelo impacto econômico da conservação sobre a região.

A teoria de Raffestin também se mostra relevante para entender as tensões que caracterizaram o processo de criação do PEPM. O conceito de ‘tessitura territorial’, segundo o qual os limites do território são continuamente negociados, foi claramente visível no confronto entre as pressões pela preservação da Serra do Mar e os interesses de setores econômicos, como a especulação imobiliária. A criação da Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), em 1984, e o tombamento da Serra do Mar, em 1986, são exemplos de como esses limites foram sendo definidos ao longo do tempo, e como as forças sociais e políticas interagiram para garantir que a preservação do território fosse possível. A teoria de Raffestin oferece, assim, uma chave de

leitura para compreender essas disputas como parte de uma negociação constante, em que as forças sociais e políticas continuam moldando o uso e os limites do território.

Em suma, a análise da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi, à luz da teoria relacional de Raffestin, confirma que a territorialidade é um fenômeno profundamente dinâmico. A construção do PEPM não foi apenas uma formalização de um espaço de conservação, mas um processo de reconfiguração do território, em que diferentes atores sociais, políticos e ambientais se envolveram em negociações intensas. Nesse sentido, a pesquisa contribui para a compreensão das interações entre poder, território e conservação ambiental, destacando a importância dessas dinâmicas na definição das Unidades de Conservação e no fortalecimento da legislação ambiental no Paraná.

Ao articular teoria e prática, os resultados deste estudo revelam que as lutas pela preservação ambiental, como exemplificado pela criação do PEPM, são multifacetadas e envolvem uma constante negociação entre interesses conflitantes. Nesse sentido, a construção de um espaço protegido, como o Parque Estadual Pico do Marumbi, não trata apenas de delimitar fronteiras, mas de um processo complexo de reconfiguração da territorialidade, em que o poder e a mobilização social desempenham papeis centrais. Em última instância, a história da criação do PEPM ilustra as tensões e as possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento, onde a conservação ambiental se torna um elemento essencial na gestão do território.

REFERÊNCIAS

BIASETTO, Eliane Aparecida. **A "Era da Ecologia" no Paraná**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011. Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/189.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira; PEREIRA, José Aldo Alves. **Evolução da legislação ambiental no Brasil.** Revista em Agronegócios e Meio Ambiente. v. 2, n. 3, p. 447-466, set./dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1146/852. Acesso em: 06 de jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Serra do Mar**. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Serra-do-Mar. Acesso em: 05 set. 2024.

CAMPOS, Samuel Alex Coelho. **A evolução dos mecanismos de proteção ambiental no Brasil e seu contexto**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349540195_A_Evolucao_dos_mecanismos_de_protecao_ambiental_no_Brasil_e_seu_contexto. Acesso em: 29 ago. 2024.

CORREIA, J. L. F. dos S.. **Geografia e poder**: a busca por uma interface metodológica. Revista de Geopolítica, v. 12, n. 3, p. 122-136, jul./set. 2021. Disponível em: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/index. Acesso em: 6 fev. 2025.

COSTA, Josinara Silva; OLIVEIRA, André Luis Nascimento de; SANTOS, Ma. Neuma Teixeira dos. **Preservação e conservação ambiental: significando a proteção do meio ambiente**. Relacult, 2018. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/963. Acesso em: 2 dez. 2024.

FERREIRA, G. H. de A.. **Território usado, informação e poder**: uma análise a partir dos agentes da mídia e publicidade em Uberlândia-MG. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 8, n. 21, p. 104-129, set. 2017. Disponível em:

https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45930/24566. Acesso em: 24 jan. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

GODOY, Douglas Fernando dos Santos. **Estado, política pública florestal e movimento ambientalista no Paraná**: reações à Rio 92. Diálogos Interdisciplinares, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: https://revistas.brazcubas.edu.br/index.php/dialogos/issue/view/www.brazcubas.edu.br/258. Acesso em: 13 de jul. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Parques estaduais**. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/areas-protegidas/parques-estaduais/. Acesso em: 27 mar. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Mapa da Serra do Mar***:* rodovias. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/sites/patrimonio-cultural/arquivos_restritos/files/documento/2023-11/mapa_a3_serra_do_mar_rodovias.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Serra do Mar**. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Serra-do-Mar. Acesso em: 02 out. 2024.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. **Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM)**. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Parque-Estadual-Pico-do-Marumbi-PEPM. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do município do Estado do Paraná**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS (IPA). **Unidade Horto Florestal. Parques Estaduais**. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/areas-protegidas/parques-estaduais. Acesso em: 25 mar. 2024.

KOZERA, C.; RODRIGUES, R. R.; DITTRICH, V. A. de O. **Composição florística do sub-bosque de uma floresta ombrófila densa montana, Morretes, PR, Brasil**. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-area-de-estudo-Parque-Estadual-Pico-do-Marumbi-Morretes-PR_fig1_228659941. Acesso em: 27 mar. 2024.

LETOURNEAU, J. Ferramentas para o pesquisador iniciante. In: **Como interpretar uma fonte escrita**: comentário de documento. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 99-173. Disponível em: file:///C:/Users/heloi/Downloads/CAP%20COMENT%C3%81RIO%20DE%20DOCUMENTO%20(1).pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

MARBRASIL (Associação). **Nós e o mar**: a diversidade do litoral do Paraná. 2. ed. Pontal do Paraná: Associação MarBrasil, 2022. 95 p.: il. color.

MARBRASIL (Associação). **Olhares sobre a biodiversidade marinha e espécies ameaçadas**. 1. ed. Pontal do Paraná: Associação MarBrasil, 2019.

MOURA, A. M. M. de. **Trajetória da política ambiental federal no Brasil. Brasília**: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajet%C3%B3ria%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

MOURA, J. T. V. de; MOREIRA, I.o S.. **A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional**: uma proposta teórica preliminar. REDES - Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 58-73, jan./abr. 2014. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547605. Acesso em: 6 fev. 2025.

PARANÁ. Leis estaduais. **Decreto nº 1531, de 2 de outubro de 2007**. Amplia a área do Parque Estadual Pico do Marumbi. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1531-2007-parana-amplia-a-area-do-parque-estadual-pico-do-marumbi-em-6403-0399-hectares-somando-a-area-total-8-745-4547-hectares. Acesso em: 04 jan. 2024.

PARANÁ. Leis estaduais. **Decreto nº 7300, de 24 de setembro de 1990**. Súmula: Criação do Parque Estadual Pico do Marumbi na comarca de Morretes. Legislação do Estado do Paraná. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-7300-1990-parana-criacao-do-parque-estadual-pico-do-morumbi-na-comarca-de-morretes-como-mencionado-nesse-decreto. Acesso em: 04 jan. 2024.

RAFFESTIN, C.. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. p. 17-36, 2005. In: SAQUET, M. A.; SPOLESTRA, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 368, 2005. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**: Geografia e Política. Volume 29. São Paulo (SP): Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, L. L. dos S.; ANTONELLI, D. **Ferrovia 130 anos: trens antigos**. Gazeta do Povo. Disponível em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/ferrovia-130-anos/cultura-e-esporte/. Acesso em: 27 mar. 2024.

SECRETARIA DA CULTURA DO PARANÁ. (2024). **Patrimônios**. Disponível em: https://cultura.mapas.pr.gov.br/#/patrimonios. Acesso em: 02 out. 2024.

SECRETARIA DA CULTURA E COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOUZA, Raquel Fulino de. **A "Geografia do Poder" de Claude Raffestin**: uma contribuição à teoria materialista do território. 2020. Tese (Doutorado em Geociências e Ciências Exatas) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2183b57e-be1f-4ffd-a45e-e7297fc56df3/content. Acesso em: 26 dez. 2025.

VASHCHENKO, Y.; BIONDI, D.; LIMA, M. R. de; RODERJAN, C. V. **Aspectos ambientais da Trilha via Noroeste do Parque Estadual Pico do Marumbi, PR.** Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-Parque-Estadual-Pico-do-Marumbi-Figure-1-Location-of-Pico-do_fig1_271144298. Acesso em: 27 mar. 2024.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Reimpressa. Florianópolis – SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. p. 29-37.

REFERÊNCIAS DE BASE DOCUMENTAL

ALVES, N. L. P. **As montanhas do Marumbi**. 1. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Site institucional**. Disponível em: https://www.adeabrasil.com/adea. Acesso em: 15 ago. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Site institucional**. Disponível em: https://www.assembleia.pr.leg.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Site institucional**. Disponível em: https://www.bpp.pr.gov.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Site institucional**. Disponível em: https://www.bpp.pr.gov.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portal de Periódicos da CAPES:** acesso CAFe. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acesso-cafe.html. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/. Acesso em: 05 jun. 2024.

CARNEIRO, Celso Fernando de Azambuja. **A Constituição de Patrimônios Naturais e o Tombamento da Serra do Mar Paraná. 2007**. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/12356. Acesso em: 28 set. 2024.

CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO. **Boletins**. Disponível em: https://www.cpm.org.br/boletins. Acesso em: 15 ago. 2024.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Site institucional**. Disponível em: https://fepampr.org.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. **Site institucional**. Disponível em: https://www.ihgpr.com.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

SAVI, Mauricio. **Análise Ecossistêmica da Serra do Mar Paranaense**: Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi. 2007. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/19168. Acesso em: 06 out. 2024.

PET COMUNIDADES DO CAMPO. **Litoral do Paraná**. 2019. Disponível em: https://petccampo.wordpress.com/litoral-do-parana/. Acesso em: 16 mar. 2025.

SOBRE MONTANHAS. **Parque Estadual Pico do Marumbi**. Disponível em: https://sobremontanhas.com.br/parque-estadual-pico-do-marumbi/. Acesso em: 16 mar. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PEPM

O Quadro 3 a Ficha Técnica da Unidade de Conservação PEPM, que inclui informações sobre a unidade gestora responsável, a esfera administrativa, o endereço da sede, a área total (em hectares), a localidade, a abrangência do parque, o estado, as coordenadas geográficas, o decreto de criação e suas alterações, o bioma, o ecossistema e, por fim, o grupo e a categoria do SNUC a que pertence o parque.

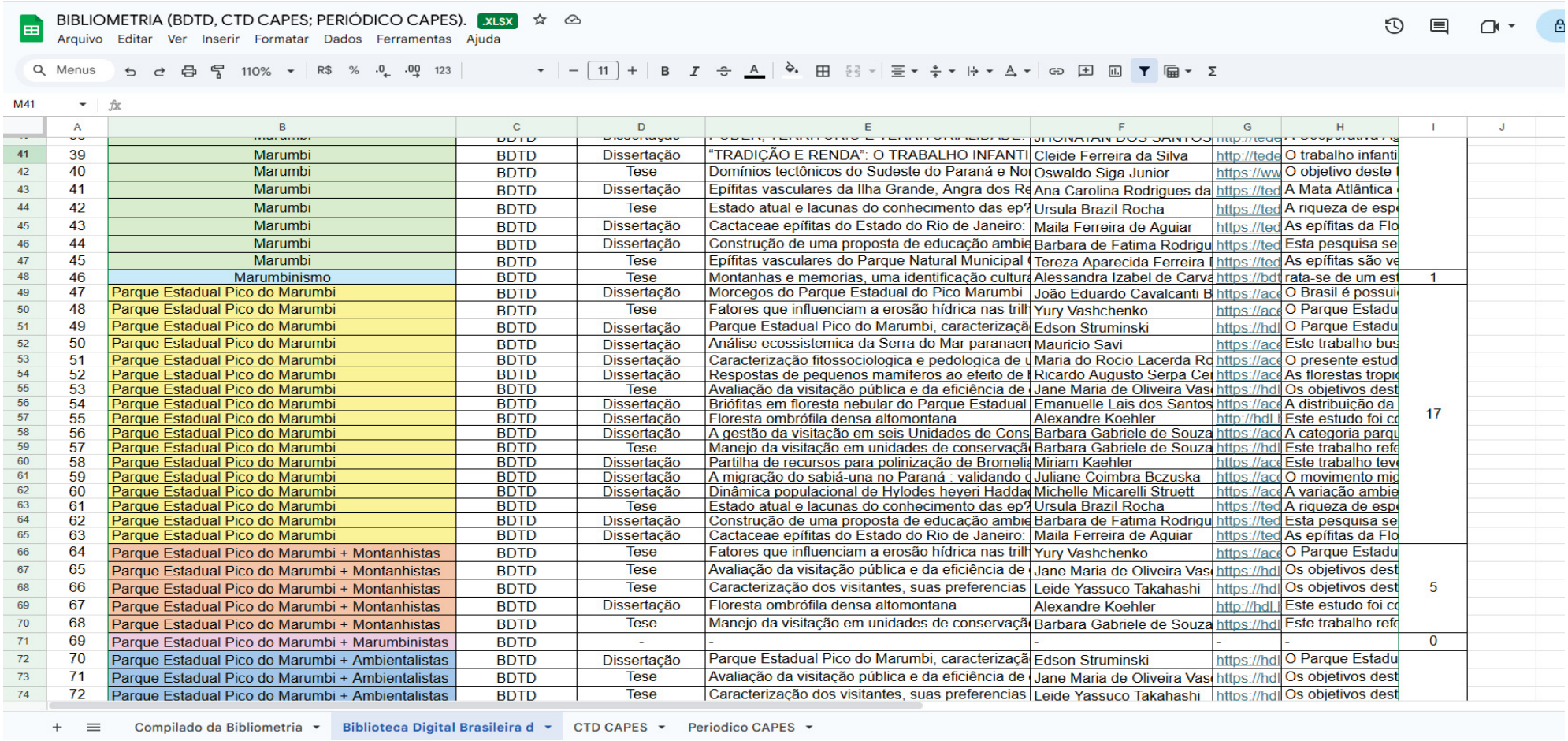
QUADRO 3 - FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI (PEPM)
Unidade Gestora Responsável	Instituto Água e Terra - IAT
Esfera Administrativa	Estadual
Endereço da Sede	Estrada do Itupava S/N - Porto de Cima, Morretes - PR, 83350-000
Superfície (ha)	8.745,4547 hectares
Inserido	Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (AEIT-MARUMBI)
Abrangência do Parque	Morretes, Piraquara e Quatro Barras
Estado	Paraná
Coordenadas Geográficas do Centro da UC	25°26'21.8"S de latitude sul e 48°55'09.0"W de longitude oeste
Decreto de Criação	Nº 7300, de 24 de setembro de 1990 - área inicial de 2.342,4148 hectares
Alterações Posteriores	Decreto Nº 1531, de 02 de outubro de 2007 - Amplia a área do PEPM em 6.403,0399 ha, somando atualmente uma área de 8.745,4547 ha
Bioma e Ecossistemas	Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa
Grupo e Categoria SNUC	Proteção integral: Reserva Biológica

FONTE: A autora (2024).

APÊNDICE 2 – MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI (1940-1990), FOCADAS NAS LUTAS AMBIENTAIS, ATORES POLÍTICOS E PROCESSOS LEGAIS PARA A PROTEÇÃO DA ÁREA

FIGURA 10 - A. BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)



BIBLIOMETRIA (BDTD, CTD CAPES; PERIÓDICO CAPES). .XLSX

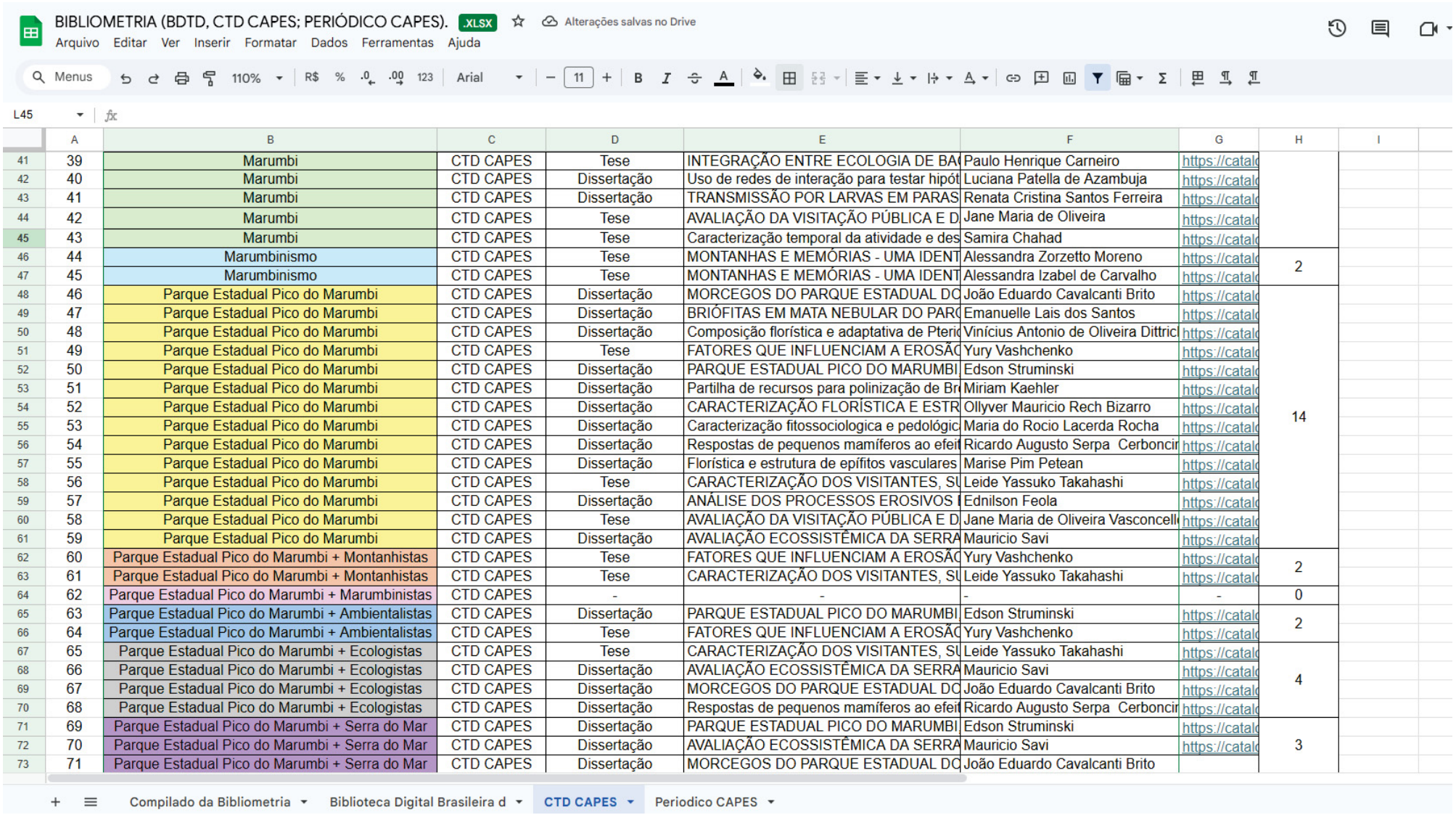
Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Ajuda

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
41	39	Marumbi	BDTD	Dissertação	"TRADIÇÃO E RENDA": O TRABALHO INFANTI	Cleide Ferreira da Silva	http://tede	O trabalho infanti		
42	40	Marumbi	BDTD	Tese	Domínios tectônicos do Sudeste do Paraná e No	Oswaldo Siga Junior	https://ww	O objetivo deste		
43	41	Marumbi	BDTD	Dissertação	Epífitas vasculares da Ilha Grande, Angra dos Re	Ana Carolina Rodrigues da	https://ted	A Mata Atlântica		
44	42	Marumbi	BDTD	Tese	Estado atual e lacunas do conhecimento das ep?	Ursula Brazil Rocha	https://ted	A riqueza de espe		
45	43	Marumbi	BDTD	Dissertação	Cactaceae epífitas do Estado do Rio de Janeiro:	Maila Ferreira de Aguiar	https://ted	As epífitas da Flo		
46	44	Marumbi	BDTD	Dissertação	Construção de uma proposta de educação ambie	Barbara de Fatima Rodrigu	https://ted	Esta pesquisa se		
47	45	Marumbi	BDTD	Tese	Epífitas vasculares do Parque Natural Municipal	Tereza Aparecida Ferreira	https://ted	As epífitas são ve		
48	46	Marumbinismo	BDTD	Tese	Montanhas e memorias, uma identificação cultura	Alessandra Izabel de Carva	https://bdt	rata-se de um est	1	
49	47	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Morcegos do Parque Estadual do Pico Marumbi	João Eduardo Cavalcanti B	https://ace	O Brasil é possui		
50	48	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Tese	Fatores que influenciam a erosão hídrica nas trilh	Yury Vashchenko	https://ace	O Parque Estadu		
51	49	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Parque Estadual Pico do Marumbi, caracterizaçã	Edson Struminski	https://hdl	O Parque Estadu		
52	50	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Análise ecossistemica da Serra do Mar paranaen	Mauricio Savi	https://ace	Este trabalho bus		
53	51	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Caracterização fitossociologica e pedologica de u	Maria do Rocio Lacerda Ro	https://ace	O presente estud		
54	52	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Respostas de pequenos mamíferos ao efeito de	Ricardo Augusto Serpa Cer	https://ace	As florestas tropic		
55	53	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Tese	Avaliação da visitação pública e da eficiência de	Jane Maria de Oliveira Vas	https://hdl	Os objetivos dest		
56	54	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Briófitas em floresta nebular do Parque Estadual	Emanuelle Lais dos Santos	https://ace	A distribuição da		
57	55	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Floresta ombrófila densa altomontana	Alexandre Koehler	http://hdl.	Este estudo foi co	17	
58	56	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	A gestão da visitação em seis Unidades de Cons	Barbara Gabriele de Souza	https://ace	A categoria parqu		
59	57	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Tese	Manejo da visitação em unidades de conservaçã	Barbara Gabriele de Souza	https://hdl	Este trabalho refe		
60	58	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Partilha de recursos para polinização de Bromelia	Miriam Kaehler	https://ace	Este trabalho teve		
61	59	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	A migração do sabiá-una no Paraná : validando	Juliane Coimbra Bczuska	https://ace	O movimento mig		
62	60	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Dinâmica populacional de Hylodes heyeri Hadda	Michelle Micarelli Struett	https://ace	A variação ambie		
63	61	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Tese	Estado atual e lacunas do conhecimento das ep?	Ursula Brazil Rocha	https://ted	A riqueza de espe		
64	62	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Construção de uma proposta de educação ambie	Barbara de Fatima Rodrigu	https://ted	Esta pesquisa se		
65	63	Parque Estadual Pico do Marumbi	BDTD	Dissertação	Cactaceae epífitas do Estado do Rio de Janeiro:	Maila Ferreira de Aguiar	https://ted	As epífitas da Flo		
66	64	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	BDTD	Tese	Fatores que influenciam a erosão hídrica nas trilh	Yury Vashchenko	https://ace	O Parque Estadu		
67	65	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	BDTD	Tese	Avaliação da visitação pública e da eficiência de	Jane Maria de Oliveira Vas	https://hdl	Os objetivos dest		
68	66	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	BDTD	Tese	Caracterização dos visitantes, suas preferencias	Leide Yassuco Takahashi	https://hdl	Os objetivos dest	5	
69	67	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	BDTD	Dissertação	Floresta ombrófila densa altomontana	Alexandre Koehler	http://hdl.	Este estudo foi co		
70	68	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	BDTD	Tese	Manejo da visitação em unidades de conservaçã	Barbara Gabriele de Souza	https://hdl	Este trabalho refe		
71	69	Parque Estadual Pico do Marumbi + Marumbinistas	BDTD	-	-	-	-	-	0	
72	70	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	BDTD	Dissertação	Parque Estadual Pico do Marumbi, caracterizaçã	Edson Struminski	https://hdl	O Parque Estadu		
73	71	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	BDTD	Tese	Avaliação da visitação pública e da eficiência de	Jane Maria de Oliveira Vas	https://hdl	Os objetivos dest		
74	72	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	BDTD	Tese	Caracterização dos visitantes, suas preferencias	Leide Yassuco Takahashi	https://hdl	Os objetivos dest		

Compilado da Bibliometria | Biblioteca Digital Brasileira d | CTD CAPES | Periodico CAPES

Fonte: A autora (2025).

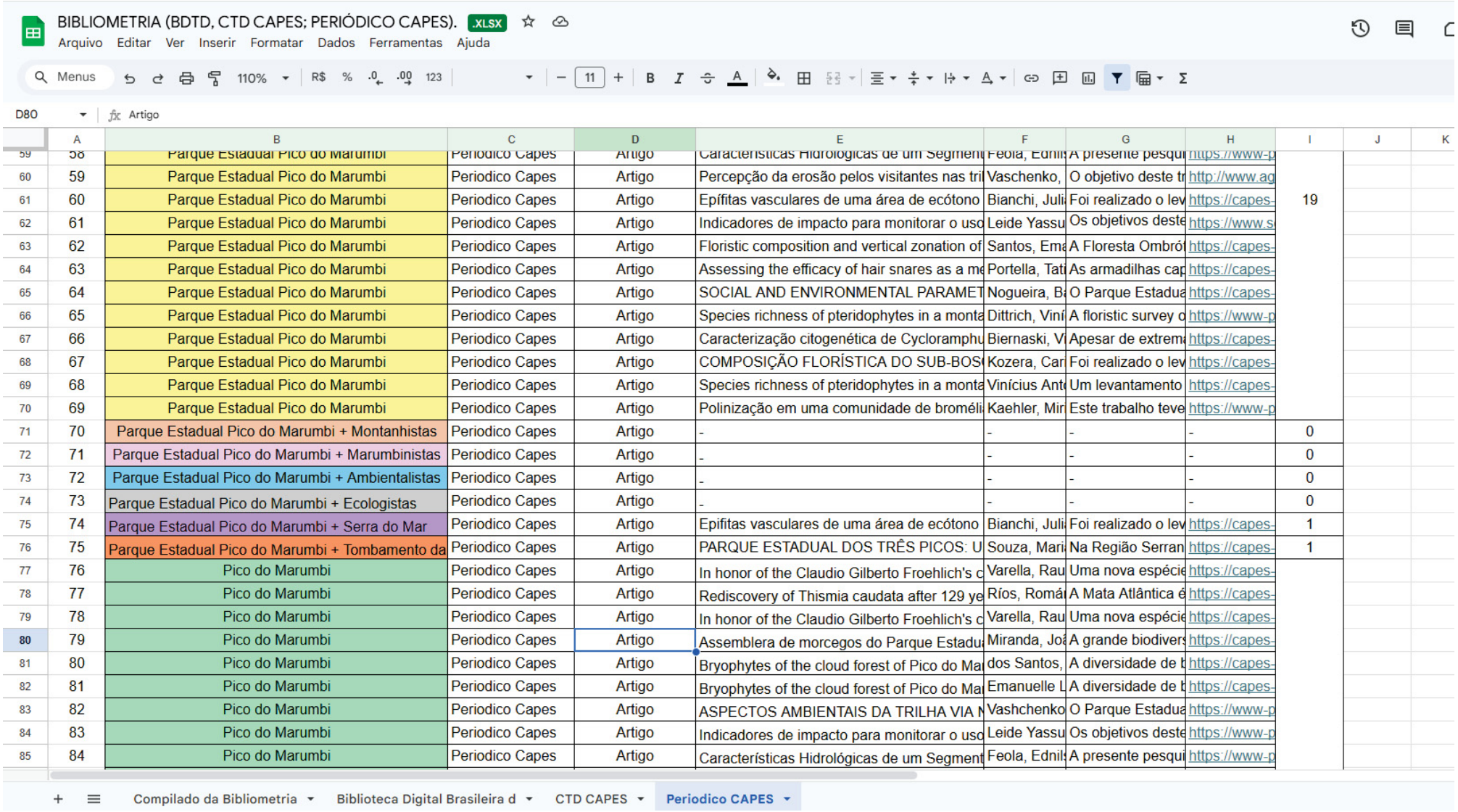
FIGURA 11 - B. CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES (CTD CAPES)



	A	B	C	D	E	F	G	H	I
41	39	Marumbi	CTD CAPES	Tese	INTEGRAÇÃO ENTRE ECOLOGIA DE BA(	Paulo Henrique Carneiro	https://catalo		
42	40	Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Uso de redes de interação para testar hipót	Luciana Patella de Azambuja	https://catalo		
43	41	Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	TRANSMISSÃO POR LARVAS EM PARAS	Renata Cristina Santos Ferreira	https://catalo		
44	42	Marumbi	CTD CAPES	Tese	AVALIAÇÃO DA VISITAÇÃO PÚBLICA E D	Jane Maria de Oliveira	https://catalo		
45	43	Marumbi	CTD CAPES	Tese	Caracterização temporal da atividade e des	Samira Chahad	https://catalo		
46	44	Marumbinismo	CTD CAPES	Tese	MONTANHAS E MEMÓRIAS - UMA IDENT	Alessandra Zorzetto Moreno	https://catalo	2	
47	45	Marumbinismo	CTD CAPES	Tese	MONTANHAS E MEMÓRIAS - UMA IDENT	Alessandra Izabel de Carvalho	https://catalo		
48	46	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	MORCEGOS DO PARQUE ESTADUAL DO	João Eduardo Cavalcanti Brito	https://catalo	14	
49	47	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	BRIÓFITAS EM MATA NEBULAR DO PARQ	Emanuelle Lais dos Santos	https://catalo		
50	48	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Composição florística e adaptativa de Pteri	Vinícius Antonio de Oliveira Dittrich	https://catalo		
51	49	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Tese	FATORES QUE INFLUENCIAM A EROSÃO	Yury Vashchenko	https://catalo		
52	50	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI	Edson Struminski	https://catalo		
53	51	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Partilha de recursos para polinização de Br	Miriam Kaehler	https://catalo		
54	52	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	CARACTERIZAÇÃO FLORÍSTICA E ESTR	Ollyver Mauricio Rech Bizarro	https://catalo		
55	53	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Caracterização fitossociologica e pedológic	Maria do Rocio Lacerda Rocha	https://catalo		
56	54	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Respostas de pequenos mamíferos ao efeit	Ricardo Augusto Serpa Cerboncir	https://catalo		
57	55	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	Florística e estrutura de epífitos vasculares	Marise Pim Petean	https://catalo		
58	56	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Tese	CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES, SU	Leide Yassuko Takahashi	https://catalo		
59	57	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	ANÁLISE DOS PROCESSOS EROSIVOS I	Ednilson Feola	https://catalo		
60	58	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Tese	AVALIAÇÃO DA VISITAÇÃO PÚBLICA E D	Jane Maria de Oliveira Vasconcell	https://catalo		
61	59	Parque Estadual Pico do Marumbi	CTD CAPES	Dissertação	AVALIAÇÃO ECOSSISTÊMICA DA SERRA	Mauricio Savi	https://catalo		
62	60	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	CTD CAPES	Tese	FATORES QUE INFLUENCIAM A EROSÃO	Yury Vashchenko	https://catalo	2	
63	61	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	CTD CAPES	Tese	CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES, SU	Leide Yassuko Takahashi	https://catalo		
64	62	Parque Estadual Pico do Marumbi + Marumbinistas	CTD CAPES	-	-	-	-	0	
65	63	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	CTD CAPES	Dissertação	PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI	Edson Struminski	https://catalo	2	
66	64	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	CTD CAPES	Tese	FATORES QUE INFLUENCIAM A EROSÃO	Yury Vashchenko	https://catalo		
67	65	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ecologistas	CTD CAPES	Tese	CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES, SU	Leide Yassuko Takahashi	https://catalo	4	
68	66	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ecologistas	CTD CAPES	Dissertação	AVALIAÇÃO ECOSSISTÊMICA DA SERRA	Mauricio Savi	https://catalo		
69	67	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ecologistas	CTD CAPES	Dissertação	MORCEGOS DO PARQUE ESTADUAL DO	João Eduardo Cavalcanti Brito	https://catalo		
70	68	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ecologistas	CTD CAPES	Dissertação	Respostas de pequenos mamíferos ao efeit	Ricardo Augusto Serpa Cerboncir	https://catalo		
71	69	Parque Estadual Pico do Marumbi + Serra do Mar	CTD CAPES	Dissertação	PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI	Edson Struminski	https://catalo	3	
72	70	Parque Estadual Pico do Marumbi + Serra do Mar	CTD CAPES	Dissertação	AVALIAÇÃO ECOSSISTÊMICA DA SERRA	Mauricio Savi	https://catalo		
73	71	Parque Estadual Pico do Marumbi + Serra do Mar	CTD CAPES	Dissertação	MORCEGOS DO PARQUE ESTADUAL DO	João Eduardo Cavalcanti Brito			

Fonte: A autora (2025).

FIGURA 12 - C. CATÁLOGO DE PERIÓDICO CAPES (PERIÓDICO CAPES)



	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
59	58	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Características Hidrológicas de um Segment	Feola, Ednil	A presente pesqui	https://www-p			
60	59	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Percepção da erosão pelos visitantes nas tri	Vaschenko,	O objetivo deste tr	http://www.ag			
61	60	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Epífitas vasculares de uma área de ecótono	Bianchi, Juli	Foi realizado o lev	https://capes-	19		
62	61	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Indicadores de impacto para monitorar o uso	Leide Yassu	Os objetivos deste	https://www.s			
63	62	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Floristic composition and vertical zonation of	Santos, Ema	A Floresta Ombró	https://capes-			
64	63	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Assessing the efficacy of hair snares as a me	Portella, Tati	As armadilhas cap	https://capes-			
65	64	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PARAMET	Nogueira, Ba	O Parque Estadua	https://capes-			
66	65	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Species richness of pteridophytes in a monta	Dittrich, Viní	A floristic survey o	https://www-p			
67	66	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Caracterização citogenética de Cycloramphu	Biernaski, Vi	Apesar de extrema	https://capes-			
68	67	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA DO SUB-BOS	Kozera, Car	Foi realizado o lev	https://capes-			
69	68	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Species richness of pteridophytes in a monta	Vinícius Ant	Um levantamento	https://capes-			
70	69	Parque Estadual Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Polinização em uma comunidade de bromélia	Kaehler, Mir	Este trabalho teve	https://www-p			
71	70	Parque Estadual Pico do Marumbi + Montanhistas	Periodico Capes	Artigo	-	-	-	-	0		
72	71	Parque Estadual Pico do Marumbi + Marumbinistas	Periodico Capes	Artigo	-	-	-	-	0		
73	72	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ambientalistas	Periodico Capes	Artigo	-	-	-	-	0		
74	73	Parque Estadual Pico do Marumbi + Ecologistas	Periodico Capes	Artigo	-	-	-	-	0		
75	74	Parque Estadual Pico do Marumbi + Serra do Mar	Periodico Capes	Artigo	Epífitas vasculares de uma área de ecótono	Bianchi, Juli	Foi realizado o lev	https://capes-	1		
76	75	Parque Estadual Pico do Marumbi + Tombamento da	Periodico Capes	Artigo	PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS: U	Souza, Mari	Na Região Serran	https://capes-	1		
77	76	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	In honor of the Claudio Gilberto Froehlich's c	Varella, Rau	Uma nova espécie	https://capes-			
78	77	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Rediscovery of Thismia caudata after 129 ye	Ríos, Romá	A Mata Atlântica é	https://capes-			
79	78	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	In honor of the Claudio Gilberto Froehlich's c	Varella, Rau	Uma nova espécie	https://capes-			
80	79	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Assemblera de morcegos do Parque Estadu	Miranda, Joá	A grande biodivers	https://capes-			
81	80	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Bryophytes of the cloud forest of Pico do Ma	dos Santos,	A diversidade de b	https://capes-			
82	81	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Bryophytes of the cloud forest of Pico do Ma	Emanuelle L	A diversidade de b	https://capes-			
83	82	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	ASPECTOS AMBIENTAIS DA TRILHA VIA N	Vashchenko	O Parque Estadua	https://www-p			
84	83	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Indicadores de impacto para monitorar o uso	Leide Yassu	Os objetivos deste	https://www-p			
85	84	Pico do Marumbi	Periodico Capes	Artigo	Características Hidrológicas de um Segment	Feola, Ednil	A presente pesqui	https://www-p			

Fonte: A autora (2025).

APÊNDICE 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ NA CATEGORIA PARQUES

O litoral do Paraná abriga 26 Unidades de Conservação (UCs), distribuídas entre as categorias federal, estadual e municipal. Essas UCs estão majoritariamente localizadas na Mata Atlântica, com algumas abrangendo biomas marinho/costeiro. A área total preservada é de 1.513.638,34 hectares, com a maior concentração em Paranaguá, que possui nove UCs. A distribuição dessas unidades reflete a diversidade ecológica e o papel crucial dessas áreas na preservação da biodiversidade local.

QUADRO 4 - UCS NO LITORAL DO PARANÁ - CATEGORIA PARQUE

(Continua)

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		ESFERA DE GESTÃO	LEGISLAÇÃO	ÁREA (HA)	ABRANGÊNCIA DO PARQUE	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	BIOMA
1.	Parque Nacional do Superagui	Federal	Criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989 e ampliado pelo Decreto Nº 9.513, de 20 de novembro de 1997.	33.988,0	Guaraqueçaba	25°20'49.6"S 48°12'12.6"W	Mata Atlântica e Marinho/Costeiro
2.	Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Federal	Lei nº 10.227, de 23 de maio de 2001.	25.118,0	Guaratuba, Paranaguá, Matinhos e Morretes	25°41'50.5"S 48°36'40.5"W	Mata Atlântica
3.	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Federal	Lei nº 12.829, de 20 de junho de 2013.	1.360,0	Matinhos	25°43'47.4"S 48°21'53.7"W	Marinho/Costeiro
4.	Parque Nacional Guaricana	Federal	Decreto s/nº, de 13 de outubro de 2014.	49.286,87	Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais	25°42'09.0"S 48°51'27.2"W	Mata Atlântica
5.	Parque Estadual do Rio da Onça	Estadual	Criado pelo Decreto nº 3.825, de 05 de junho de 1981, categorizado pelo Decreto nº 3.741, de 23 de janeiro de 2012 e ampliado pelo Decreto 11.489 de 24/06/2022.	1.659,73	Matinhos	25°47'19.7"S 48°31'46.8"W	Mata Atlântica
6.	Parque Estadual Pico do Marumbi	Estadual	Criado pelo Decreto nº 7.300, de 24 de setembro de 1990 e ampliado pelo Decreto nº 1.531, de 02 de outubro de 2007.	8.745,45	Morretes, Piraquara e Quatro Barras.	25°26'43.4"S 48°54'58.9"W	Mata Atlântica

(Continuação)

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		ESFERA DE GESTÃO	LEGISLAÇÃO	ÁREA (HA)	ABRANGÊNCIA DO PARQUE	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	BIOMA
7.	Parque Estadual da Graciosa	Estadual	Decreto nº 7.302, de 24 de setembro de 1990.	1.189,58	Morretes	25.406397517743414, 49.16389734718317	Mata Atlântica
8.	Parque Estadual do Pau Oco	Estadual	Decreto nº 4.266, de 21 de novembro de 1994	905,58	Morretes	25°34'15.6"S 48°53'54.8"W	Mata Atlântica
9.	Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Estadual	Decreto nº 4.267, de 21 de novembro de 1994	2.698,68	Antonina e Morretes	25.835440586688225, 48.54099834460077	Mata Atlântica
10.	Parque Estadual do Boguaçu	Estadual	Criado pelo Decreto nº 4.056, de 26 de fevereiro de 1998 e ampliado pela Lei n° 13.979, de 26 de dezembro de 2002.	6.660,64	Guaratuba	25°55'40.0"S 48°39'05.1"W	Mata Atlântica
11.	Parque Estadual do Palmito	Estadual	Criado pelo Decreto nº 4.493, de 17 de junho de 1998 e ampliado pelo Decreto nº 7.097 de 06 de junho de 2017.	1.782,44	Paranaguá	25°35'39.1"S 48°33'37.5"W	Mata Atlântica
12.	Parque Estadual da Ilha do Mel	Estadual	Decreto nº 5.506, de 21 de março de 2002.	337,84	Paranaguá	25°33'06.6"S 48°18'07.8"W	Mata Atlântica
13.	Parque Estadual Pico do Paraná	Estadual	Decreto nº 5.769, de 05 de junho de 2002.	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina	25°14'52.1"S 48°50'03.0"W	Mata Atlântica
14.	Parque Estadual Ilha das Cobras	Estadual	Decreto nº 10.959 de 04 de setembro de 2018.	52,4892	Paranaguá	25°29'02.1"S 48°25'55.4"W	Mata Atlântica
15.	Parque Municipal da Ilha da Cotinga	Municipal	Lei nº 1.959, de 07 de novembro de 1996.	854,8	Paranaguá	25°31'41.9"S 48°26'58.9"W	Mata Atlântica
16.	Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê	Municipal	Decreto nº 706, de 10 de setembro de 2001.	16,2	Pontal do Paraná e Paranaguá	25°30'15.1"S 48°31'47.7"W	Mata Atlântica
17.	Parque Natural Municipal da Restinga	Municipal	Decreto nº 706, de 10 de setembro de 2001.	248.586,00	Pontal do Paraná	25.699359706273704, 48.46917590606673	Mata Atlântica

(Conclusão)

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		ESFERA DE GESTÃO	LEGISLAÇÃO	ÁREA (HA)	ABRANGÊNCIA DO PARQUE	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	BIOMA
18.	Parque Municipal Natural Lagoa do Parado	Municipal	Decreto nº 5.756, de 16 de novembro de 2004.	3.600	Guaratuba	25°44'50.9"S 48°43'10.7"W	Mata Atlântica
19.	Parque Municipal Morro do Boi	Municipal	Artigo 14 da Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006. Lei nº 1.818, de 23 de dezembro de 2015.	117.730,184	Matinhos	25°50'47.9"S 48°32'12.9"W	Mata Atlântica
20.	Parque Municipal Morro do Sambaqui	Municipal	Artigo 14 da Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006. Lei nº 1.818, de 23 de dezembro de 2015.	44.596,56	Matinhos	25.81401863909635, 48.54122118630933	Mata Atlântica
21.	Parque Municipal Praia Grande	Municipal	Artigo 14 da Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006. Lei nº 1.818, de 23 de dezembro de 2015.	99.408,22	Matinhos	25.77264941401778, 48.513189439353546	Mata Atlântica
22.	Parque Municipal do Sertãozinho	Municipal	Artigo 14 da Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006. Lei nº 1.818, de 23 de dezembro de 2015.	146.392,35	Matinhos	25°48'15.0"S 48°32'20.8"W	Mata Atlântica
23.	Parque Municipal do Tabuleiro	Municipal	Artigo 14 da Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 2006. Lei nº 1.818, de 23 de dezembro de 2015.	31.706,00	Matinhos	25°39'58.2"S 48°08'57.7"W	Mata Atlântica
24.	Parque Natural Municipal do Guará	Municipal	Decreto n° 2.375, de 19 de março de 2008.	6,6	Paranaguá	25°31'18.5"S 48°38'52.1"W	Mata Atlântica
25.	Parque Municipal Ambiental do Linear do Emboguaçu	Municipal	Decreto nº 1.324, de 01 de junho de 2010.	272.623,72	Paranaguá	25.519528037245344, 48.564283720946065	Mata Atlântica
26.	Parque Municipal Ilha dos Valadares	Municipal	Decreto nº 3.768, de 23 de maio de 2016.	409.998,58	Paranaguá	25°32'32.6"S 48°30'59.2"W	Mata Atlântica

FONTE: Organização própria (2024).

APÊNDICE 4 – LEVANTAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Este apêndice oferece um resumo da Etapa 4 da pesquisa, que envolve a análise e o tratamento dos documentos coletados. Utilizou-se a técnica de comentário de documento e Análise de Conteúdo para associar as categorias de análise propostas aos documentos relevantes, proporcionando uma interpretação do processo histórico da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM). Os Quadros 5 e 6 ilustram, respectivamente, o levantamento e classificação dos documentos e a análise e contextualização, relacionando-os com os objetivos específicos da dissertação.

FIGURA 13 - ETAPA 1: LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS: IDENTIFICAÇÃO, AUTORIA, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO

	A	B	C	D	E	F
1	ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DE ORIGEM, CONTEXTO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DO DOCUMENTO, AUTORIA, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO.					
2	ITEM	TIPO DE DOCUMENTO	DOCUMENTO	AUTORIA	OBJETIVOS	PÚBLICO-ALVO
3	1	Decreto	Decreto Nº 7300, de 24 de setembro de 1990.	Governo do Estado do Paraná.	Proteção ambiental; Proteção do patrimônio cultural; Promoção da pesquisa científica; Preservação das belezas cênicas; Proteção da biodiversidade e conservação dos recursos naturais; Uso público controlado.	Órgãos públicos e agências governamentais; Comunidades e cidadãos; ONGs; Profissionais e especialistas; Meios de comunicação; Setores educacionais e acadêmicos; Visitantes e turistas; Legisladores e políticos.
4	2	Decreto	Decreto Nº 1531, de 02 de outubro de 2007.	Governo do Estado do Paraná.	Ampliação da área protegida; Fortalecimento da conservação ambiental; Proteção da biodiversidade e conservação dos recursos naturais; Promoção da pesquisa e educação ambiental; Integração com áreas adjacentes.	Órgãos públicos e agências governamentais; Comunidades e cidadãos; ONGs; Profissionais e especialistas; Meios de comunicação; Setores educacionais e acadêmicos; Visitantes e turistas; Legisladores e políticos.
5	3	Plano de Manejo	Plano de Manejo do PEPM. Data de Publicação:	Instituto Água e Terra (IAT) do Estado do Paraná.	Estabelecimento de diretrizes de manejo; Elaboração e implementação do plano de manejo; Integração com a AEIT; Proteção da biodiversidade e conservação dos recursos naturais; Promoção da pesquisa e educação ambiental; Desenvolvimento de infraestrutura e uso público; Gestão sustentável e fiscalização.	Gestores de áreas protegidas; Órgãos públicos e agências ambientais; Pesquisadores e cientistas; Comunidades locais; ONGs e grupos de conservação; Visitantes e turistas; Educadores e estudantes.
6	4	AEIT	Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi - Plano de Gerenciamento. Data de Publicação:	Produzido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.	Proteção ambiental; Conservação da fauna e flora; Gestão sustentável dos recursos; Regulação da visitação; Atividades educacionais e interpretativas; Monitoramento e avaliação; Integração com políticas regionais.	Órgãos e agências governamentais; Legisladores e políticos; Gestores e administradores de áreas do turismo; Comunidades locais; Empresas e operadoras do turismo; ONGs; Turistas e visitantes; Meios de comunicação; Setores educacionais; Pesquisadores acadêmicos.
7	5	Compêndio	As montanhas do Marumbi. Data de Publicação:	Nelson Luis Penteado Alves (Farofa).	Documentar a história do montanhismo; Explorar a formação geológica e a biodiversidade local; Preservar o legado histórico e cultural do marumbinismo; Celebrar conquistas e pioneirismo.	Pesquisadores; Técnicos especializados; Estudantes de áreas relacionadas; Montanhistas e praticantes de esportes de aventura; Excursionistas e amantes da natureza; Público geral interessado em conservação e ecoturismo.
8	6	Compêndio	Parque Estadual Pico do Marumbi. Data de Publicação:	Edson Struminski.	Documentar a criação e expansão do parque; Descrever a relevância ecológica e ambiental; Explorar a história do montanhismo no parque; Fornecer informações sobre gestão e conservação; Preservar o legado cultural e natural; Promover a educação ambiental e o turismo sustentável.	Pesquisadores; Técnicos especializados; Estudantes de áreas relacionadas; Montanhistas e praticantes de esportes de aventura; Excursionistas e amantes da natureza; Público geral interessado em conservação e ecoturismo.
					Relatar a história do montanhismo no Paraná e as conquistas dos escaladores do Marumbi; apresentar as principais vias de escalada do Parque Estadual	

ETAPA 1 ETAPA 2

Fonte: A autora: (2025).

FIGURA 14 - ETAPA 2: ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS: IDENTIFICAÇÃO, SÍNTESE E RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

	A	B	C	D	E	F	G
1	ETAPA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA.				ESQUEMATIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 1	ESQUEMATIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 2	ESQUEMATIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 3
2	IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO		SÍNTESE DA DESCRIÇÃO E COMENTÁRIO	TRECHOS RECORTADOS	Analisar a história de luta pela conservação do complexo do Marumbi	Identificar os atores e suas propostas em relação ao complexo Marumbi	Destacar os conflitos relativos ao processo histórico de defesa da criação do parque.
3	1	**Decreto Nº 7300, de 24 de setembro de 1990** **Link:** https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-7300-1990-	Estabelece a criação do Parque Estadual Pico do Morumbi situ	Estabelece a criação do parque na comarca de Morretes. O Art. 1º estabelece que fica criado o parque, situado no munic Morretes, com área de 367,84 ha (trezentos e sessenta e sete	X		
4	2	**Decreto Nº 1531, de 02 de outubro de 2007** **Link:** https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-1531-2007-	Amplia a área do Parque Estadual Pico do Marumbi em 6.403,(	Estabelece a ampliação do parque O Art. 1º estabelece que fica ampliada a área do parque, antes	X		
5	3	**Plano de Manejo do PEPM** **Link:** https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_r	Estabelece o prazo de 2 anos a cargo do ITCF a elaboração pl		X		
6	4	Compêndio - As montanhas do Marumbi. Autor: Nelson Luis Penteado Alves (Farofa).	A obra oferece um panorama abrangente da região montanhos Trata-se de um documento completo que, segundo o autor, inc		X	X	X
7	5	Compêndio - Parque Estadual Pico do Marumbi. Autor: Edson Struminski.	A obra é originária da dissertação de mestrado do autor e se d Explora a importância ecológica desse parque, abordando a M Outro ponto relevante discutido na obra é a apresentação dos p		X	X	
8	6	Compêndio - Guia de Escalada. Autor: José Luiz Hartmann.	A obra narra a história do montanhismo paranaense, destacan	Alimentados por Sobrenatural força de vontade, empenho, ded		X	
9	7	Livro - Puro Montanhismo. Livro 1: Os conquistadores. Autores: Henrique Paulo Schmidlin (Vitamina) e Julio Cesar F	A obra "Puro Montanhismo" narra as conquistas esportivas nas grand	A obra combina o saber científico de Reinhald Maack com o espírito a		X	
10	8	Livro - Montanhismo final de semana. Livro 2: Diáspora. Autor: Julio Cesar Fiori.	A obra ilustrar o contexto do montanhismo paranaense antes da virad Relatar travessias e escaladas em regiões desafiadoras como Pico P Resgatar a história das aventuras em locais hoje mais acessíveis, ma	Montanhistas e praticantes de caminhadas e esportes de aventura; Amantes da história do montanhismo no Paraná e no Brasil; Leitores interessados em conhecer as travessias e escaladas histórica Aventureiros e pessoas que buscam explorar a história das montanha		X	
		Livro - Produção de Natureza, Parques, Rewilding e Desenvo		"Este livro é um manual prático para a ação positiva em favor da vida			

ETAPA 1 | ETAPA 2

Fonte: A autora: (2025).

APÊNDICE 5 – LISTA DE DOCUMENTOS QUE COMPUSERAM OS RESULTADOS DA DISSERTAÇÃO

Abaixo está a lista de documentos que foram utilizados para a realização desta dissertação de Mestrado. Foi verificado que eles atendem a pelo menos um dos três objetivos específicos da pesquisa, que, de maneira abrangente, visam responder ao objetivo principal deste estudo.

Todos esses documentos e textos estão relacionados ao Parque Estadual Pico do Marumbi, com a finalidade de analisar o percurso histórico da criação do Parque Estadual Pico do Marumbi (PEPM) entre as décadas de 1940 e 1990, com foco nas lutas ambientais, nos principais atores políticos envolvidos e nos processos legais e sociais que culminaram na proteção integral da área. Eles abordam sua criação, regulamentação, manejo, aspectos ambientais e histórias associadas ao parque, além de discutir sua importância e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

Além de atender aos objetivos específicos da pesquisa, que consistem em:

- Analisar os processos legais e administrativos que levaram à criação do PEPM e à consolidação da sua proteção integral.
- Identificar os principais atores sociais, políticos e ambientais que influenciaram o processo de criação do parque, destacando suas propostas e estratégias.
- Investigar os conflitos em torno da criação do parque, considerando as tensões entre preservação ambiental e interesses econômicos ou sociais, especialmente no litoral paranaense.

QUADRO 5 - LISTA DE DOCUMENTOS/RESULTADOS

(Continua)

TIPO DE DO CUMENTO		IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	ITEM
1.	Normativos	Decreto Nº 7300, de 24 de setembro de 1990	2
2.	Normativos	Decreto Nº 1531, de 02 de outubro de 2007	
3.	Técnicos	Plano de Manejo do PEPM	1
4.	Compêndio	As montanhas do Marumbi.	3
5.	Compêndio	Parque Estadual Pico do Marumbi.	
6.	Compêndio	Guia de Escalada.	
7.	Literatura	Puro Montanhismo. Livro 1: Os conquistadores.	3
8.	Literatura	Montanhismo final de semana. Livro 2: Diáspora.	
9.	Literatura	Produção de Natureza. Parques, Rewilding e Desenvolvimento Local.	

(Continuação)

TIPO DE DO CUMENTO		IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	ITEM
10.	Conteúdo de mídia digital (Imagem/Fotografia)	Serra do Mar.	4
11.	Conteúdo de mídia digital (Imagem/Fotografia)	Serra do Mar.	
12.	Conteúdo de mídia digital (Imagem/Fotografia)	Litoral Paranaense.	
13.	Conteúdo de mídia digital (Imagem/Fotografia)	Conjunto Marumbi.	
14.	Material Informativo (Panfleto)	Parque Estadual Marumbi - conjunto marumbi	2
15.	Material Informativo (Panfleto)	Parque Estadual Marumbi	
16.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	21
17.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
18.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
19.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
20.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
21.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
22.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
23.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
24.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
25.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
26.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
27.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
28.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
29.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
30.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
31.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
32.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
33.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
34.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
35.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
36.	Boletins Informativos	Clube Paranaense de Montanhismo (CPM)	
37.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	7
38.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
39.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
40.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
41.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
42.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
43.	Boletins Informativos	Círculo de Marumbinistas de Curitiba	
44.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Histórias do Marumbi, Nelson Farofa.	12
45.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Helmuth Wagner - Alma da Imagem.	
46.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Montanhas do Marumbi - Todos os Picos em 1 Dia, Subindo a Trilha Vermelha e Descendo a Branca.	

(Continuação)

TIPO DE DO CUMENTO		IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	ITEM
47.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	THILHA NO PARQUE DO LINEU NO CONJUNTO DE MONTANHAS MARUMBI NO PARANÁ.	
48.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Trekking Ep.18 | Pico Marumbi | A trilha mais técnica e perigosa que já fizemos no Brasil.	
49.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Trilha Pico Abrolhos no conjunto Marumbi - Trilhas Paraná.	
50.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Histórias de Perrengues no Marumbi.	
51.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	O Marumbi fez mais uma vítima Trilha do Pico Abrolhos [T4 Ep6].	
52.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Trilha para o Olimpo do Conjunto Marumbi - Um dos Picos mais difíceis do Brasil.	
53.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Conheça o Parque Estadual Pico do Marumbi.	
54.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	PICO MARUMBI - VÍDEO COMPLETO.	
55.	Conteúdo Multimídia (YouTube)	Trilha para o Olimpo do Conjunto Marumbi - Um dos Picos mais difíceis do Brasil.	
56.	Material de Imprensa	Canet assegura: Decreto do Parque Marumby sairá logo	90
57.	Material de Imprensa	Marumbi: um parque para mais Estados	
58.	Material de Imprensa	Nova área para o Parque Marumbi	
59.	Material de Imprensa	Parque Marumbi ainda só no papel	
60.	Material de Imprensa	Fim do Decreto. Falta de dinheiro, oque será do Parque Marumbi?	
61.	Material de Imprensa	Regulamentação para o Parque Marumbi já tem lei aprovada	
62.	Material de Imprensa	Qual a importância dos parques florestais? Bigarella explica	
63.	Material de Imprensa	Parque Marumbi, uma realidade	
64.	Material de Imprensa	Parque Marumbi em discussão	
65.	Material de Imprensa	Parque Estadual Pico do Marumbi - recomendações	
66.	Material de Imprensa	Parque do Marumbi: ali a natureza reina soberana	
67.	Material de Imprensa	Parque do Marumbi, uma exigência econômica	
68.	Material de Imprensa	O Marumbi preservado pela família Garbers	
69.	Material de Imprensa	Menor do que se esperava, o Marumbi será criado	
70.	Material de Imprensa	Marumbi: um parque para lazer	
71.	Material de Imprensa	Marumbi, 20 anos protegido	
72.	Material de Imprensa	Histórica estação de trem Marumbi é restaurada	
73.	Material de Imprensa	Guia Turístico do Marumbi- H.P. SCHMIDLIN, 1983	
74.	Material de Imprensa	Geólogo explica as razões do Parque	
75.	Material de Imprensa	Eu quero ir pro Marumbi!	
76.	Material de Imprensa	Em defesa do Parque Nacional do Marumbi	
77.	Material de Imprensa	Histórica estação de trem Marumbi é restaurada.	
78.	Material de Imprensa	Paraná terá dois novos parques estaduais	
79.	Material de Imprensa	Canet, Ney, Richa e... o Parque do marumbi	
80.	Material de Imprensa	Governo regulamenta uso do solo do Parque Marumbi	
81.	Material de Imprensa	Sala em Engenheiro Lange	
82.	Material de Imprensa	Plantio de 500 mudas marcará os 2 anos do Parque do Marumbi	
83.	Material de Imprensa	Parque Marumbi vai quadruplicar de tamanho	
84.	Material de Imprensa	Parque Marumbi tem novo diretor	
85.	Material de Imprensa	Parque Marumbi pode perder a demarcação	
86.	Material de Imprensa	Parque Marumbi Congresso Pró-Implantação (PROPOSTA)	

(Continuação)

TIPO DE DO CUMENTO		IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	ITEM
87.	Material de Imprensa	Parque Marumbi Congresso Pró-Implantação (PROJETO)	
88.	Material de Imprensa	Parque do Marumbi evitará um grande deserto no Paraná	
89.	Material de Imprensa	Parque do Marumbi é exigência de defesa	
90.	Material de Imprensa	O perigoso caminho do paraíso	
91.	Material de Imprensa	Histórica estação de trem Marumbi é restaurada	
92.	Material de Imprensa	Guia Turístico do Marumbi- H.P. SCHMIDLIN, 1983	
93.	Material de Imprensa	Diário Oficial1AEIT	
94.	Material de Imprensa	Dec. 5308 de 22 de abril de 1985. Um novo passo para a implantação do Parque Marumbi	
95.	Material de Imprensa	Confirmação da organização do Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi	
96.	Material de Imprensa	A História do tombamento da Serra do Mar	
97.	Material de Imprensa	US$ 60 milhões ao tombamento da Serra	
98.	Material de Imprensa	Tombar Serra para evitar desastres	
99.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar nos cadernos	
100.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar é contestado	
101.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar é comemorado hoje	
102.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar - Secretaria de Estado da Cultura Coordenadoria do Patrimônio Cultural	
103.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar - Dados	
104.	Material de Imprensa	Tombamento da Serra do Mar	
105.	Material de Imprensa	Serra do Mar: Um passeio de tirar o fôlego	
106.	Material de Imprensa	Serra do Mar: o começo do fim Capítulo primeiro: Antonina - João José Bigarella	
107.	Material de Imprensa	Serra do mar: a importância do cobertor verde para o litoral paranaense	
108.	Material de Imprensa	Serra do Mar: 10 anos de tombamento	
109.	Material de Imprensa	Serra do Mar, segurança ambiental e o Código Florestal Brasileiro	
110.	Material de Imprensa	Serra do Mar pode se tornar patrimônio para a humanidade	
111.	Material de Imprensa	Serra do Mar no Estado do Paraná - Helmuth Wagner	
112.	Material de Imprensa	Serra do Mar está perdendo a batalha contra a devastação	
113.	Material de Imprensa	Serra do Mar - começo do fim Capítulo VI: !!! e ???	
114.	Material de Imprensa	Serra do Mar - Começo do fim Capítulo IV: questão de diretas ou indiretas?	
115.	Material de Imprensa	Serra do Mar	
116.	Material de Imprensa	Serra do Mar	
117.	Material de Imprensa	Sema vai mapear áreas particulares	
118.	Material de Imprensa	Salvação da Serra	
119.	Material de Imprensa	Relatório faz alerta para a destruição de serra no Pr	
120.	Material de Imprensa	Processo de tombamento da Serra do Mar em livro	
121.	Material de Imprensa	Primeiro aniversário de tombamento da Serra	
122.	Material de Imprensa	Perímetro da Serra do Mar será delimitado	

(Conclusão)

TIPO DE DO CUMENTO		IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	ITEM
124.	Material de Imprensa	O tombamento da Serra do Mar	
125.	Material de Imprensa	Nos trilhos, a história da Serra do Mar	
126.	Material de Imprensa	Montanhismo na Serra do Mar, uma aventura emocionante	
127.	Material de Imprensa	Medições exatas mudam altitudes dos picos na Serra do Mar no Pr	
128.	Material de Imprensa	Mais atenção à Serra do Mar	
129.	Material de Imprensa	Levantamento revela devastação na Serra do Mar	
130.	Material de Imprensa	Indústrias querem ser indenizadas pelo tombamento	
131.	Material de Imprensa	Incansável olhar sobre o meio ambiente	
132.	Material de Imprensa	Hoje o passeio do 1º ano do tombamento da Serra do Mar	
133.	Material de Imprensa	Falta consciência na preservação da Serra	
134.	Material de Imprensa	Estado prepara tombamento da Serra do Mar	
135.		Educação Ambiental na serra do mar	
136.	Material de Imprensa	Educação Ambiental na serra do mar	
137.	Material de Imprensa	Ecologistas do Paraná satisfeitos com o tombamento da Serra do Mar	
138.	Material de Imprensa	É preciso salvar a "Serra do Mar"	
139.	Material de Imprensa	Desmatamento da Serra do Mar	
140.	Material de Imprensa	Defesa da Serra do Mar é fundamental	
141.	Material de Imprensa	Conquistando a Serra do Mar	
142.	Material de Imprensa	Antes tarde do que nunca. É preciso salvar a região da "Serra do Mar"!	
143.	Material de Imprensa	Bigarella fala da importância de preservar a Serra do Mar	
144.	Material de Imprensa	A Serra do Mar - O começo do fim Capítulo VII: outra do IBDF!	
145.	Material de Imprensa	A conquista da Serra do Mar	

FONTE: A autora (2024).

ANEXOS

ANEXO 1 – DECRETO DE CRIAÇÃO DO PEPM

DECRETO Nº 7300 - 24/09/90

CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MORUMBI NA COMARCA DE MORRETES COMO MENCIONADO NESSE DECRETO.

Publicado no Diário Oficial Nº 3356 de 24/09/90

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual e, tendo em vista o disposto nos arts.5º, alínea "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, 225, da Constituição Federal e 207 e 208 da Constituição Estadual, DECRETA:

Art. 1º Fica criado o "PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI", situado no Município e Comarca de Morretes, constituído pelos imóveis CARY - PORTO DE CIMA, objeto das matrículas nº s 855, 856, 1072, 1073, 1074, 1075, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121 e 1122, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Morretes, com área de 367,84 ha (trezentos e sessenta e sete hectares e oitenta e quatro ares), integrante do patrimônio do Estado do Paraná, com os limites e confrontações descritos nos referidos registros imobiliários e CONJUNTO MARUMBI "A", objeto do Título de Domínio nº 2.530, de 22 de setembro de 1990, a ser matriculado no registro imobiliário competente, com a área de 1.974,5748 ha (hum mil, novecentos e setenta e quatro hectares, cinqüenta e sete ares e quarenta e oito sentares), com os limites e confrontações constantes no referido Título, cujos imóveis unificados perfazem a área total de 2.342,4148 ha (dois mil, trezentos e quarenta e dois hectares, quarenta e um ares e quarenta e oito centrares), conforme limites e confrontações contidos no memorial descritivo anexo que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Compete ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, a administração do Parque, incumbindo-lhe promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, praticando todos os atos visando atingir os objetivos do presente Decreto.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) anos para a elaboração do Plano de Manejo do Parque, a cargo do ITCF, observando sua integração à Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, criada e regulamentada pela Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984 e Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 24 de setembro de 1990, 169º da Independência e 102º da República.

ÁLVARO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO

OSMAR FERNANDES DIAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA
SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 2 - DECRETO DE AMPLIAÇÃO DO PEPM

DECRETO Nº 1531 - 02/10/2007

AMPLIA A ÁREA DO PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI EM 6.403,0399 HECTARES, SOMANDO A ÁREA TOTAL 8.745,4547 HECTARES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, inciso V, da Constituição Estadual e com fulcro na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que institui e disciplina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e atendendo às disposições da Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 1.502, de 04 de agosto de 1992, ambos com alterações posteriores, que cria e implanta a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMA e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, estabelecendo dentre as competências deste, a organização e implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC e da Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, a Lei Florestal do Paraná, que determina, dentre outras providências, a adequação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Paraná - SEUC/PR ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, observadas as demais normas legais pertinentes e determinando o respeito ao trâmite e às decisões das Ações Judiciais propostas no Juízo da Comarca de Morretes, sob nº 155/90 - Ação de Falência, nº 26.578/90 e 26.795/90 - Execuções Fiscais e nº 189/86 - Civil Pública e outras delas decorrentes ou similares, estribado nos documentos técnicos e demais registros e dados constantes dos procedimentos administrativos protocolados no Sistema Integrado de Documentos pelo IAP sob nº 8.535.050-3 e seu anexo 8.968.341-6 e nº 8.535.050-1, DECRETA:

Art. 1º O PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI, criado pelo Decreto nº 7.300, de 24 de setembro de 1990, com área de 2.342,4148 hectares, fica acrescido de 6.403,0399 hectares, passando a contar com aproximadamente 8.745,4547 hectares, conforme mapa e memorial descritivo anexos que passam a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo Único - A área definitiva do PARQUE será estabelecida após a demarcação em campo e publicada através de Portaria do IAP.

Art. 2º A administração do PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI permanece sob responsabilidade e competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que deve tomar todas as providências necessárias à sua implementação.

§ 1º Para cumprir os objetivos do PARQUE, o IAP poderá celebrar convênios, acordos, ajustes, contratos e quaisquer outras formas legais de parceria e gestão compartilhada com

pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, em especial com instituições de ensino, extensão e pesquisa e entidades do terceiro setor, nacionais ou internacionais.

§ 2º O IAP poderá, mediante decisão técnica fundamentada, implementar a ampliação do PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI por etapas, desde que respeitados os prazos legais para a elaboração do Plano de Manejo.

Art. 3º A regularização fundiária do PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI será realizada em conjunto pelo IAP e pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, criado pela Lei nº 14.889, de 04 de novembro de 2005.

§ 1º Os recursos necessários para a regularização fundiária do PARQUE serão oriundos de dotações orçamentárias, do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, de compensações ambientais, e/ou da captação junto a organismos nacionais ou internacionais, sempre descontados os passivos ambientais.

§ 2º O IAP procederá ao levantamento dos autos administrativos e judiciais, em especial de Ações de Execução Fiscal e de Ações Civis Públicas incidentes sobre imóveis e seus proprietários ou posseiros inseridos dentro do perímetro do Parque, bem como de quaisquer outros ônus que sobre eles pesem, que serão descontados dos valores a serem pagos à conta de indenizações, acordos, medidas compensatórias ou qualquer outra forma de aquisição dos imóveis inseridos no perímetro do PARQUE.

Art. 4º Os órgãos públicos da Administração direta e indireta e os concessionários de serviços públicos prestarão o apoio necessário à transferência para o IAP dos imóveis sob sua responsabilidade que estejam inseridos dentro do perímetro do PARQUE.

Art. 5º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação os imóveis de domínio privado inseridos no perímetro do PARQUE, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com alterações posteriores, em especial dos seus Artigos 3º, alínea k e p, 10, 15 e 15-A.

§ 1º Não ocorrerá caducidade da decretação de utilidade pública prevista no caput, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, Artigo 225, § 1º, inciso III e na Constituição do Paraná, Artigo 207, § 1º, inciso XV, que derrogaram a parte final da primeira sentença do Artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/41.

§ 2º Ficam o IAP e o ITCG autorizados a alegar urgência e requerer imissão provisória na posse dos imóveis desapropriandos, de acordo com as necessidades da implantação do PARQUE.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 2 de outubro de 2007, 186º da Independência e 119º da República.

ROBERTO REQUIÃO,
Governador do Estado

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES,
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

JOSÉ ENIO VERRI,
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

RAFAEL IATAURO,
Chefe da Casa Civil

Download: Anexos